

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

LAÍS TRAJANO ALVES

**ALIENAÇÃO DAS SOCIEDADES MERCANTIS E AS
PANACÉIAS CONTEMPORÂNEAS: O *COACHING* E SUA
FUNÇÃO SOCIAL ALIENANTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof^(a). Dr^(a). Rafael Rodrigo Mueller

**CRICIÚMA
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

A474a Alves, Laís Trajano.

Alienação das sociedades mercantis e as panacéias contemporâneas : o *coaching* e sua função social alienante / Laís Trajano Alves. - 2019.

157 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2019.

Orientação: Rafael Rodrigo Mueller.

1. *Coaching*. 2. Trabalho. 3. Trabalho alienado. 4. Alienação. 5. Fetiche da mercadoria. 6. Sociedades comerciais. I. Título.

CDD 23. ed. 658.3124

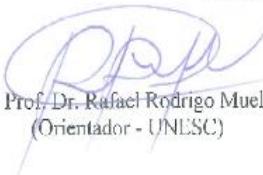
LAÍS TRAJANO ALVES

**ALIENAÇÃO DAS SOCIEDADES MERCANTIS E AS
PANACEIAS CONTEMPORÂNEAS: O COACHING E SUA
FUNÇÃO SOCIAL ALIENANTE**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 30 de maio de 2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Rafael Rodrigo Mueller
(Orientador - UNESC)



Prof. Dr.ª Giovana Uka Jacinto Salvaro
(Coorientadora - UNESC)

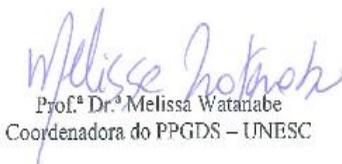
Prof. Dr.ª Deise Luiza da Silva
Ferraz
(Membro – UFMG)



Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
(Membro – UNESC)



Laís Trajano Alves
Mestranda



Prof.ª Dr.ª Melissa Watanabe
Coordenadora do PPGDS – UNESC

À minha família, pela torcida
constante.

Ao André Scholl de Almeida,
porque é ele, porque sou eu.

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer, pois no processo de construção desta dissertação tive o privilégio de contar com a cooperação, o incentivo e a torcida de pessoas incríveis, sem as quais esse projeto não seria possível.

Ao professor doutor Rafael Rodrigo Mueller, pela sua participação sempre ativa na minha trajetória acadêmica, me incentivando e inspirando a estudar os clássicos desde sua orientação no meu trabalho de monografia até a presente dissertação. Sempre dedicado e solícito; seu esforço sempre esteve voltado para meu desenvolvimento pessoal e acadêmico, promovendo sempre minha autonomia enquanto pesquisadora. Sou muito grata por ter podido contar com seu apoio e orientação nessa caminhada que foi breve, mas intensa.

À querida professora doutora Giovana Ilka Jacinto Salvaro pela co-orientação; pela disposição, assertividade e generosidade em cada sugestão, em cada encontro; pelas conversas inspiradoras dentro e fora da sala de aula.

Agradeço à professora doutora Deise Luiza da Silva Ferraz, ao professor doutor Dimas de Oliveira Estevam, por terem aceitado nosso convite para compor a banca de defesa de dissertação e por todas as valiosas e assertivas contribuições dadas a esse trabalho.

Agradeço aos membros do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Trabalho e Educação – NIETE –, em especial ao André Scholl Almeida, ao Rodrigo Homem e aos professores doutores André Cechinel e Rafael Rodrigo Mueller, pela leitura e debate de *O Capital*, foram vários os encontros muito estimulantes e engrandecedores.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDS – da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC – como um todo, mas agradeço especialmente aos professores: Alcides Goularti Filho, Ismael Gonçalves Alves, João Henrique Zanelatto, Kelly Joziane de Mendonça Dorneles Gianezini, Melissa Watanabe, Reginaldo de Souza Vieira, Silvio Parodi Oliveira Camilo, com os quais tive o prazer de ter um contato mais próximo tanto na sala de aula como fora dela, sempre promovendo bons debates e ótimas conversas.

Agradeço à UNESC como um todo, universidade na qual realizei toda a minha formação até aqui, e em especial ao curso de Administração Hab. Comércio Exterior da UNESC, pelo qual obtive o meu bacharelado.

Agradeço ao André Scholl de Almeida, meu companheiro de vida, sempre muito generoso e disposto a pausar sua pesquisa de

mestrado, sendo feita ao meu lado, para conversarmos e debatermos longamente teoria, método, modo de exposição, modo de investigação, e infinitas outras questões que nos deparamos ao longo desse percurso de desenvolvimento da pesquisa, você faz parte da minha formação. Para além do auxílio nos momentos de dificuldade com a pesquisa, todo o apoio afetivo e emocional que foram valiosos nos momentos de tensão. Muita gratidão por ter você na minha vida.

Agradeço a minha amada família por tudo. Meus pais Roberto Charles Alves e Cleuza Rosane Trajano Alves, por serem os melhores pais que se pode ter, sempre me apoiando e torcendo por mim em cada uma das minhas empreitadas, sempre me oferecendo suporte afetivo e emocional incondicionais; e meu amado irmão Rafael Trajano Alves, por todo incentivo, apoio e torcida. A eles agradeço também pela compreensão nos muitos momentos que não pude estar presente.

Agradeço as minhas queridas amigas: Aline, Daise, Dávila, Dieine, Grasi, Jéssica, Talita, Tatieli, Sinara e Hanna. Cada uma delas a seu modo, me apoiou, me incentivou e sempre torceu por mim. E nesse percurso intenso que foi o mestrado estavam todas, a seu modo, ao meu lado, provendo todo carinho, amor e compreensão que se carece nesse processo. Muitas foram às reuniões não comparecidas, as comemorações importantes para elas que não pude comparecer, as ligações e mensagens que não pude responder, mas a falta da presença não se fez no afeto e no carinho, pois sempre pude contar com a compreensão e paciência de todas, além de grande carinho e conforto. Sou privilegiada por ter pessoas tão incríveis como vocês na minha vida.

Por fim, cabe ressaltar que o presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), ao longo de 10 meses e também com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, ao longo de 14 meses. Sem o apoio destas instituições essa filha de trabalhadores jamais teria ocupado esse espaço.

“A superação da propriedade privada é por isso a completa *emancipação* de todos os sentidos e qualidades humanas; mas ela é essa emancipação precisamente pelo fato de esses sentidos e qualidades terem se tornado *humanos*, tanto subjetiva quanto objetivamente. O olho tornou-se olho *humano*, tal como o seu *objeto* se tornou um objeto social, *humano*, proveniente do homem para o homem. Por isso, os *sentidos* tornaram-se *teóricos* imediatamente na sua prática. Comportam-se para com a *coisa* por causa da coisa, mas a própria coisa é um comportamento *humano objetivo* para consigo própria e para com o homem — e inversamente. Eu só posso praticamente comportar-me para com a coisa humanamente quando a coisa se comporta para com o homem humanamente. A necessidade ou a fruição perderam assim a sua natureza *egoísta* e a natureza perdeu a sua mera *utilidade* na medida em que a utilização se tornou uma utilização *humana*.”

MARX, 2015, p. 350

RESUMO

Nos dias atuais, o coaching tem sido extremamente demandado dentro e fora das organizações. Ele expressa um consenso no âmbito organizacional no que diz respeito aos processos de treinamento e aprimoramento pessoal e profissional, que nos últimos tempos tem demandado o indivíduo que trabalha tomado em sua objetividade e subjetividade, o indivíduo em sua totalidade; demanda também que o dispêndio de energia do corpo e da mente do trabalhador se direcione para os mesmos objetivos da organização. Para tal adequação às necessidades do capital se faz necessário certo ‘treinamento’, ‘aperfeiçoamento’, desenvolvimento de determinadas competências do indivíduo que trabalha, e o coaching, ao menos de imediato, parece ser um método adequado para cumprir essa função. Diante da atual demanda pelo coaching, que vem ganhando espaço nas diferentes esferas da existência, tanto na esfera pessoal quanto na profissional, parece-nos importante olhar para essa realidade contemporânea por uma perspectiva crítica, a fim de buscar identificar eventuais contradições e interesses para sua aplicação, bem como consequências individuais e sociais. Nesse contexto, buscamos compreender qual a função social desempenhada pelo coaching na sociedade das mercadorias, tanto no aspecto econômico quanto na sua influência na produção das subjetividades. Mediante uma pesquisa bibliográfica de natureza básica, e utilizando-se do materialismo histórico dialético e da teoria marxiana, buscamos desenvolver uma reflexão crítica a cerca do objeto de estudo. Nesse sentido nos foi possível apreender as origens do coaching e sua aplicação e função social na sociedade da mercadoria como uma função social profundamente alienante, uma vez que, nas atuais condições da relação entre capital e trabalho, a função social assumida pelo coaching se dá no sentido de ser um meio pelo qual a força de trabalho se adequa às necessidades da sociedade da mercadoria, torna-se uma mercadoria mais atrativa, mais adequada às demandas do capital. O coaching assume um papel social alienante e reificante, uma vez que, por meio dele, intensifica-se o processo realizado pelo capital de transformação dos valores humanos em valores burgueses, reforçando a percepção do indivíduo que trabalha de que sua ‘realização pessoal’ e a obtenção de uma ‘vida plena de sentido’ estão diretamente relacionadas à capacidade ou incapacidade do indivíduo de se doar mais e mais ao seu trabalho alienado. No decorrer desse trabalho é possível apreender como se dá o fenômeno da alienação em uma perspectiva materialista histórica dialética e como esse fenômeno aparece na sociedade contemporânea,

sendo o coaching apenas uma das formas dos complexos alienantes da sociedade da mercadoria, talvez a que está mais em voga no momento.

Palavras-chave: *Coaching*. Alienação. Trabalho alienado. Fetiche da mercadoria.

ABSTRACT

In the present day, the coaching it has been extremely demanded inside and outside of the organizations. He expresses a consensus in the organizational scope with regard to the training processes and personal and professional enhancement, that in recent times has demanded the individual who works taken in his objectivity and subjectivity, the individual in its entirety; also demands that the energy expenditure of the worker's body and mind be directed to the same goals of the organization. For such suiting to the needs of capital, if does necessary some 'training', 'improvement', development of certain skills of the individual who works, and the coaching, at least immediately, it seems to be an adequate method to fulfill this function. In face of current demand for the coaching, which has been gaining space in the different spheres of existence, as much in the personal as in the professional sphere, it seems important to us to look at this contemporary reality per a critical perspective, in order to seek identify eventual contradictions and interests for its application, as well individual and social consequences. In this context, we seek for understand what is the social function played by coaching in the society of the merchandises, as much in the economic aspect as in his influence in the production of the subjectivities. By means of a bibliographic research of basic nature, and using dialectical historical materialism and Marxian theory, we seek for develop a critical reflection about the object of study. In this sense we were able to apprehend the origins of coaching and its application and social function in the society of merchandise as a deeply alienating social function, once, in the current conditions of the relationship between capital and work, the social function assumed by coaching is given in the sense of being a means by which the workforce suit yourself to the needs of the society of merchandise, becomes a more attractive merchandise, more suited to the demands of the capital. The coaching takes on an alienating and reifying social role, once, through him, is intensified the process performed by the capital of transformation of human values in bourgeois values, reinforcing the perception of the individual who works that his 'personal realization' and obtaining a 'life full of meaning' are directly related to their ability or inability to donate yourself more and more to your alienated work. In the course of this work it is possible to apprehend how is given the phenomenon of the alienation in a dialectical historical materialist perspective and how this phenomenon turn up in the contemporary society, being the coaching only one of the forms of the alienating

complexes of the society of merchandise, perhaps the one that is most in vogue at the moment.

Keywords: Coaching. Alienation. Alienated work. Merchandise fetish.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1. TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS	41
1.1. A CATEGORIA TRABALHO.....	46
1.1.1. Processo de trabalho: objetivação e exteriorização .	49
2. FUNDAMENTOS GERAIS DA ALIENAÇÃO (ENTFREMUNG)	63
2.1. CONTRADIÇÃO DIALÉTICA ENTRE O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS E DAS CAPACIDADES HUMANAS.....	71
2.2. TRABALHO ALIENADO.....	85
2.2.1. Trabalho nas Sociedades Mercantis: força de trabalho como mercadoria	89
2.2.2. O Fetichismo da Mercadoria e a Alienação	95
3. A PANACÉIA ORGANIZACIONAL: A DEMANDA PELO COACHING	115
3.1. O JOGO INTERIOR: AS ORIGENS ESPORTIVAS DO COACHING	122
3.2 O COACHING NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	126
3.3. COACHING E SUA FUNÇÃO SOCIAL.....	132
3.4 COACHING E SUA FUNÇÃO SOCIAL ALIENANTE.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	157

INTRODUÇÃO

No modo de produção capitalista a relação entre capital e trabalho é contraditória. Independente do grau de desenvolvimento dos meios de produção, quando a força de trabalho é consumida, trabalhada para a produção de mercadorias, a relação que se estabelece entre capital e trabalho é contraditória. Marx (2017, p. 406), nos fala que “primeiramente, o motivo que impulsiona e a finalidade que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valor e, portanto, a máxima exploração possível da força de trabalho pelo capitalista”, já que esta é a produtora de toda riqueza. Uma vez que o consumo da força de trabalho é o próprio trabalho, e que o trabalho é o processo especificamente humano de transformar a natureza a fim de produzir determinados objetos que satisfaçam necessidades humanas, o trabalho, na produção capitalista, ao produzir mercadorias, tem como objetivo fim da produção, não sanar necessidades humanas, mas sim valorizar o valor. Assim sendo a relação entre capital e trabalho é essencialmente contraditória.

Acerca disso Marx (2017, p. 406) [grifo nosso], ainda diz que “o comando do capitalista não é apenas uma função específica, derivada da natureza do processo social de trabalho e, portanto, peculiar a esse processo, mas, ao mesmo tempo, uma **função de exploração** de um processo social de trabalho, determinada pelo **antagonismo inevitável** entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração”. A fim de valorizar o valor, o capitalista deve encontrar no mercado uma mercadoria peculiar que, ao consumi-la, gere mais valor. A mercadoria que possui essa característica peculiar é à força de trabalho, a capacidade de trabalho dos indivíduos. Tal mercadoria é negociada no mercado de mercadorias por seu possuidor e pelo capitalista; seu valor se restringe ao mínimo necessário para sua manutenção; e o valor por ela produzido, ao ser consumida/trabalhada no processo de produção de mercadorias, a riqueza que o trabalho produz, é expropriada pelo capitalista que explora o excedente de valor produzido. Nisso se dá o “antagonismo inevitável” entre o capitalista, “explorador” e a força de trabalho do indivíduo em sua corporeidade, “matéria-prima de sua exploração”. O trabalho, no interior do modo de produção capitalista, que pressupõe a propriedade privada, classes sociais, trabalho assalariado etc., é suprassumido pelo capital.

O modo de produção, submetido ao movimento histórico, sempre se transformou, seja pela aplicação na produção da ciência e tecnologia

ou pelo desenvolvimento de técnicas e métodos. As transformações no modo de produção provocam, instantaneamente, transformações também na relação entre o capital e o trabalho. Por mais que sua essência contraditória não se altere, sua forma fenomênica sim. A cada nova forma do capital de se autovalorizar, faz-se necessário que os indivíduos, enquanto agentes produtores, se adequem as novas demandas do capital para a organização da produção, divisão do trabalho, etc. Por vezes, a fim de se adequarem as demandas do capital, os indivíduos buscam certos ‘aprimoramentos’ de seus conhecimentos e habilidades, buscam desenvolver determinadas competências para que suas atitudes e comportamentos estejam mais adequadas ao que se ‘espera’ deles no processo de trabalho. Como exemplo das transformações no modo de produção podemos indicar o surgimento da *divisão do trabalho*, da *maquinaria* e da *Organização Científica do Trabalho*. Estes momentos da história são considerados pela literatura da economia e da administração, como sendo os períodos de importantes revoluções no que diz respeito ao processo produtivo e as relações de trabalho, entre capital e trabalho. Vejamos, brevemente, como se deu tais transformações.

A Primeira Revolução Industrial — cujo princípio geralmente é datado como meados do início do século XVIII, com sua emergência especialmente na Inglaterra —, promoveu o surgimento da manufatura, provocando assim profundas transformações no processo de trabalho, na relação do trabalhador com os meios de produção, com os instrumentos de produção, bem como com o objeto do seu trabalho. Esse período é marcado como o início de um processo de desenvolvimento das forças produtivas, como nunca antes na história da humanidade se havia testemunhado. Os seres humanos, por meio do desenvolvimento da ciência, passaram a conhecer mais sobre o mundo e suas leis naturais, e assim, passaram a atuar na natureza como uma potência que, como nunca antes, possibilitou aos seres humanos dominar e transformar a natureza de forma muito mais ampla e poderosa do que havia sido possível até esse momento da história. E assim, se expandiu sua capacidade de produzir os objetos de sua necessidade ao ponto de superar a carência — a humanidade superou a carência, pois possui, enquanto gênero, a capacidade de produzir o necessário para satisfazer a necessidade de todos os indivíduos, contudo, como o objetivo da produção não é sanar necessidades humanas, mas sim a autovalorização do capital, esse modo de sociabilidade reproduz desigualdades e indivíduos carentes até mesmo do mínimo necessário para manter a

vida. O gênero humano superou a carência, mas há indivíduos humanos carentes.

A invenção da máquina a vapor, o uso do carvão como combustível para as novas máquinas, o uso do ferro para a produção das novas máquinas, são alguns exemplos do desenvolvimento da ciência e tecnologia que aplicadas na indústria, nesse período principalmente na indústria têxtil, promoveram profundas transformações nas relações de produção e trabalho. Certamente as inovações tecnológicas e sua aplicação na indústria são características notáveis desse período, contudo, podemos dizer que a grande revolução não se deu apenas pelos novos modos de produzir, tão pouco pelas mudanças nas matérias primas utilizadas na produção, ou ainda nas fontes de energia usadas para a produção, mas sim pela profunda transformação nas características do trabalho e nas ferramentas de trabalho, pela *divisão do trabalho* no interior da produção.

A *divisão do trabalho* foi a grande mudança no plano organizacional que revolucionou completamente a relação do indivíduo produtor com o objeto do seu trabalho. Se na produção puramente artesanal, o artesão produzia o objeto em sua totalidade, dedicando para isso seu tempo na realização de um sem número de atividades diversas necessárias para a produção do objeto, na manufatura, por meio da divisão do trabalho, um conjunto de trabalhadores, em cooperação, passaram a se especializar, cada um em uma atividade determinada necessária para a produção do objeto. Dessa forma, o objeto em sua totalidade ficaria pronto, ao fim do processo de trabalho, como resultado da soma de todos os trabalhos individuais. Vários são os autores que trataram dessa temática, dentre eles Adam Smith, importante teórico do liberalismo econômico e Marx, importante teórico crítico ao capital.

Sobre a divisão do trabalho Marx (2017, 413), nos diz que a divisão do trabalho na manufatura é “[...] a decomposição de uma atividade artesanal em suas diversas operações parciais”; por ser uma atividade realizada por um conjunto de artesãos a base da produção ainda é a artesanal, e “cada trabalhador passa a dedicar-se exclusivamente a uma função parcial, e sua força de trabalho é então transformada em órgão vitalício dessa função parcial”. Sobre a divisão do trabalho, Adam Smith (SMITH, 1983, p. 213), nos fala que “[...] a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples, muitas vezes a uma ou duas”. A divisão do trabalho na manufatura representou profundas transformações na relação entre o indivíduo e sua atividade laborativa bem como do indivíduo com

o objeto de seu trabalho. Além disso, a divisão do trabalho foi responsável por um processo de desenvolvimento das forças produtivas, uma vez que por meio dela engendraram-se as condições necessárias para a potencialização da força de trabalho. A esse respeito Adam Smith (1983, p. 42), nos diz que “a divisão do trabalho, na medida em que pode ser introduzida, gera, em cada ofício, um aumento proporcional das forças produtivas do trabalho”. Uma vez que, por meio do aprimoramento da força de trabalho, adquirido na fragmentação das atividades do trabalhador, e, por consequência do parcelamento das funções, na repetição da atividade por parte do indivíduo que trabalha, este desenvolve certa especialização e destreza em determinadas partes do processo de produção. Também pela divisão do trabalho se dá, ao mesmo tempo, a potencialização da força produtiva e o aprimoramento da força de trabalho. A cerca disso Smith (1983, p. 44), ainda considerava que “[...] a invenção de todas essas máquinas que tanto facilitam e abreviam o trabalho parece ter sua origem na divisão do trabalho”, uma vez que, como consequência da especialização do trabalhador em determinada função se tem certo “ganho de tempo”, o que, em algum grau, nesse período, possibilitou ao trabalhador aperfeiçoar e inventar novos instrumentos de trabalho. Smith (1983, p. 45), diz ter observado que “[...] grande parte das máquinas utilizadas nas manufaturas em que o trabalho está mais subdividido constitui originalmente invenções de operários comuns [...]”. Mesmo com a observação de Smith, vale ressaltar que a contribuição dos operários para o desenvolvimento de técnicas e tecnologia a fim de aplicá-las da produção era certamente limitado, mesmo porque, o assim chamado “ganho de tempo”, logo que identificado pelo capital é apropriado por esse por meio da intensificação do trabalho para que assim gere mais valor.

Em síntese podemos dizer que na Primeira Revolução Industrial houve profundas transformações no processo produtivo e nas relações de trabalho, assim como na relação entre capital e trabalho. Marx (2011b, p. 394), a respeito das consequências do trabalho na manufatura para o trabalhador, diz que “a manufatura produz [produziu] realmente a virtuosidade do trabalhador mutilado [...]”, uma vez que leva ao extremo a especialização das atividades necessárias para a produção de determinado objeto; Marx ainda diz que “um trabalhador que executa uma mesma operação simples durante toda a sua vida transforma seu corpo inteiro num órgão automaticamente unilateral dessa operação” (MARX, 2017, p. 414). Mesmo Adam Smith — considerado como um importante teórico do liberalismo econômico e o primeiro pensador a

aprender o trabalho como o verdadeiro produtor da riqueza —, observou que o trabalho na manufatura, ao mesmo tempo em que gerava ampliação da riqueza gerava também mazelas para os indivíduos que trabalhavam. A cerca disso, Smith (1983, p. 214), observa que “este tipo de vida corrompe até mesmo sua atividade corporal, tornando-o incapaz de utilizar sua força física com vigor e perseverança [...]. Assim, a habilidade que ele adquiriu em sua ocupação específica parece ter sido adquirida à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e marciais”; Smith ainda ressalta que “em toda sociedade evoluída e civilizada, este é o estado em que inevitavelmente caem os trabalhadores pobres – isto é, a grande massa da população”.

Nesse período se deu um processo de desenvolvimento das forças produtivas sem precedente, que potencializou a capacidade produtiva dos seres humanos a um ponto nunca antes presenciado. Contudo, ao mesmo tempo em que a humanidade se tornava potente frente à natureza, por conta do modo de organização da produção e da organização social, o desenvolvimento individual dos indivíduos que trabalhavam se dava em direção antagônica ao desenvolvimento das forças produtivas. Segundo Marx (2011 b, p. 416), “as forças intelectuais da produção só se desenvolvem num sentido, por ficarem inibidas em relação a tudo o que não se esquadre em sua [do capital] unilateralidade. O que perdem os trabalhadores parciais concentra-se no capital que se confronta com eles”. Os desenvolvimentos individuais se dão apenas na medida em que são demandadas pelo capital a fim de realizar seu objetivo.

A Segunda Revolução Industrial, também foi um importante período de transformações no processo produtivo e nas relações de trabalho. Em meados do século XIX, seguindo no mesmo movimento iniciado com a Primeira Revolução Industrial, se intensifica o avanço técnico-científico aplicado à indústria, e há profundas transformações nos instrumentos de trabalho. Diferente do que ocorreu com a Primeira Revolução Industrial, que ficou mais restrita a Inglaterra, a Segunda Revolução Industrial chegou para diferentes países, como por exemplo, os Estados Unidos, França, Itália, Japão, dentre outros. A utilização de petróleo como combustível principal, a energia elétrica utilizada como força motriz, à substituição do ferro pelo aço para a produção de bens, o desenvolvimento de técnicas de gestão do trabalho, de um sistema de linha de produção utilizado para ordenar a produção nas fábricas, são alguns exemplos do desenvolvimento da ciência e tecnologia que aplicadas na indústria, nesse período principalmente nas indústrias elétricas, químicas, metalúrgicas, farmacêuticas, de transportes,

promoveram profundas transformações nas relações de produção e trabalho.

As profundas transformações que se davam no modo de produção desse período afetaram gradual e estruturalmente a vida cotidiana: houve uma intensificação do êxodo rural, impulsionado pela possibilidade de oferta de empregos nas fábricas, e com isso deu-se um processo de urbanização das cidades onde as fábricas estavam localizadas, nestes locais as condições de moradia para os trabalhadores fabris eram extremamente insalubres.

Nesse período o desenvolvimento das forças produtivas alcança patamares ainda mais elevados, o desenvolvimento da ciência e a criação de tecnologias aplicadas no processo produtivo, revolucionou o modo de produção de forma tanto quantitativa quanto qualitativa; diferente da Primeira Revolução Industrial que teve como marco revolucionário a potencialização da força de trabalho, na Segunda Revolução Industrial a grande revolução se deu nos instrumentos e ferramentas de trabalho, a cerca disso Marx (2011 b, p. 427), nos diz que “na manufatura, o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é à força de trabalho, na indústria moderna, o instrumental de trabalho”; A difusão da *maquinaria* foi a grande revolução própria desse período.

A *maquinaria* representa imensa potencialização dos instrumentos de trabalho. A máquina enquanto instrumento de trabalho ‘faz suas próprias’ exigências ao indivíduo que trabalha; A máquina, segundo Marx (2011 b, p. 451) tornou “supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis”, demanda, portando, agora um tipo de trabalhador flexível, que se ‘articule’ com ela no processo produtivo, que se transforme em seu apêndice. A maquinaria representou um grande avanço na capacidade produtiva do capital, uma vez que promoveu a redução considerável do tempo de trabalho necessário para a produção de determinada mercadoria e promoveu um poderoso aumento da produtividade do trabalho. Ela representou profundo desenvolvimento das forças produtivas; foi com ela que se deu o aumento da produtividade como nunca antes havia sido possível. Marx (2011 b, p. 443), ao considerar a máquina enquanto instrumento de trabalho nos diz que “um primeiro exame põe em evidência que a indústria moderna deve aumentar extraordinariamente a produtividade do trabalho, ao incorporar as imensas forças naturais e a ciência ao processo de produção [...]”. Contudo, como o objetivo fim da produção é valorizar o

valor e não sanar necessidades humanas, toda essa potência não é para ‘aliviar a faina diária’ do indivíduo que trabalha, mas, ao ser utilizada no modo de produção capitalista, “como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela deve baratear mercadoria e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele [trabalhador] dá gratuitamente para o capitalista. A maquinaria é meio para a produção de mais-valor” (MARX, 2017, p. 445).

A maquinaria representou grande potência produtiva e promoveu condições de trabalho extremamente degradantes para os indivíduos que trabalham. As transformações no processo de trabalho provocaram transformações nas relações entre trabalho e capital, nas quais esse último submeteu o primeiro a condições extremas de exploração e degradação física e mental do indivíduo que trabalha; esse período demandou dos indivíduos que trabalham certo conjunto de características e dispêndio de energia física e mental que correspondem a situações de extrema contradição entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das individualidades.

A Organização Científica do Trabalho (OCT), também desenvolvida nesse período, pode ser considerada um fator de grande importância no que diz respeito às transformações no processo produtivo e nas relações de trabalho. Proposta inicialmente por Frederick Taylor no princípio do século XX, a OCT, também conhecida como gerência científica, é desenvolvida com o objetivo de, por meio do desenvolvimento racional e científico de métodos, buscar controlar, planejar, organizar e padronizar o processo de trabalho. Estas mediações e intervenções no processo de trabalho, promovem o aumento da eficiência e efetividade da produção, é a busca pela máxima produção com o mínimo custo. Era de interesse do Taylor o controle do trabalho, o controle de cada atividade necessária para a produção de uma mercadoria. Controle do tempo e da qualidade de determinada atividade. Para tal, fazia-se necessário desenvolver um sistema de gestão que monitorasse o processo de trabalho — tanto os indivíduos que trabalhavam quando os instrumentos e o espaço de trabalho.

O método desenvolvido por Taylor, conhecido como sistema *taylorista*, visou, em um primeiro momento, observar as atividades necessárias para a produção de determinado produto, estudar cada uma delas, sistematizar e classificar cada atividade em um conjunto padronizado de atividades, reduzindo assim o conhecimento que o conjunto de trabalhadores possuía dos momentos da produção a um conjunto de regras que padronizariam as atividades laborativas, em um

sistema de extrema divisão do trabalho, fragmentando ao máximo cada atividade necessária para a produção de determinada mercadoria, conseguindo assim o menor dispêndio de energia, reduzindo os movimentos para os mínimos possíveis, desenvolvendo então um único método de trabalho que deveria ser executado por todos os trabalhadores. Cada um em um local determinado, com um conjunto de movimentos determinado, ferramentas determinadas, posição física determinada e sequência de execução da atividade laborativa determinada. O indivíduo é destituído de qualquer decisão no interior do processo de trabalho, ao ponto de, de acordo com a perspectiva do Taylor, até mesmo o trabalhador mais estúpido poderia executar atividades tão fracionadas e padronizadas. O trabalhador poderia comparecer apenas como apêndice da máquina e não era demandado dele nenhuma atividade cerebral. Essa abordagem mecanicista da organização da produção, que reduziu o trabalho a conjuntos simples de movimentos mecânicos, rapidamente ganhou espaço nos aglomerados fabris, uma vez que promovia aumento da produtividade do trabalho. Foi gradualmente incorporada nas mais diversas fábricas que foram gradualmente incorporando essa nova abordagem no processo de trabalho e aos poucos abandonando o antigo modo de ver e pensar a produção.

Henry Ford, fundador da empresa Ford Motor Company, incorporou veementemente o sistema desenvolvido por Taylor. Ele, incorporou o sistema taylorista no interior da produção da sua fábrica e propagou a produção em massa mediante um sistema de linha de montagem. Seu feito ficou mundialmente conhecido, uma vez que sua fábrica foi a primeira a produzir carros em série com o menor tempo de produção e o menor custo de produção. O primeiro modelo de carro produzido nesse sistema de organização do trabalho foi o chamado Ford T. A celebre frase de Henry Ford “o cliente pode ter o carro da cor que quiser, contanto que seja preto”, representa bem esse momento da produção em escala. O sistema de produção desenvolvido e aplicado na Ford Motor Company ficou conhecido como *fordismo*. No fordismo o trabalhador é fixado em um determinado lugar na esteira de produção, esse lugar se torna o posto de trabalho do indivíduo que trabalha e o ritmo do trabalho e dos movimentos corporais são ditados pela máquina. Dejourns (2002, p.49), fala que a “indignidade, o sentimento de inutilidade remete, primeiramente, à falta de qualificação e de finalidade do trabalho”, ele nos fala que os operários trabalhando na linha de produção “muitas vezes não conhecem a própria significação de seu trabalho em relação ao conjunto da atividade da empresa. Mas, mais do

que isso, sua tarefa não tem significação humana”. E a produtividade mais uma vez é elevada e alterada quantitativamente e qualitativamente.

Com o controle do trabalho por meio da gestão da produção nos modelos taylorista/fordista, o embate entre capital e trabalho se intensifica; surgem movimentos sindicais, na tentativa de organizar as demandas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, ocorrem greves que provocam diversas consequências para os trabalhadores, em alguma medida positivas, por exemplo, quando conseguiam, mediante muita luta certos direitos; e negativas, por exemplo, repressões violentas por conta das greves, represálias, perda do emprego, etc. Os sistemas taylorista/fordista promovem intenso controle e vigilância do trabalho. Ao mecanizar cada atividade necessária para a produção de determinada mercadoria o indivíduo que trabalha precisa comportar-se como mero apêndice de uma máquina que define o ritmo de trabalho e se limitar a executar a atividade a ele designada no modo, no tempo e na sequência que lhe foi pré-determinada. O controle da produtividade, a intensificação do trabalho e da jornada de trabalho típicas desse período, provoca o esgotamento físico e mental dos indivíduos que trabalham. A esse respeito Dejours (2002, p. 19), nos diz que a “nova tecnologia de submissão, de disciplina do corpo, a organização científica do trabalho gera exigências fisiológicas até então desconhecidas, especialmente as exigências de tempo e ritmo de trabalho”, as exigências para o trabalhador são absolutamente novas e acarretam a corporeidade do trabalhador, diversos impactos negativos e prejudiciais a sua saúde física e mental, o autor diz que “o esgotamento físico não concerne somente aos trabalhadores braçais, mas ao conjunto dos operários da produção de massa. Ao separar, radicalmente, o trabalho intelectual do trabalho manual, o sistema Taylor neutraliza a atividade mental dos operários”. É retirada do trabalhador a possibilidade de se projetar — objetiva e subjetivamente — no objeto de sua produção; Para Dejours (2002, p. 49), os trabalhadores como um todo passaram a experimentar maciçamente um mesmo sentimento: “[...] o da vergonha de ser robotizado, de não ser mais que um apêndice da máquina, às vezes de ser sujo, de não ter mais imaginação ou inteligência, de estar despersonalizado [...]”. O capital demanda o trabalhador de “[...] corpo dócil e disciplinado, entregue, sem obstáculos, à injunção da organização do trabalho, ao engenheiro de produção e à direção hierarquizada do comando”, que demanda um trabalhador que tenha em sua corporeidade um “corpo sem defesa, corpo explorado, corpo fragilizado pela privação de seu protetor natural, que é

o aparelho mental. Corpo doente, portanto, ou que corre o risco de tornar-se doente”.

Além do taylorismo e do fordismo, a Organização Científica do Trabalho, atendendo a novas demandas do capital, sempre dinâmicas e em constante transformação, providência um novo conjunto de sistematizações e métodos para o controle do trabalho, o *toyotismo*, que também pode ser considerado um fator de grande importância no que diz respeito às transformações no processo produtivo e nas relações de trabalho.

O grande desenvolvimento das forças produtivas levou a universalização do capital, e nesse processo desenvolvem-se as negociações internacionais, globalização, ampliação da concorrência etc. Nessa conjuntura o capital passa a demandar uma nova dinâmica das relações de trabalho, um novo conjunto de ‘competências’ dos trabalhadores, uma nova forma de organizar os processos produtivos, a fim de manter sua valorização sempre progressiva. Idealizado pelo japonês Taiichi Ohno após o fim da Segunda Guerra Mundial, o sistema toyotista de produção foi implantado nas fábricas de automóveis da Toyota (de onde originou a sua nomenclatura). A partir da década de 1960 o toyotismo espalhou-se por várias regiões do mundo, muitas vezes substituindo o modelo fordista e taylorista. Acerca do sistema de organização da produção desenvolvido por ele, Ohno (1997, p. 28), fala que “[...] o Sistema Toyota de Produção, com seus dois pilares defendendo a absoluta eliminação do desperdício, surgiu no Japão por necessidade”, ele ainda fala, referindo-se ao período em que o sistema foi criado, que “hoje, numa época de lento crescimento econômico no mundo inteiro, esse sistema de produção representa um conceito em administração que funcionará para qualquer tipo de negócio”. E de fato, o sistema toyotista de espalhou pelo mundo e passou a ser o sistema de organização da produção das mais diferentes fábricas.

Diferente do taylorismo/fordismo, o toyotismo demanda o indivíduo trabalhador tomado em sua subjetividade e objetividade, o indivíduo em sua totalidade. A demanda agora é para um envolvimento criativo, participativo por parte do trabalhador, que agora é considerado um ‘colaborador’, que deve pensar sobre o processo produtivo e propor inovações e sugestões que torne o processo de trabalho mais produtivo, menos custoso e mais lucrativo. Agora, enquanto ‘colaborador’, o trabalhador deve colaborar para que a empresa entregue a sua mercadoria com a ‘melhor’ qualidade no menor custo. O capital demanda agora o trabalhador multi-funções, trabalhadores “[...] polioperadores capazes de assumir multitarefas. O trabalhador deve ser

capaz de ocupar diferentes postos de trabalho, de intervir em diferentes tipos de materiais, de inserir-se em diferentes segmentos do processo de trabalho etc.” (ALVES, 2011, p. 50), demanda o trabalhador que consiga se responsabilizar por diversas atividades e se comprometa com o bom andamento da empresa como um todo, para tal faz-se necessário uma mão-de-obra qualificada, com determinadas competências, habilidades, conhecimentos e atitudes.

Estas condições de trabalho geram nos indivíduos que trabalham estados de extremo cansaço mental, seja pelo ritmo acelerado de trabalho, seja pela cobrança por resultado individual — uma vez que o indivíduo se percebe como sendo o único responsável pelo seu sucesso ou insucesso —, seja pelo aumento crescente do assédio moral, seja pela ampliação do local e do horário de trabalho — uma vez que para o trabalhador é comum, e de certa forma é compelido, a responder e-mails, ligações, mensagens de trabalho no tempo livre de trabalho. Além disso, uma vez que todo o espaço é espaço de trabalho, mesmo o espaço de lazer, o tempo livre do trabalhador, agora é espaço para ter uma inovadora ideia para a organização.

A lógica mercantil tem invadido cada vez mais as diferentes esferas da existência dos indivíduos e isso combinado com os excessos mencionados acima vem resultando no desenvolvimento de psicopatologias, estresse, ansiedades, depressão, dentre outros males que afetam cada vez mais pessoas das mais diferentes idades, sexo e classe. Vimos, portanto, também aqui, determinadas demandas do capital para com os indivíduos que trabalham, certo conjunto de características e dispêndio de energia física e mental que correspondem às situações de extrema contradição entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das individualidades, uma vez que, o que potencializa a força produtiva social degrada e adoce o indivíduo que trabalha.

Vimos, de forma breve e sucinta, algumas transformações no modo de produção que, ao longo da história, foram acontecendo e transformando a dinâmica entre capital e trabalho. A cada nova configuração do processo produtivo, que tem por objetivo o mais-valor, surge novas demandas do capital para a objetividade e subjetividade do indivíduo que trabalha. O capital busca sujeitos que estejam, para cada tipo e modo de atividade, mais adequados a atender suas necessidades de produção e reprodução. Nesse sentido temos uma contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das individualidades humanas, o primeiro, enquanto construto histórico e social, portanto, produzido pela humanidade, em determinada

configuração de sociabilidade se autonomiza e confronta os seres humanos como um poder que o domina, o subjuga. Nisso temos as bases do problema da alienação. Marx (2011 b, p. 416), faz menção a esse problema quando no contexto da divisão manufatureira do trabalho, ele diz que essa última “opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina”, o filósofo alemão ainda diz que “esse processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-a para servir ao capital”.

Na contemporaneidade, tais circunstâncias também comparecem. E não haveriam de ser diferente, uma vez que a contradição entre capital e trabalho se mantém independente do grau de desenvolvimento do sistema capitalista, o que ocorre são transformações nas formas de trabalho e, em alguma medida, nas exigências do mercado de trabalho para com os indivíduos que trabalham. Vale ressaltar, contudo, que o desenvolvimento das forças produtivas, enquanto um processo histórico e social, não pode ser concebido como sendo um processo linear, com caráter absoluto em seus momentos históricos próprios, portanto, determinadas características de uma época perpassam outras épocas, nas quais não são características dominantes. Deve-se, portanto, sempre considerar a coexistência e a inter-relação entre o novo e o velho. Dito isso, nos voltaremos às circunstâncias contemporâneas do modo de produção capitalista que, assim como já buscamos demonstrar, possui uma dinâmica de constante transformação no que diz respeito às demandas para a qualidade da mão-de-obra.

Certamente as transformações ocorridas no processo de produção de mercadorias, a cada fase de desenvolvimento demandou um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes por parte dos indivíduos que trabalhavam. Não é de nosso interesse nos estender nas comparações entre as diferentes dinâmicas das relações entre trabalho e capital. Após apresentar que tais relações são fluidas e dinâmicas, o que nos interessa nesse contexto é a apreensão por parte das teorias organizacionais que, tendo por base as circunstâncias históricas do desenvolvimento das forças produtivas, entendem contemporaneamente que “o desempenho organizacional está intimamente relacionado ao desempenho individual e coletivo, assim como a sobrevivência e o sucesso das organizações dependem fortemente das competências dos indivíduos” (LANGE; KARAWEJCZYK, 2014, p.40). Diante dessa perspectiva percebe-se que se delega ao indivíduo que trabalha parte da responsabilidade para o

bom desempenho da organização; tendo ele, na sua individualidade, essa responsabilidade, imediatamente lhe é feita também certo conjunto de cobranças e demandas, para que ele esteja ou se torne ‘apto’, ‘adequado’, para executar tal missão. Vê-se aí, um conjunto de exigências do capital quanto à ‘qualidade’ da força de trabalho, exigências estas que sempre se fazem presente, independente do modo de organização da produção.

O indivíduo que trabalha, nesse contexto, é compelido a tomar essa exigência de adequação as demandas do capital, enquanto uma questão individual. Ele, enquanto indivíduo que precisa trabalhar para viver, se vê então com a necessidade de ‘aperfeiçoar’, ‘qualificar’ sua força de trabalho a fim de conseguir alguma vantagem competitiva no concorrido mercado de trabalho. Inicia-se então um movimento que, na conjuntura da produção capitalista, produz a necessidade **concreta** dos indivíduos buscarem, individualmente, algum tipo de desenvolvimento pessoal. Mas, esse desenvolvimento pessoal, deve ser de um tipo específico, unilateral, apenas o necessário para as eventuais demandas do capital, nada tem a ver de fato com desenvolvimento humano omnilateral, mas sim com o desenvolvimento restrito de competências, apenas um conjunto de saberes, de conhecimentos, habilidades e atitudes que determinada atividade laborativa exige.

As organizações passam a exigir trabalhadores, qualificados, focados, motivados, criativos, animados, eficientes, eficazes, necessitam do trabalhador em sua totalidade, em sua objetividade e subjetividade, desde que estas estejam sob-controle, estejam ‘auto-geridas’ pelo indivíduo, para que atuem apenas no sentido de potencializar sua capacidade de trabalho. Nesse contexto, surgem conceitos como gestão da emoção, gestão de si, administrar a si mesmo, etc., conceitos estes que foram tratados por autores como Gaulejac (2017), Salecl (2012), Boltanski e Chiapello (2009), dentre outros.

Para o indivíduo que trabalha, tais demandas levam a uma ampliação da lógica mercantil/organizacional para as diversas esferas da sua existência. A vida do trabalhador em sua totalidade é invadida pela lógica do mercado. É sabido que esse fenômeno sempre se fez presente em alguma medida na sociedade capitalista, e que tem relação direta com o grau de desenvolvimento das forças produtivas, contudo, nos últimos tempos, se tem presenciado uma intensificação desse cenário. Certamente o capital sempre fez uso do desenvolvimento científico e tecnológico das mais diversas áreas do saber (psicologia, administração, etc.) e se apropriou de tais saberes para sua autovalorização, e assim sendo sempre teve a sua disposição diversos mecanismos, métodos,

ferramentas, técnicas que cumprem essa função de adequar os indivíduos as necessidades do capital, colaborando “no desenvolvimento de competências gerenciais para atender essas novas demandas” (MELO et.al., 2015, p.2), feitas por ele. Ocorre que o que se tem visto atualmente é que as exigências atuais do capital quanto à qualidade do trabalhador têm expandido e muito os limites das paredes da empresa; os valores burgueses — que naturalizam uma essência humana mesquinha, egoísta, individualista, concorrencial, etc. —, infiltram a existência objetiva e subjetiva do sujeito. Sua existência, sua vida pessoal, profissional, seus relacionamentos afetivos, etc., são tomados por uma concepção de mundo impregnada pelos valores da sociedade da mercadoria. Ao ponto de parecer para determinados indivíduos que eventualmente suas ‘realizações pessoais’, sua ‘busca por uma vida plena de sentido’, está intimamente relacionado com a sua capacidade ou incapacidade de se doar mais, e mais ao seu trabalho assalariado, a sua capacidade ou incapacidade de consumir, de ter bens e objetos que lhe conferem certo status social, uma vez que, de fato na sociedade da mercadoria a relação social, a humanização do humano, se dá pela mediação da mercadoria.

Diante disso, nos parece que, entre as diferentes alternativas de intervenções profissionais para o desenvolvimento de pessoas — ao menos até o presente momento e em alguns postos de trabalho específicos, em especial os relacionados ao setor de serviço ou cargos administrativos de modo geral — aquela que parece contemplar essas novas exigências do mercado de trabalho, e promete “criar meios que orientem os indivíduos a esboçar um projeto de carreira e de vida compatível com suas competências, interesses e valores e que possam ser conciliados com os objetivos e necessidades das próprias organizações” (SILVA, 2010, p. 300), é o *coaching*.

A crescente busca por ‘aperfeiçoamento’ pessoal e profissional por parte dos indivíduos ocorre pelas mais variadas fontes, variando muito de acordo com a classe social, renda, idade, etc. As que sempre foram, e ainda são, muito comuns são as que habitam no amplo campo da educação: cursos profissionalizantes, curso de nível superior, curso de língua estrangeira etc.. Contudo há uma fonte razoavelmente nova para os que buscam tal adequação as demandas do capital, o *coaching*, que tem, cada vez mais assumindo certo crescimento por sua procura a nível nacional e internacional. Tanto de pessoas que procuram por este tipo de serviço, chamados de *coaches*, como de pessoas que buscam serem os profissionais do *coaching*, chamados de *coach*.

O *coaching* é considerado por seus entusiastas como um método plausível para promover as eventuais alterações ‘necessárias’ no conjunto de competências de determinado indivíduo, tornando-o mais adequado às necessidades do capital. Amanda Lange e Tamára Karawejczyk (2014), Leonice Holanda Melo. Et al (2015), Sueli Aparecida Milaré e Elisa Médici Pizão Yoshida (2007) e Carlos Roberto Ernesto da Silva (2010), são exemplos de autores entusiastas do *coaching*. Nós o consideramos apenas como sendo a mais nova forma do capital de se apoderar da corporeidade do indivíduo afim que produzir com maior eficácia suas leis gerais de funcionamento para reprodução da valorização do valor. É apenas o modismo da vez, a panacéia — remédio para todos os males — organizacional contemporânea. Diante disso, não temos a menor intenção de empregar ao *coaching* relevância de algo perene, ou considera-lo mais relevante ou importante que as técnicas e métodos que o antecederam — a Organização Científica do Trabalho de modo geral —, ele é apenas mais um modelo, dentre tantos outros, que possuem o mesmo objetivo na sua aplicação: tornar os indivíduos mais adequados ao capital e a sua lógica de reprodução e sociabilidade. Mas, não por isso, desconsideramos suas atuais influências na vida das pessoas, que cada vez parece adentrar nas mais diferentes esferas da vida; e isso nos leva a direcionar ao *coaching* um olhar crítico, uma vez que, a ausência de uma perspectiva crítica é flagrante no interior dos estudos a cerca do mesmo bem como na sua aplicação.

Nesse contexto, nosso estudo tem como tema ‘a função social desempenhada pelo *coaching* na sociedade das mercadorias’. E a pergunta de pesquisa que buscaremos responder é a seguinte: qual a função social desempenhada pelo *coaching*?

Nosso objetivo geral é *identificar a função social desempenhada pelo coaching, tanto no aspecto econômico quando na sua influência na produção das subjetividades*. Para tanto, nossos objetivos específicos são os seguintes: a) apreender o fenômeno da alienação enquanto fenômeno objetivo; b) compreender o *coaching* através da perspectiva de seus entusiastas e/ou defensores e identificar sua função social; c) desenvolver uma análise crítica a respeito da função social exercida pelo *coaching* na sociedade das mercadorias mediante a categoria da alienação.

O método que utilizaremos para realizar a tarefa proposta é o materialismo histórico dialético. Isso porque necessitamos de um método que dê conta de explicar o mundo concreto e que nos proporcione os caminhos necessários para investigar e compreender os

fenômenos objetivos, as abstrações reais permeadas de contradições. Dessa forma conseguiremos identificar nosso objeto de estudo, bem como sua atuação, como parte de uma totalidade que é construído histórico e social, e dessa forma nos será possível desenvolver um olhar crítico para com o mesmo.

A presente pesquisa se caracteriza como pertencendo a área de Desenvolvimento Socioeconômico uma vez que consideramos uma perspectiva ampla de desenvolvimento, para além do crescimento econômico, possibilitando o pensamento sobre a relação entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento das forças produtivas e desenvolvimento humano e as possibilidades e necessidades de socialização proveniente de tais relações. Nosso estudo tem seu vínculo com a linha de pesquisa “Trabalho e Organizações”, uma vez que abordamos as funções sociais do *coaching* e sua relação com o mundo do trabalho no interior de um modo de produção capitalista.

O presente estudo torna-se relevante uma vez que, no atual momento histórico, o *coaching* vem tomando posição de destaque no cotidiano contemporâneo, permeando tanto a esfera pessoal quanto a profissional dos indivíduos com os valores e a lógica das organizações. Mesmo o *coaching* sendo apenas mais um dos diversos métodos para o aprimoramento da força de trabalho que o capital tem a disposição, não tendo assim caráter ou relevância exacerbado, tão pouco sendo mais relevante que as demais técnicas e métodos que o antecedem, consideramos relevante prestar atenção nele na medida em que, na conjuntura contemporânea, ele tem ganhado certa popularidade e grande aceitação social. Ele vem sendo apresentado, e aceito socialmente, como o remédio para todos os males: se o indivíduo encontra dificuldade de executar determinada função na organização, ele recorre ao *coaching*; se está difícil lidar com as emoções no ambiente corporativo, recorre ao *coaching*, se o indivíduo passou por algum fracasso pessoal ou profissional, o diagnóstico imediato é que faltou para o indivíduo, foco, motivação, planejamento, objetivos claros, etc., e sendo assim ele precisa de *coaching*. A constante naturalização dos ideais da classe dominante a respeito da individualidade, competitividade, meritocracia etc., tem sido terreno fértil para o *coaching*, que vem sendo apresentado, inclusive no ambiente acadêmico, como o remédio para todos os males da modernidade.

Nesse contexto, o *coaching* tem sido cada vez mais procurado pelos indivíduos, que tem por objetivo conseguir melhores condições competitivas de se efetivarem no mercado de trabalho, de se manterem produtivos, focados, motivados, e tudo mais que o capital demande para

que eles consigam manter seu emprego e, quem sabe, alguma vantagem na negociação por benefícios, condições de trabalho, salário etc.. Nesse mesmo movimento os valores propagados pelo *coaching*, cada vez mais, expandem seus limites da esfera profissional e invadem a esfera pessoal e afetiva. Nos dias atuais, o *coaching* tem sido extremamente demandado dentro e fora das organizações. Ele expressa um consenso no âmbito organizacional no que diz respeito aos processos de treinamento e aprimoramento pessoal e profissional, que necessita o indivíduo que trabalha tomado em sua objetividade e subjetividade, o indivíduo em sua totalidade. Mas, necessita que o dispêndio de energia do corpo e da mente do trabalhador se direcione para os mesmos objetivos da organização. Para tal se faz necessário certo ‘treinamento’, ‘aperfeiçoamento’, desenvolvimento de determinadas competências do indivíduo que trabalha, e o *coaching*, ao menos de imediato, parece ser um método adequado para cumprir essa função. Diante de tudo isso, nos parece importante estudar esse tema em uma perspectiva crítica, a fim de buscar identificar eventuais contradições, eventuais interesses para sua aplicação, bem como consequências individuais e sociais etc..

O desenvolvimento do presente estudo se dará na seguinte estrutura: inicialmente apresentaremos no primeiro capítulo a categoria trabalho como categoria fundante do ser social, como categoria propriamente humana e social que possibilita o desdobramento de demais categorias sociais bem como da própria sociabilidade e individualidades humanas, nesse capítulo apreenderemos o papel do processo de trabalho para a produção da objetividade e subjetividade do indivíduo que trabalha, sendo assim a base para entrarmos no nosso segundo capítulo; neste, trataremos do fenômeno da alienação enquanto um fenômeno social objetivo. A alienação será a categoria que utilizaremos para analisar a função social do *coaching*, e assim sendo, buscaremos compreender sua essência bem como, ao final do capítulo, apresentar o trabalho alienado enquanto forma de trabalho próprio do modo de produção capitalista; nosso terceiro e último capítulo será dedicado para apreendermos as origens do *coaching*, sua aplicação e sua função social e ao final desse capítulo concluiremos o nosso objetivo identificando a função social do *coaching* e a analisando em uma perspectiva crítica.

1. TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS

O que diferencia o ser humano dos demais seres vivos? Essa foi uma das grandes questões feitas pela humanidade, que ainda nos dias atuais permeia o imaginário das pessoas e as leva a questionar as possíveis razões para sua existência. Tais questionamentos geralmente são guiados pela busca por algum sentido existencial. Muitas foram as tentativas de interpretar a realidade sobre o ser humano, esse ser vivo que, ao mesmo tempo, possui características semelhantes e distintas dos demais seres vivos, o que o torna especial? O que o torna qualitativamente diferente?

Numerosas concepções filosóficas buscaram a resposta para tal pergunta, e numerosas teorias foram elaboradas na tentativa de desvendar a realidade sobre as origens do ser humano e assim encontrar a essência do que é o ser humano. Diversas destas concepções formularam teorias a respeito de tal questão, dentre os quais podemos mencionar os materialistas vulgares e os idealistas. Não é nossa intenção destrinchar o íntimo de tais filosofias, nos importa apenas apontar brevemente as explicações a cerca da essência humana dada por estas filosofias, como explicações amplamente aceita durante muito tempo — inclusive ainda o é para alguns pensadores contemporâneos.

Para os materialistas vulgares as explicações a cerca do ser humano e de tudo o que existe parte de um reducionismo a matéria. O existente é gerado pelo movimento da matéria. A natureza tudo cria e tudo determina, e o cosmos, em toda sua complexidade, funciona em perfeita harmonia como uma engrenagem onde cada peça ocupa seu devido lugar e tem seu devido funcionamento, mantendo assim o equilíbrio. A prioridade é dada à matéria.

O idealismo, como corrente filosófica, é associado a grandes pensadores como Platão, Kant e Hegel — esse último é considerado o último grande idealista por alguns estudiosos —, que nas suas respectivas épocas, promoveram grandes reflexões filosóficas a cerca do entendimento sobre sujeito e objeto; tais filosofias não são homogêneas, muito ao contrário, possuem características deveras distintas. De toda forma as filosofias denominadas idealistas partem de um mesmo pressuposto, a saber, de que a verdadeira essência de todas as coisas devem do mundo das ideias, do espiritual, do mental, do subjetivo. E assim sendo a realidade concreta, material — vale mencionar que nas filosofias idealistas a realidade material não é necessariamente negada — é apenas resultado que é expresso externamente do que

posteriormente foi idealizado; a realidade externa é gerada pela consciência. A prioridade é dada à consciência.

Nas concepções idealistas, quanto à essência do ser humano, já a “chamavam ‘razão’, ‘alma’, ‘espírito’, ‘eu’, ‘consciência’, enfim [...]”, concebiam de formas distintas, mas com o mesmo intuito de conceder ao ser humano atributos que o diferenciassse dos demais seres vivos; para tal “concebiam, com nomes diversos, uma realidade específica, de ordem não material, possuída pelo homem [...]” (VIEIRA PINTO, 1962, p.7), ou seja, embora fossem de ordem distinta entre si, tais concepções possuem um ponto de identidade, ambas partem de uma concepção idealista.

Apesar de muito distintas entre si, havia um aspecto consensual nas diversas concepções filosóficas idealistas, a concepção de que se tratava de algo “[...] distinto das realidades do mundo físico, de um novo tipo de ser, espiritual ou de origem divina, graças ao qual o homem se constituiria como animal racional [...]” (VIEIRA PINTO, 1962, p.7). Esse ‘tipo’ de animal possui uma consciência, uma racionalidade superior ao da simples animalidade encontrada nos demais seres vivos, i.e., dotado de capacidade de abstração, de razão, “[...] de discernimento intelectual, conhecimento universal e vontade livre.” (VIEIRA PINTO, 1962, p.7).

Percebe-se então que, por mais que haja distinções importantes entre as diversas filosofias idealistas, todas: percebem corretamente o ser humano como ser distinto dos demais seres vivos por ser um animal racional, um animal de consciência, mas não atribui essa característica à realidade objetiva/concreta, ao contrário, concebem o entendimento da essência do ser humano de forma descolada da realidade objetiva, retirando o ser humano do mundo material onde este nasce, vive, morre e opera e o deslocam para um lugar transcendente, espiritual, idealista. Este pensamento imaginativo promove um afastamento da materialidade de forma que possa então “[...] se refugiar num mundo superior, ilusório, concebido como lugar das ideias puras” (VIEIRA PINTO, 1962, p.8); embora, mesmo que grosseiramente, tenham “de reconhecer que, passageiramente, cada um de nós está obrigado a transitar por este vale de lágrimas e a nele labutar” (VIEIRA PINTO, 1962, p.8), se nos permitem ‘buscar refúgio na nebulosa região do mundo religioso’, para parafrasear Marx.

A problemática das concepções materialista vulgar e idealista a respeito do ser do humano consiste em esconder aspectos decisivos para melhor compreensão da realidade: na filosofia materialista vulgar, embora acertadamente se dá prioridade à matéria, se desconsidera

completamente alguns elementos específicos do ser humano, como por exemplo, o importante papel da consciência na existência desse ser que, além de natural é também social; na filosofia idealista, as condições concretas de existência, a realidade objetiva, são completamente ignoradas enquanto real determinante da consciência; o papel ativo e determinante da consciência na reprodução social e seu viés em via de progresso, teleológico recebe status de destino, de imutável, de pré-determinado. Se, por exemplo, a essência do ser humano é obra divina (mais uma vez buscamos refúgio na nebulosa região do mundo religioso), esta está pré-determinada e nada se pode fazer a este respeito. O ser humano, nesse caso, não é agente modificador de sua própria história, mas sim um ser passivo da vontade divina.

As filosofias materialistas vulgares e idealistas promovem um entendimento defeituoso da realidade concretamente existente ao “[...] ocultar aos nossos olhos um aspecto do tema absolutamente decisivo: o de que não se pode definir a essência do homem sem incluir nela o fato, originário e distintivo, de que o **homem é um ser social**” (VIEIRA PINTO, 1962, p.8) [grifo nosso]. Ou seja, para dar conta de apreender a essência do ser humano, desta forma de vida distinta das demais, não se pode utilizar uma concepção de mundo que, em seu reducionismo, da prioridade à matéria, desconsiderando completamente a consciência, que é construto social, tão pouco, a uma que da prioridade à consciência não remetendo a realidade concreta papel ativo na constituição desta.

Considerando, portanto, tais problemáticas faz-se necessário o abandono destas concepções e nos voltarmos para um caminho novo que consiga responder a ‘grande questão’ revelando assim a essência do ser humano. Este novo caminho que estamos propondo constrói seus fundamentos em base materialista histórica dialética, respeitando a realidade objetiva e o mundo material no qual os seres vivos, de acordo com suas especificidades, mantem relações orgânicas, sociais e históricas de forma complexa, relacional e mediada. Por esse novo caminho será possível revelar a essência do ser humano, refutar as concepções mencionadas brevemente acima, e ainda:

[...] construir a teoria útil à realização dessa mesma essência humana, a qual, conforme iremos ver, não está dada de uma vez para sempre em cada indivíduo pelo simples fato de nascer, mas tem de ser criada por ele ao longo da existência, dependendo, portanto, das condições materiais, sociais, em que decorrerá sua existência. (VIEIRA PINTO, 1962, p.8-9).

Marx, filósofo alemão do século XIX, concebeu seu pensamento sub-bases materialista histórica utilizando-se do pensamento dialético crítico que “[...] se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade” (KOSÍK, 1976, p. 20). Marx é considerado um autor clássico, uma vez que ele, na sua trajetória filosófica, se apropriou dos gigantes que o antecederam, refutou os equívocos e incorporou os acertos, e assim produziu algo qualitativamente novo que revolucionou o pensamento a respeito das ciências sociais. De forma rudimentar podemos afirmar que Marx, em sua crítica as filosofias materialistas vulgares e idealistas, realizou a síntese destas propondo uma nova epistemologia e ontologia para o pensamento, o materialismo histórico dialético.

Marx, no posfácio da segunda edição de *O’Capital* (2017), fala em resposta aos críticos sobre o seu método, buscando deixar claro seu método de investigação e seu método de exposição, uma vez que “o método aplicado em *O’Capital* foi pouco compreendido, como já o demonstram as interpretações contraditórias que se apresentaram sobre o livro.” (MARX, 2017, p. 88), disse o filósofo alemão sobre seus contemporâneos que teciam críticas ao seu livro sem que tenham antes compreendido seu método — curiosamente essa é uma situação também contemporânea a nós.

Marx então fala sobre a fundamentação materialista do seu método, que ele chamou de seu “verdadeiro método”, qual seja o método dialético; que em sua configuração racional é “por essência, crítica e revolucionária” (MARX, 2017, p. 91). Marx, também esclarece a inversão feita por ele da dialética de Hegel, este que foi o primeiro a “expor, de modo amplo e consistente, suas formas gerais de movimento” (MARX, 2017, p. 91), mas estas estavam sob-bases idealista, mistificadas. Em Hegel a dialética se encontra “de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico” (MARX, 2017, p. 91), e essa inversão é uma das grandes contribuições de Marx e premissa para compreender suas obras. Embora Marx tenha se auto-declarado discípulo de Hegel, deixa muito claro que não só seu método dialético era fundamentalmente diferente do de Hegel como também era seu completo oposto. Sobre isso Marx explica que “para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob nome de ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro [...]” (MARX, 2017, p. 90), ou seja, para Hegel, o ideal produz o real, há em Hegel a soberania do ideal sobre a matéria; já

para Marx ocorre o contrário, “[...] o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.” (MARX, 2017, p. 90), ou seja, o ideal é uma representação mental do real, há em Marx a prioridade da matéria frente à ideia. Ainda sobre isso Marx disse: “[...] meu método de desenvolvimento não é o hegeliano, pois sou materialista [...]” (MARX, 2017, p. 90). Podemos dizer então que Marx concebeu sua teoria com bases materialistas e dialéticas. Sobre a dialética Marx (2017, p. 91), diz:

Em sua forma mistificada, a dialética esteve em moda na Alemanha porque parecia glorificar o existente. Em sua configuração racional, ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, na inteligência positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação, de seu necessário perecimento. Além disso, apreende toda forma desenvolvida no fluxo do movimento, portanto, incluído o seu lado transitório; porque não se deixa intimidar por nada e é, por essência, crítica e revolucionária.

Em Marx, a história perde o caráter teleológico, como concebido em Hegel, e a humanidade reconhece sua atuação produtora de sua própria história. Na sequência do texto buscaremos demonstrar a forma que os seres humanos produzem sua própria história. Vimos também que, em Marx, se tem a prioridade da matéria frente o ideal, sem que este seja anulado ou passivo, muito pelo contrário, ele configura uma característica peculiar do ser humano, e na relação dialética entre matéria e ideal promove-se a atividade sensível — Trabalho —, atividade propriamente humana que também abordaremos na sequência.

Dados os elementos introdutórios, buscaremos apreender o raciocínio desenvolvido por Marx acerca da categoria trabalho como categoria fundante do ser social; do trabalho como forma ordinária da relação do homem com a natureza, independentemente da forma de organização social. E nos demais capítulos, trataremos da categoria trabalho em sua forma alienada nas sociedades de classe.

Dito isso, voltamos então, agora à luz da teoria marxiana, a nossa busca por responder a questão inicial desse capítulo: O que diferencia o ser humano dos demais seres viventes?

1.1. A CATEGORIA TRABALHO

Não é correto buscar uma definição da essência do ser humano sem antes considerar que o ser humano é um ser social. Tal afirmação pode parecer trivial, uma vez que encontramos em outras espécies de animais uma existência grupal; há vários exemplares de animais que vivem uma vida coletiva e que não sobrevivem individualmente isolados dos outros de sua espécie. Como pode então a sociabilidade ser fator fundamental, originário e distintivo da essência do ser humano se esta é compartilhada — “numa sociabilidade sem dúvida inferior à do homem, mas não menos evidente” (VIEIRA PINTO, 1962, p. 9). — por outros animais? O que então distingue os animais gregários dos animais racionais?

Marx (2015, p.310), afirma que “a vida genérica, tanto entre os homens como entre os animais, fisicamente consiste primeiro em que o homem (tal como o animal) vive da natureza inorgânica”; ambos (homem e animal), enquanto pertencentes de determinados gêneros de seres vivos, retiram da natureza, cada um a seu modo, o necessário para manter a vida. O ser humano, portanto, deve ser considerado um ser vivente do reino animal, pois assim como os demais seres vivos nascemos, vivemos, morremos e retiramos da natureza o necessário para manter a vida e gerar descendentes. Marx (2015, p.311), diz que “fisicamente, o homem só vive desses produtos da natureza, possam eles aparecer agora na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação, etc”; o ser humano, assim como todo ser vivo, não basta a si mesmo. Para garantir sua existência, ele depende da natureza exterior para dela retirar os elementos necessários para obter sua subsistência: alimento, abrigo, etc.

Ocorre que na relação com a natureza, “quanto mais universal do que o animal o homem é, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica de que ele vive” (Marx, 2015, p.310), ou seja, o animal atua sempre através das suas capacidades singulares, ele é um com sua atividade vital. Por exemplo, um determinado animal de rebanho no momento de sua alimentação, se ele encontra-se sozinho enquanto se alimenta ou como parte de um rebanho, de nada importa, nada se altera, ele não comerá qualitativamente nem quantitativamente diferente por conta disso, o animal permanece determinado pelas suas limitações físico-biológicas. Já o ser humano, por mais que cada ato individual seja um ato singular, o indivíduo atua sobre a natureza pela mediação do gênero, pelos poderes que foram concedidos pelo gênero, qual sejam, objetivações passadas, linguagem, cultura, etc.. Diante disso, o ser

humano afasta as barreias naturais pela sua universalidade, ou seja, quanto mais ele se universaliza mais ele domina a natureza, alterando quantitativamente e qualitativamente o modo (meios de produção, sua força produtiva) de manter intercâmbio com a natureza. O modo que os seres humanos se relacionam com a natureza muda no decorrer da história, e por ser um *ser que se universaliza*, em razão da cooperação não possuem limitações físico-biológicas como os animais, há limitações, mas, aparecem de forma qualitativamente diferente.

Para Marx, (2015, p. 311), “a universalidade do homem aparece praticamente na universalidade que faz de toda a natureza o seu corpo *inorgânico*”, e isso na medida em que a natureza é “um meio de vida imediato”, quando aparece em forma de alimento, por exemplo, assim como também na medida em que ela é “o objeto/matéria e o instrumento da sua atividade vital”, quando aparece como meio de produção, por exemplo. Marx (2015, p. 311) ao afirma que “o homem *vive* da natureza”, significa que “a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de permanecer em constante processo para não morrer”. Que o homem, em sua totalidade, esteja em constante conexão com a natureza, não significa nada mais nada menos que a natureza está em conexão com ela mesma, uma vez que o homem é ele mesmo parte da natureza.

Vimos, portanto, que para os seres vivos, enquanto seres naturais, pertencentes à natureza, se faz necessário manter uma relação com a própria natureza a fim de manterem a vida. Há, portanto, uma contradição dialética a ser resolvida entre os seres vivos e a natureza; para resolver essa contradição faz-se necessário entrar em contato com a natureza, negá-la no que ela é de imediato metabolizando-a em algo distinto e então reafirmá-la como seu fundamento. Ocorre que a forma como essa contradição dialética é resolvida aparece de forma distinta entre os seres humanos e os demais seres vivos. O que distingue os animais gregários dos animais racionais é então a forma distinta destes retirarem da natureza o necessário para manter a vida.

Para resolver a contradição dialética com a natureza o animal, tendo ele uma vida agrária ou não, retira da natureza aquilo que “encontra ao seu alcance” (VIEIRA PINTO, 1962, p 10), na forma e na quantidade ofertada pela natureza. Para sobreviver, por exemplo, um determinado animal retira de uma árvore uma fruta para sanar sua fome, e a consome como alimento; ao consumi-la á metaboliza transformando-a em energia e nutrientes de que necessita para viver e, posteriormente, defecando-a e devolvendo-a a natureza parte do que dela havia retirado. Caso este mesmo animal não encontre, em nenhum território já percorrido por ele, uma fonte de alimento que esteja ao seu alcance, irá

perecer e morrer. Caso este mesmo animal seja anatomicamente e fisiologicamente adaptado para comer apenas material vegetal e encontre ao seu alcance apenas alimento de origem animal, irá perecer e morrer. A única forma desse animal de resolver a contradição dialética com a natureza é retirando da natureza o que está ao seu alcance “obedecendo” sua determinação natural. É a natureza entrando em relação com ela mesma; uma sequência de processos naturais comuns, sem produzir nada de novo.

Para resolver a contradição dialética com a natureza o ser humano, diferente das demais espécies de animais, “[...] atua sobre a natureza com o fim de produzir os elementos de que precisa para sustentar e desenvolver a existência.” (VIEIRA PINTO, 1962, p. 10 grifo nosso). Essa atuação que tem por fim produzir configura uma característica exclusiva dos seres humanos. O ser humano ao atuar sobre a natureza produz algo qualitativamente novo, que não é imediatamente dado pela natureza e que inclusive não poderia ser produzido pela própria natureza. Ao atuar sobre a matéria natural, o ser humano a confronta como uma potência que “[...] põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos” (MARX, 2017, p. 255), com a finalidade de tomar para si a “[...] matéria natural de uma forma útil para sua própria vida [...]” (MARX, 2017, p. 255). A atuação na natureza com fim de produzir é chamada de trabalho; o ser humano é o único animal que trabalha; nisso consiste a diferença elementar entre os animais agrários e os animais racionais, entre os animais e o ser humano.

Trabalho é, portanto, o processo no qual o ser humano, por sua própria ação, resolve sua contradição com a natureza, mediando, regulando e controlando seu metabolismo com ela (MARX, 2017). O pressuposto do pensamento de Marx é que sem trabalho, sem um intercâmbio material com a natureza não há sociedade, a reprodução da sociedade só é possível pelo trabalho. Uma vez que o humano por ter uma base biológica da qual não se pode desfazer (o humano é um animal) e enquanto ser complexo dotado de esferas orgânicas, inorgânicas e sociais, necessita do intercâmbio material com as diferentes esferas. O fim do trabalho significaria o fim da humanidade, pois pelo trabalho é que é possível ao ser humano interagir com o ambiente e retirar dele o necessário para manter a vida. Na concepção materialista histórica dialética de mundo “o desenvolvimento da matéria inorgânica possibilitou a vida e o desenvolvimento do ser biológico, o surgimento do ser humano. O salto do humano para além da natureza é o trabalho” (LESSA, 2015, p. 463).

Vimos que a diferença do ser humano das outras formas de vida é dada pelo modo do humano realizar o intercâmbio material com a natureza. O trabalho, enquanto processo que possibilitou a passagem de um ser meramente natural para um ser social, possui caráter central e fundante, pois mediante ele é que se deu a soberania do social frente ao natural; pela mediação de atividades conscientes é que se originou o ser humano em sua complexidade. Tal atividade se caracteriza como práxis humana, uma atividade, propriamente humana, que é guiada pela consciência. Alcântara (2014, p. 37), diz que com o trabalho forma-se o que podemos chamar de “base ontológica originária de um gênero”, que não mais se comporta como seres inteiramente mudos frente à natureza, como os seres unicamente naturais, pois como seres sociais eles produzem “conscientemente o novo em resposta as suas necessidades”. O ser humano então atua como um autor, como um ser que responde, como um ser que atua conscientemente. E suas “respostas dizem respeito tanto à produção de novas realidades quanto à produção de si mesmo, pensando, produzindo, falando, estabelecendo relações com os outros e com a natureza”. E por esse modo propriamente humano de se relacionar com a matéria natural, ao entrar em contato com a natureza e ao transforma-la, o ser humano também transforma a sua natureza social. O que de tão peculiar podemos perceber no trabalho, como categoria fundante do ser social, que não é possível encontrar em outras formas de realizar o intercâmbio biológico com a natureza, é que “apenas no trabalho nós temos efetivas objetivação e exteriorização; é também isso que possibilita que, ao transformar a natureza, os humanos transformem sua natureza social.” (LESSA, 2015, p. 463).

Com a já feita apreensão da categoria trabalho como categoria fundante do ser social, seguimos então na buscar por apreender como se dá tais processos de transformação, que, dialeticamente promovem a transformação da natureza e a transformação da natureza social dos humanos. Para tal, analisaremos o processo de trabalho e os seus momentos.

1.1.1. Processo de trabalho: *objetivação e exteriorização*

Já vimos que o trabalho é o processo no qual o ser humano, por sua própria ação, resolve sua contradição com a natureza, mediando, regulando e controlando seu metabolismo com ela (MARX, 2017), vamos então buscar entender esse processo.

Marx (2017) nos fala de três momentos simples do processo de trabalho: primeiro temos a atividade orientada a um fim (teleologia), que

é o trabalho propriamente dito; segundo, seu objeto (terra, matéria-prima, etc.); e terceiro, seus meios, que Marx denominou serem “coisas ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho” (MARX, 2017, p. 256), podem aparecer como ferramentas, técnicas, máquinas, dentre outras coisas.

Sobre o primeiro momento, vemos, o resultado que se tem ao final do processo de trabalho é um resultado que já existia idealmente na mente do trabalhador. Antes de agir sobre a natureza o trabalhador projetou idealmente sua intenção. Lukács (2013) denomina de prévia-ideação o momento em que o homem projeta em sua mente uma intenção que antecede a ação; uma finalidade pretendida idealmente concebida. Marx (2017), a cerca disso nos mostra como se dá a diferença fundamental entre a melhor das abelhas e o pior dos arquitetos, a de que a abelha não é capaz de projetar em sua mente a intenção pretendida ao construir a colmeia, já o homem que trabalha tem uma projeção em sua mente antes de agir na natureza externa e “no final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente”. O homem, diferente dos demais seres vivos, é teleológico, i.é., ele “[...] projeta de forma ideal e prévia a finalidade de uma ação” (LESSA, 2007, p. 45). A atividade orientada a um fim é o primeiro momento do trabalho, é ela que orientara a ação transformadora da natureza de que resultará um produto do trabalho objetivamente existente.

A teleologia, para Marx, possui quatro características importantes: i) ela é restrita aos atos singulares dos indivíduos (diferente do que era para Hegel que a considerava uma categoria universal que determinava a história humana)¹; ii) é orientadora da atividade humana; iii) existe na cabeça, na imaginação do indivíduo, portanto existe apenas idealmente; iv) por existir apenas idealmente não possui a capacidade de atender as necessidades cotidianas que a originou inicialmente, por exemplo, a ideia de um machado por si só não corta a árvore.

A incapacidade da teleologia de atender as necessidades cotidianas torna indispensável à objetivação. Pois é pela objetivação que a ideia de um machado para cortar a árvore, para citar nosso exemplo anterior, vem à existência fora da consciência. Sem que se haja a

¹ Sobre isso ver o texto “Alienação e estranhamento” do Sergio Lessa. Este texto foi publicado como Apêndice no livro “Cadernos de Paris; Manuscritos Econômico-filosóficos”, pela editora Expressão popular edição de 2015.

transformação da natureza em meios de produção e de subsistência não é possível promover a reprodução social (LESSA, 2015).

O momento da objetivação, para Lukács (2013), pode ser entendido como o momento em que o homem objetiva sua prévia-ideação no mundo; realiza a ideia na prática, materializando-a em um objeto, convertendo o que foi idealizado em objeto, sempre transformando de alguma forma e em algum grau a realidade. Para Vieira Pinto (2005, p. 64) o homem, capaz de projetar — a categoria projetar para Vieira Pinto tem sentido distinto da categoria teleologia; no processo de trabalho o ‘projetar’ de Vieira Pinto significa que ao trabalhar o ser humano *se projeta* no objeto objetivado, promovendo assim, dialeticamente, os processos de objetivação e exteriorização, voltaremos a isso na sequência do texto —, age na natureza objetivando, produzindo e efetuando a reprodução social. Para ele as ações dos seres humanos na natureza externa serão de “produções”, os seres humanos objetivam suas teleologias e assim atuam como agentes produtores que “terão a raiz no projeto interior que o anima e se caracterizarão pela escolha dos objetos e procedimentos de ação”, a fim de produzirem objetos úteis para sanar suas necessidades cotidianas.

A relação entre teleologia e objetivação, em Marx, é muito rica, pois por meio dessa relação complexa observamos que o pensamento de Marx está firmado sub-bases materiais, que o mundo exterior só pode ser transformado pela atividade do indivíduo e jamais por suas formulações ideais. A objetivação, para Marx, é o processo pelo qual a teleologia se converte em algo objetivamente existente fora da consciência, e daí sim passa a interagir com o mundo tal qual ele existe concretamente. Em Marx a objetivação:

“[...] não significa que ele [indivíduo que trabalha] se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, a finalidade pretendida, que como ele bem o sabe, determina o modo de sua atividade com a força de uma lei, à qual ele tem de subordinar sua vontade.” (MARX, 2017, p. 256).

O indivíduo que trabalha realiza na matéria a finalidade pretendida idealmente. Mas para tal, sua concepção ideal de mundo se confronta com a realidade material do mundo existente, e esse confronto “determina o modo de sua atividade com a força de uma lei”; quais procedimentos, meios, força física, atenção, etc., empregados no processo de trabalho, dependerão necessariamente das propriedades e da

porção do mundo a ser transformada. Nesse confronto entre a representação ideal da realidade e realidade objetiva, “o existente impõe limites e abre possibilidades às ações humanas” (LESSA, 2015, p. 465). Estes limites consistem no fato de que só se pode transformar a natureza por processos químicos, físicos e biológicos, por conta dessa legalidade natural faz-se necessário que os humanos “a fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida” se utilizem de sua corporeidade “seus braços e pernas, cabeça e mãos.” (MARX, 2017, p. 255), o indivíduo comparece em sua totalidade objetiva e subjetiva.

Vimos então que o indivíduo que trabalha, no processo de objetivação, “se confronta com a matéria natural como uma potência natural” (MARX, 2017, p. 255); sua corporeidade (sua “porção natural”), sob controle da consciência “põe em movimento as forças naturais” (MARX, 2017, p. 255) de forma a produzir o que necessita; “a fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida” (MARX, 2017, p. 255). Também vimos que o indivíduo tem “de subordinar sua vontade.” (MARX, 2017, p. 256), i.e., o processo de objetivação é sempre uma objetivação de uma teleologia, portanto há no processo o envolvimento da consciência, contudo sua participação é “subordinada”, se não o fosse dificilmente seria possível produzir o que inicialmente se imaginou. A cerca disso Marx (2017, p. 256) ainda nos diz que “essa subordinação não é um ato isolado”, pois também o “esforço dos órgãos que trabalham” e a “atenção do trabalhador durante a realização da tarefa”, seu corpo e mente está subordinada às exigências da objetivação, a realidade do mundo concreto.

Portanto, o trabalho, essa peculiar forma dos seres humanos se conectarem com o mundo, exige o envolvimento complexo de uma série de fatores: a porção de matéria natural a ser transformada decide a intensidade e complexidade do ato singular do indivíduo; a teleologia “determina o modo de sua atividade com a força de uma lei” (MARX, 2017, p.256); a consciência, o corpo, a vontade do indivíduo que trabalha estão subordinados ao processo de trabalho: a totalidade do indivíduo que trabalha, ele tomado em sua objetividade e subjetivamente comparece na objetivação de uma teleologia. (LESSA, 2015). Observa-se então que no processo de trabalho:

“[...] o homem converte a realidade existente no mundo natural em realidade somente existente no mundo dos homens. Com este ato singular o homem opera a síntese entre prévia ideação (teleologia) e realidade natural (causalidade dada), dando origem a uma causalidade posta (ser

social). Neste sentido originário e preciso, o trabalho é uma posição teleológica primária por meio da qual o homem age sobre fenômenos naturais concretos ou utiliza as legalidades naturais disponíveis, com a finalidade de produzir valores de uso. Trata-se do trabalho no sentido de eterna necessidade humana presente em toda forma de sociedade, já visto por Marx [...]” (COSTA, 2012, p.19).

Esse processo que articula a totalidade do indivíduo com o mundo, é de tal ordem que “agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele [o indivíduo] modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”. (MARX, 2017, p. 255). Ao confrontar a representação mental que se tem da madeira necessária para fazer o machado com a realidade objetiva da madeira, se conhece mais sobre a madeira, sobre o mundo e sobre si, pois, “objetivar uma teleologia faz com que nossa concepção de mundo seja colocada diretamente em contato com o mundo” (LESSA, 2015, p. 467), levando o indivíduo a conhecer mais sobre o mundo e sobre si do que conhecia no início do processo. Nesse confronto, só é possível de fato objetivar uma teleologia se, de alguma forma, a representação mental do que é madeira estiver adequada ao que de fato a madeira é no mundo, i. é., só se pode transformar a natureza explorando suas propriedades. Não é possível objetivar no mundo uma teleologia que não incorpore, mesmo que em certa medida, as propriedades existentes na natureza a ser transformada. E essa exigência da objetividade do mundo é que permite ao ser humano “averiguar até que ponto nossos conhecimentos e nossas concepções correspondem ao que o mundo é” (LESSA, 2015, p. 467), e nessa averiguação, ao conhecer mais sobre o mundo e sobre nós mesmo, nos tornamos verdadeiras potências frente à natureza.

Na objetivação, o indivíduo que trabalha ao mesmo tempo em que cria um novo objeto, produto de seu trabalho, “se reconhece como sujeito distinto do objeto por ele criado.” (COSTA, 2012, p.19); é na objetivação que o indivíduo exterioriza sua representação idealmente concebida do que ‘é o mundo’ com o que ‘de fato o mundo é’; e nessa relação, o mundo abre para o indivíduo novas possibilidades e necessidades, novos conhecimentos e habilidades, transformando assim sua natureza. Para Marx, esse é o processo de exteriorização (*Entäußerung*).

Exteriorização é o momento do processo de trabalho, no qual, não apenas a objetividade externa passou por transformação, mas também a

subjetividade do indivíduo que trabalha, uma vez que ao transformar o mundo objetivando uma teleologia, o conteúdo da sua consciência se exterioriza entrando em contato com a objetividade do mundo, e por meio dessa exteriorização o indivíduo se transforma, passando a possuir habilidades, sensibilidades e conhecimentos sobre o mundo que antes não possuía, potencializando-o a fazer coisas que antes não conseguiria. Pois, depois desse processo de exteriorização, sua nova teleologia, projetada idealmente para sanar determinada necessidade do cotidiano, possui uma representação da realidade do mundo mais adequada á realidade do mundo do que a sua primeira teleologia, sendo assim Marx nos explica que na “[...] satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33). O primeiro ato de, por exemplo, o indivíduo pegar uma pedra, um elemento natural, o reconhecer como diferente de si, e o lançar contra determinado animal, também reconhecido como diferente de si, com a finalidade de sanar uma determinada necessidade, seja de alimento ou de vestimenta, constitui o primeiro ato histórico, a “satisfação das necessidades”, a “reprodução da própria vida material” é sem dúvida “um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

Marx nos diz que o ser humano “[...] agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.” (MARX, 2017, p. 255), pois ao agir sobre a natureza ele confronta sua representação ideal da realidade como o que de fato a realidade é, e nesse movimento o ser humano conhece mais sobre o mundo e sobre ele mesmo. Ao agir na natureza o ser humano “desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (MARX, 2017, p. 255). Sobre a capacidade do ser humano de transformar sua natureza social por meio do trabalho, Vieira Pinto nos diz que o ser humano, ao trabalhar, é capaz de “ampliar o domínio sobre a realidade porque adquiriu a mais poderosa das armas, a capacidade de representar o mundo circundante” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 64), e com essa capacidade “começa a descobrir as propriedades das coisas, substâncias e fenômenos” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 64). Ao conhecer mais sobre o mundo o ser humano conhece também mais sobre si mesmo e nesse complexo, novas possibilidades e novas necessidades surgem para o ser

humano. Pra Marx, a exteriorização é “um primeiro momento pelo qual, ao transformar a natureza, transformamos nossas próprias naturezas de seres humanos” (LESSA, 2015, p. 468). Novas habilidades e conhecimentos levam os seres humanos a terem, sempre, novas necessidades, uma vez que “ao se alterar o existente, pela objetivação de uma prévia-ideação, advêm consequências e resultados inesperados que resultam em novas necessidades e em novas possibilidades para atender a essas necessidades” (LESSA, 2007, p. 44); nessa atuação se da à produção e reprodução.

Faz-se importante ressaltar que quando falamos da complexa relação entre objetivação e exteriorização, a primeira predomina frente à segunda, mas, isso não significa que a exteriorização se reduza a objetivação. Vejamos: “na práxis humano-social, ao objetivar um novo objeto o sujeito se exterioriza, expressa, ao mesmo tempo, a sua interioridade de sujeito criador [...]” (COSTA, 2012, p.34); para Vieira Pinto a “capacidade de projetar”, habilidade propriamente humana, significa que o ser humano, no processo de trabalho, ao produzir uma teleologia e a objetivar ele *se projeta* na sua objetivação, promovendo ao mesmo tempo transformações no indivíduo que projetou como também no mundo objetivado, e é esta a razão pela qual o “homem é um ser vivo capaz de trabalhar”, o que o diferencia dos demais seres vivos que “não têm essa capacidade” (VIEIRA PINTO, 1962, p. 10). Consideramos, portanto, haver certa semelhança entre o projetar de Vieira Pinto e objetivação/exteriorização. Dito isso seguimos aderindo as categorias objetivação/exteriorização.

Considerando a singularidade pertencente a cada indivíduo, cada ato de exteriorização é referente a uma singularidade, pois é sabido que nunca teremos indivíduos completamente iguais, assim sendo a forma como cada consciência se relacionará com a realidade objetiva será tão singular quanto o é o indivíduo. Na complexa relação entre exteriorização e objetivação se efetiva a distinção entre sujeito (criador) e objeto (criatura), “o sujeito se exterioriza em um objeto ontologicamente distinto de si próprio, [...] apesar de o objeto socialmente criado ser subjetividade objetiva, não há [...] qualquer traço de identidade sujeito-objeto.” (LESSA, 2007, p. 42). Diante disso vimos que a exteriorização é determinada pela objetividade mais não é redutível a ela, pois a “história de cada indivíduo, de como ele se desenvolve, de como sua relação com o mundo evolui etc., não é redutível à história da sociedade da qual é partícipe.” (LESSA, 2015, p. 468). Lessa (2015) ao nos apresentar o exemplo do Império Romano e de Júlio Cezar torna essa relação muito clara: não se pode contar a

história do Império Romano sem mencionar a participação de Júlio Cezar, assim como não se pode falar em Júlio Cezar sem mencionar o Império Romano, contudo, a história de um, de forma alguma, é redutível a história do outro.

Até o momento tratamos da exteriorização como um primeiro momento em que ocorre a relação dialética na qual ao transformar a natureza transforma-se também a natureza humana. Trataremos agora de um segundo momento dessa relação: a articulação da objetivação com o mundo objetivo. Sobre esse segundo momento Lessa (2007) nos mostra que, ao objetivarmos uma teleologia que busca sanar determinada necessidade, ou seja, ao alterarmos o existente, introduzimos relações de causa e efeito que interagem com as já existentes na natureza, ocorrem “consequências e resultados que resultam em novas necessidades e em novas possibilidades para atender a essas necessidades.” (LESSA, 2007, p.44). Esse desdobramento é chamado por Lukács de “período de consequências”, uma vez que para sanar as novas necessidades os indivíduos operam novas teleologias (já incorporando às novas possibilidades, conhecimentos e sensibilidades que surgiram) e objetiva essa nova teleologia, criando assim novos objetos, que por sua vez, “desencadeiam novos nexos causais, etc.” (LESSA, 2007, p.45). Essa alteração objetiva da relação do indivíduo com o mundo é promovida pela objetivação de uma teleologia; alteram-se “a natureza de nossas ações” e alteram-se também “a natureza do que somos” enquanto indivíduos.

No cotidiano essa alteração pode aparecer como algo tão pequeno que pareça imperceptível ao indivíduo, “[...], contudo, o fato de ser ou não consciente, de ser mais ou menos consciente, não altera o fato de fundo: ao transformarmos o mundo, transformamos nossa própria natureza de seres humanos [...]” (LESSA, 2015, p.469), pois nessa relação dialética altera-se obrigatoriamente nosso comportamento para com o mundo, uma vez que nem o mundo é o mesmo, depois de nossa atuação nele, nem nós somos os mesmos; “[...] Nossa natureza é o que nós fazemos do mundo — e de nós próprios, portanto.” (LESSA, 2015, p.469).

Vimos, portanto, que ao agir sobre a natureza externa, ou seja, ao trabalhar o homem, “[...] modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (MARX, 2017, p. 255). O homem “amplia o domínio sobre a realidade porque adquiriu a mais poderosa das armas, a capacidade de representar o mundo circundante”, ele (o homem)

“Começa a descobrir as propriedades das coisas, substâncias e fenômenos” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 64), e ao conhecer mais sobre o mundo conhece também mais sobre si mesmo; vimos também que a objetivação e a exteriorização são momentos do processo de trabalho e que ambas transformam, dialeticamente, a natureza e o ser humano, a primeira produzindo “novas necessidades e possibilidades *objetivas*” e a segunda possibilitando que “o indivíduo desenvolva novos conhecimentos e habilidades” que também o torna “portador de novas necessidades e possibilidades *subjetivas*.” (LESSA, 2015, p. 470). Podemos dizer então que o complexo objetivação/exteriorização produz aos indivíduos possibilidades e necessidades de ordem objetiva e subjetiva, por conta disso tem-se uma consequência imediata a de que “[...] a teleologia objetivada deve ser substituída por uma nova, que seja agora a resposta também ao que de novo foi produzido na objetivação/exteriorização precedente.” (LESSA, 2015, p. 470). Nesse perpétuo reestabelecer de produção de novas necessidades e possibilidades fundamentam-se na reprodução social.

No que diz respeito à transformação da natureza e a sua relação com a reprodução da sociedade há dois aspectos importantes que devemos mencionar, mesmo que sem os aprofundar: i) vimos anteriormente que nenhum processo de trabalho jamais se repete de forma completamente igual, pois o complexo objetivação/exteriorização necessita ser de imediato singular. Nunca o mesmo indivíduo se relaciona com a mesma matéria natural pela segunda vez, uma vez que ambos não permanecem os mesmos mediante o primeiro ato de transformação. Ocorre que, para que os conhecimentos e as habilidades que foram “adquiridos em uma objetivação possam ser empregados nas futuras objetivações, é imprescindível que os elementos singulares, irrepetíveis, portanto, desse conhecimento sejam separados de seus elementos universais.” (LESSA, 2015, p. 471). O que em seu princípio foi concebido teleológica e singularmente a fim de satisfazer uma determinada necessidade cotidiana, no “contexto social objetivo” perde o caráter puramente singular, pois, “o processo e o produto tendem a uma generalização ligada ao próprio ser do homem, de sua práxis como ente genérico.” (COSTA, 2012, p.123). Há, portanto, uma complexa articulação entre generalidade humana e individualidade que compõem o processo de reprodução social que não trataremos nesse trabalho. Mas, mesmo não nos aprofundando nessa temática, consideramos de suma relevância compreender nesse momento que:

No percurso histórico a individualidade vai-se afirmando e se fazendo sempre mais complexa na

medida em que o desenvolvimento das forças produtivas requer o crescimento das capacidades humanas, a partir do que surge a personalidade como produto indireto. Mas não se trata de um processo linear; ele é movido por contradições e desigualdades, de modo que o crescimento das capacidades produtivas dos homens não promove na mesma intensidade o desenvolvimento da individualidade. O processo é permeado por alienações que agem justamente sobre a personalidade e limitam seu desenvolvimento como gênero humano somente ao nível de uma personalidade particular. (COSTA, 2012, p.123)

Sobre essas contradições retomaremos nos próximos capítulos.

Retomando, o segundo aspecto referente à transformação da natureza e a sua relação com reprodução da sociedade que consideramos importante mencionar, trata-se de que: ii) como no processo de trabalho a totalidade do indivíduo se envolve, portanto sua corporeidade, sua vontade, sua consciência, etc. há nesse processo o desenvolvimento da sua “sensibilidade, a sua capacidade sensível”, uma vez que “Na medida em que melhor pensamos o mundo, também melhor o sentimos — e vice-versa.” (LESSA, 2015, p. 471). É imprescindível para a reprodução social essa capacidade de desenvolvimento que é própria do ser humano.

Vimos, portanto, que ao agir sobre a natureza externa, ou seja, ao trabalhar o ser humano, dialeticamente, transforma a natureza e transforma também a sua natureza social; nesse processo de transformação o ser humano passa a conhecer mais sobre o mundo e também mais sobre si mesmo. Vimos também, de forma muito sucinta que, para Marx, objetivação/exteriorização são categorias propriamente humanas e singulares; também que o trabalho é a categoria fundante do ser social porque “apenas nele, primordialmente, temos verdadeiros processos de objetivação e exteriorização”, processos estes que não é possível encontrar na mediação feita com a natureza por outros seres vivos, pois na mediação com a natureza de outros seres vivos “não ocorre nem a objetivação de teleologias nem a exteriorização de concepções do mundo, de subjetividades. Novamente: a exteriorização e a objetivação são processos apenas existentes no interior dos atos humanos singulares.” (LESSA, 2015, p. 472). Entendemos então a categoria trabalho assim como disse Lukács, como sendo “a protoforma (a forma originária, primeira) do agir humano” (LESSA, 2007, p. 36). O que não significa, de forma alguma, que todo ato humano se enquadre

como trabalho, muito pelo contrário uma vez que, “inúmeros atos humanos não podem ser reduzidos a atos de trabalho” (LESSA, 2007, p. 36), não é possível uma determinação de que todos os atos humanos se definem como trabalho². Ocorre que o trabalho é a “forma originária e o fundamento ontológico das diferentes formas da práxis social” (LESSA, 2007, p. 36), é no trabalho que se funda o ser social, que, por sua vez “é uma síntese entre subjetividade e objetividade, entre teleologia e causalidade” (LESSA, 2014, p. 94), e, por conseguinte, possibilita as diferentes práxis sociais.

Vimos que para Marx (2017), trabalho é, portanto, do ponto de vista ontológico, o intercâmbio orgânico do homem com a natureza, um processo entre homem e natureza no qual o homem por sua própria ação retira da natureza o que necessita para viver a fim de apropriar-se nesse confronto “da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida” (MARX, 2017, p. 255), e o faz utilizando para isso suas pernas, braços, cabeça e mãos, ou seja, colocando em movimento as “forças naturais pertencentes a sua corporeidade” (MARX, 2017, p. 255); O trabalho é a “apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas,” (MARX, 2017, p. 261) por meio da produção de valores de uso, e, portanto, “condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 2017, p. 261), sendo assim, tanto no comunismo primitivo, como no modo de produção escravista, no modo de produção servil ou mesmo no capitalista, é condição ontológica o homem retirar da natureza o que é necessário para sanar suas necessidades, é essa a essência do trabalho.

Vimos que ao realizar o processo de trabalho, ou seja, o ser humano, ao objetivar teleologias previamente concebidas, modifica a natureza “transformando a mera causalidade natural numa nova causalidade” (ALCÂNTARA, 2014, p. 40); no ato de objetivar uma teleologia que foi idealizada pelo indivíduo na sua “interação com a objetividade” — ou seja, uma prévia ideação que é composta pelas representações que este indivíduo tem da realidade concreta, bem como sua interação com esta realidade —, se dá “origem a algo totalmente

² Para Lukács “a reprodução social comporta e, ao mesmo tempo, requer outros tipos de ação que não os especificamente de trabalho. Sem o trabalho, porém, as inúmeras e variadas formas de atividade humano-social não poderiam sequer existir.” (LESSA, 2007, p. 36).

novo que, sem negar a natureza, dela se distingue” (ALCÂNTARA, 2014, p. 40) qualitativamente, tanto que o que é produzido não poderia ter sua origem na própria natureza, é uma produção propriamente humana. O momento do processo de trabalho em que a teleologia é objetivada no mundo concreto é o momento da objetivação, e a ele corresponde necessariamente outro momento, o da exteriorização. O momento da exteriorização, diferente da objetivação, “ainda que a ela articulada”, é o momento em que “o processo de objetivação retroage sobre o sujeito dando origem à subjetividade, conseqüentemente, à própria individualidade humana” (ALCÂNTARA, 2014, p. 40). Há, portanto, uma relação dialética entre objetivação e exteriorização. A objetivação só se confirma enquanto tal no enfrentamento, com a exteriorização, assim como nenhuma exteriorização existe se não se objetiva. Alcântara (2014, p. 45), nos diz que “essa objetivação de ordem subjetiva somente se torna real mediante as objetivações realizadas pelo sujeito através do trabalho, da fala, da arte, enfim das ações humanas”. Contudo Alcântara (2014, p. 45-46), ressalta que existem diferenças significativas quando se trata de objetivações dos objetos e das objetivações no plano subjetivo. Vejamos:

O fazer-se social do objeto é um processo muito mais homogêneo se comparado ao do sujeito, por exemplo, que a pedra mais ou menos afiada da pré-história está fora da pura objetividade natural tanto quanto a máquina mais sofisticada que encontramos no século XXI.

As objetivações com a finalidade de satisfazer as necessidades cotidianas, transformando a matéria natural de forma útil a sua vida, estão dadas, não importando o tipo de organização social, o nível de complexidade, de sofisticação, de desenvolvimento deste ato. Com as exteriorizações os desenvolvimentos ocorrem de forma desigual aos da objetivação. O gênero humano, por meio do trabalho, produz de forma consciente o novo a fim de sanar suas necessidades, assim sendo não se comportam mais como seres mudos frente à natureza, uma vez que não são seres puramente naturais, são também seres sociais, produtores do novo. Se no processo de sociabilidade humana, o desenvolvimento processual do gênero humano, possibilita o desenvolvimento das forças produtivas e o afastamento das barreiras naturais, o desenvolvimento do indivíduo, participe e produtor da mesma, pode seguir de forma desigual, “melhor dizendo, o desenvolvimento da objetivação, dos processos objetivo-materiais, não é idêntico ao desenvolvimento da

exteriorização ou da subjetividade humana”. (ALCÂNTARA, 2014, p. 45); há uma contradição dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas (objetivações) e o desenvolvimento das individualidades (subjetividades). No processo de reprodução social, tal contradição expressa à essência concreta das alienações. Os seres humanos, enquanto produtores de sua própria história, em determinadas organizações sociais — a capitalista, por exemplo —, produzem e reproduzem uma sociabilidade alienada, uma sociabilidade onde ocorre a desumanização posta pelo humano, onde seus atos produtivos potencializam o que o desumaniza. No próximo capítulo trataremos a esse respeito.

2. FUNDAMENTOS GERAIS DA ALIENAÇÃO (*ENTFREMDUNG*)

Já assinalamos anteriormente, mesmo que brevemente, a diferença fundamental das concepções epistemológico-metodológica de Marx e Hegel. Já vimos que Marx deixa claro que seu método dialético era fundamentalmente diferente do de Hegel, sendo exatamente o seu oposto. Ao abordarmos a categoria da alienação (*Entfremdung*), faz-se necessário retomarmos a essa diferença uma vez que, parte da grande dificuldade de apreender a categoria da alienação se dá justamente pela incompreensão e/ou confusão do tratamento dado a esta categoria no pensamento destes gigantes; tal incompreensão, por vezes, leva a uma interpretação hegelianizante de Marx.

A palavra alemã, *Entfremdung*, foi usada por ambos os filósofos, mas o sentido empregado a ela foi completamente diferente.

Para Hegel, a alienação é um fenômeno da consciência. Em Hegel, a alienação é uma etapa imprescindível para a elevação do espírito, uma vez que esta se dá pela “mediação da relação entre a humanidade que se questionava pelo seu próprio destino e o seu destino ainda a ela misterioso” (LESSA, 2015, p. 483); essa relação de uma consciência “em-si” que não se conhece, só poderia ser superada por um processo de conhecimento. Na relação da consciência com o mundo objetivo, essa consciência vai necessariamente se desenvolvendo — de acordo com uma concepção teleológica da história — por um processo de conhecimento, se apropriando de conceito em conceito cada vez mais desenvolvido, promovendo assim uma evolução da consciência, o Espírito Absoluto. Sendo assim, para Hegel, a alienação “é essencialmente um fenômeno da consciência, fundado e referido a um determinado estágio de desenvolvimento do Espírito e gnosiologicamente impulsionado” (LESSA, 2015, p. 484), e assim sendo, será superada tão logo se tome consciência dela. Hegel desenvolveu, portanto, uma concepção idealista dos processos de alienação.

Para Marx, a alienação é um fenômeno objetivo. São relações sociais objetivas que se concretizam no mundo objetivo, e apenas por conta disso podem ou não serem refletidas na consciência. Estar presente na consciência, ou não, não altera em nada a objetividade da alienação. Em Marx, a alienação “deslocou-se do nível das expressões ideias, anímicas, filosóficas” em que Hegel a empregou e “foi inscrito no *mundo prático, efetivo*, das relações econômico-sociais (e políticas) dos homens.” (NETTO, 2015, p.75). Se em Hegel a superação da

alienação se dá na consciência, na perspectiva de Marx, uma vez que a alienação se dá “*por meios práticos*” apenas será possível sua superação por “*meios igualmente práticos*” (NETTO, 2015, p.75). Marx desenvolveu, portanto, uma concepção materialista dos processos de alienação. Diante disso, uma interpretação hegelianizante da alienação em Marx é incompatível. Dito isso, seguiremos apresentando a categoria alienação na perspectiva marxiana.

O fenômeno objetivo da alienação é um tema de grande complexidade. Marx aborda esse tema em diversas das suas obras, contudo é nos *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844* — em debate com Hegel — que a temática aparece primeiro e de forma mais explícita. Nesta obra — que divide opiniões entre os marxistas, sendo considerada por alguns como ‘textos demasiado filosóficos’, ‘com muitos traços do Hegelianismo’, ‘com ideias que mais tarde foram abandonadas ou, melhor desenvolvidas por Marx’ —, no que diz respeito a nossa temática, nos ariscamos dizer que a grande contribuição de Marx foi apresentar o trabalho alienado como a raiz de toda desumanidade da sociedade de classe. O filósofo retoma essa temática em diversas de suas obras, inclusive em *O Capital*, em especial no tópico reservado para o debate a cerca do caráter fetichista da mercadoria e seu segredo, que para nós trata-se de um verdadeiro tratado sobre a alienação; nessa obra Marx deixa nítido as bases econômicas dos processos de alienação no capitalismo e explicita a “satisfação do operário reduzida a suas funções biológico-reprodutivas e não como homem em sentido omnilateral” (ALCÂNTARA, 2014, p. 16-17). Há muita discrepância e especulações a cerca dessa categoria entre os estudiosos de Marx, contudo, fato é que, a categoria da alienação é de suma importância para compreendermos as relações sociais postas nas sociedades mercantis, permitindo, por meio dela, a elaboração de uma crítica ontológica desse modo de organização social; concordamos com Mészáros (2016, p.17), quando ele diz que mesmo que os problemas da alienação sejam amplamente estudados, o interesse por compreendê-los na perspectiva marxiana não tem diminuído, ao contrário, “parece ter adquirido nova urgência histórica”. Na sequência do texto buscaremos apresentar a alienação na perspectiva marxiana.

Até o momento vimos, em linhas gerais que, para Marx, o trabalho é categoria fundante do mundo dos homens. É o trabalho, atividade peculiar dos seres humanos, que estabelece a relação dos seres humanos com a natureza. Vimos também à objetivação/exteriorização como momentos do trabalho, que promovem, dialeticamente, a transformação do mundo e do humano; do processo de

objetivação/exteriorização resultam o “desenvolvimento das forças produtivas e das individualidades humanas” (ALCÂNTARA, 2014, p. 47). Vejamos como esse resultado se desenvolve: na atuação dos humanos no mundo, nas objetivações e exteriorizações que ocorre sempre em resposta às necessidades e possibilidades, sejam elas objetivas ou subjetivas, da vida cotidiana, mesmos os atos mais singulares, que remetem a íntima personalidade do indivíduo, são atos determinados historicamente. A maneira pela qual o ser humano irá responder ativamente a essas necessidades e possibilidades postas na sua relação com o mundo, pode ocorrer de formas muito variadas, porque, “toda situação histórica é um complexo de determinações que comporta um campo maior ou menor de alternativas” (LESSA, 2015, p. 474), isso porque, no fenômeno da objetivação há uma retroação sobre o indivíduo por meio do fenômeno da exteriorização, tal retroação exige do sujeito, no ato de trabalho, escolhas entre alternativas, uma vez que se apresenta diante dele a necessidade de “[...] avaliar os resultados de suas realizações e faz isso mediante uma cadeia de alternativas que representam no processo as possibilidades de suas escolhas entre [...]” (ALCÂNTARA, 2014, p. 47) o que, ele enquanto singularidade determina ser bom, mal, útil, inútil, certo errado, etc., juízos valorativos criados pelo próprio indivíduo e “atribuídos à objetividade material” (ALCÂNTARA, 2014, p. 48). No ato de trabalho, ao escolher entre alternativas o indivíduo passa a expressar toda a sua singularidade, sua individualidade e, conseqüentemente, no “desenvolvimento social cria-se como pessoa, manifesta-se como personalidade.” (ALCÂNTARA, 2014, p. 48). Claro que expressamos aqui, brevemente um processo extremamente lento de constituição efetiva de individualidades singulares, até porque apenas no modo de organização social capitalista é que tal singularidade se efetivou por ser esta a “forma particular puramente social da sociabilidade humana.” (ALCÂNTARA, 2014, p. 48). O que buscamos apresentar aqui é que dessa complexa relação de objetivação/exteriorização se resulta o “desenvolvimento das forças produtivas e das individualidades humanas”, e que ambas se desenvolvem de forma profundamente desigual. Nessa relação podemos encontrar a base para o problema da alienação. Portanto, compreender os processos de objetivação e exteriorização como momentos do trabalho, indissociáveis entre si e em intrínseca articulação, é a chave para desvendar os “fundamentos ontológicos dos processos sociais e, particularmente, das alienações como momentos que reproduzem socialmente a desumanidade.” (ALCÂNTARA, 2014, p. 47).

Marx (2015) nos diz que o ser humano *vive* da natureza porque a natureza é seu próprio *corpo*, assim sendo, há a perpétua necessidade de permanecer em processo com ela, caso contrário ele morreria; a forma especificamente humana de estabelecer esse metabolismo com a natureza, como já vimos anteriormente, é o trabalho. O trabalho, a “*atividade vital*, a própria *vida produtiva*, aparece ao homem apenas como um *meio* para a satisfação de uma necessidade, da necessidade da manutenção da existência física” (MARX, 2015, p. 311). Nessa forma especificamente humana de resolver a contradição dialética com a natureza, qual seja o trabalho, reside à *atividade vital* do ser humano, e na *atividade vital* reside o próprio “caráter de uma *species*, o seu caráter genérico e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem.” (MARX, 2015, p. 311-312); a “vida produtiva”, a capacidade de produzir, que é a forma propriamente humana de sanar suas necessidades e possibilidades cotidianas, é a sua própria “vida genérica”, pois é caráter — caráter utilizado aqui tanto no sentido de ser característico como no sentido valorativo de possuir caráter superior a outros tipos de seres vivos — comum a todos os humanos. O desenvolvimento da humanidade é um complexo processo de síntese dos indivíduos singulares e suas respectivas objetivações e exteriorizações; “A vida individual e a vida genérica do homem não são *diversas*, por muito que – e isso necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais universal da vida genérica, ou por mais que a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou mais universal.” (MARX, 2015, p. 348).

Todo indivíduo humano é um ser social; “O homem é um ser genérico” (MARX, 2015, p. 310). O indivíduo, enquanto partícula da totalidade social, na sua vida, na sua atividade sensível, incorpora o que há na totalidade a qual pertence, i.é., o gênero humano; A esse respeito Márkus, (2015, p. 52) nos mostra que o “[...] o indivíduo é um ser humano somente através do, e devido ao, fato de que ele se apropria, incorpora em sua vida e atividade (em maior ou menor extensão) habilidades, carências, formas de comportamento, ideias, etc., que foram criadas e objetivadas por outros indivíduos de gerações anteriores ou contemporâneas a ele”. Dessa forma entendemos que todos os atos humanos, mesmo os mais singulares, que se remete a personalidade individual, são determinados historicamente: “o indivíduo humano em sua personalidade concreta é, ainda que tomado isoladamente, um produto das relações históricas e sociais.” (MÁRKUS, 2015, p. 52).

No perpétuo reestabelecer da produção de novas necessidades e possibilidades pela objetivação, que por sua vez, é resultado do

desenvolvimento geral e, ainda, “como nossas objetivações irão interferir e sofrer interferências das objetivações dos outros indivíduos”, uma vez que somos seres que vive em sociedade, “o desenvolvimento da humanidade é o complexo processo de sínteses dos atos singulares dos indivíduos concretos, historicamente determinados, em tendências universais.” (LESSA, 2015, p. 474-475). Há, portanto, uma complexa articulação entre generalidade humana e individualidade que compõem o processo de reprodução social.

Marx afirma que, na reprodução social, “jamais deixa de existir a situação em que o trabalhador, além do trabalho para a obtenção de meios de subsistência necessários, emprega trabalho para produzir meios de produção.” (MARX, 2017b, p. 912). A necessidade de primeira ordem na reprodução social é a produção dos *meios de produção* e de subsistência, uma vez que sem elas o indivíduo pereceria. É por meio desse tipo de produção que se possibilita a objetivação de instrumentos de trabalho, que por sua vez, é pressuposto — pois, “nenhuma produção é possível sem um instrumento de produção” ou “sem trabalho passado, acumulado”. (MARX, 2011, p. 41) — para produção dos valores de uso necessários para sanar as necessidades do ser social. Diante disso vimos que a necessidade primeira se encontra no interior do complexo da economia e que “o momento predominante no desenvolvimento histórico concentra-se no desenvolvimento das forças produtivas, portanto sem que com isso a humanidade e sua história sejam redutíveis ao complexo da economia.” (LESSA, 2015, p. 475). Todas as relações e questões que mencionamos aqui brevemente, certamente de forma muito rasa, nos importa pra compreender a categoria alienação na perspectiva marxiana, deixando clara as suas bases materialistas e sua incompatibilidade com a perspectiva hegeliana, como anunciado no início desse capítulo. Nesse sentido seguimos.

Para Marx, não existe um sentido teleológico da história, um sentido determinado, uma finalidade que necessariamente virá à existência — como aparece em Hegel. Em Marx o desenvolvimento da humanidade se dá na articulação dos atos individuais (objetivações e exteriorizações) com a totalidade social e com atos individuais dos outros indivíduos que compõem a totalidade social; se dá “não pelo conteúdo da consciência que os dirige, mas sim pelas consequências objetivas que produzem na reprodução da sociedade” (LESSA, 2015, p. 475-476), pelas consequências concretamente existentes no mundo material e não pela sua consciência sobre o mundo, é o que os indivíduos fazem e não o que eles pensam que determina os seus papéis na história. Assim:

Cada ação humana singular gera necessidades e possibilidades produzidas pelas ações dos outros indivíduos. Como a totalidade é mais do que a soma das partes, essa complexa, rica e mediada interação do “período de consequências” (Lukács) de cada ato singular com todos os “períodos de consequências” de todos os outros atos singulares resultará na vida cotidiana, isto é, na síntese de todos os atos em uma mesma totalidade imediata. (LESSA, 2015, p. 475-476)

A história é um processo causal e não teleológico. Cada situação histórica concreta é permeada pelo complexo processo de causa e efeito, de possibilidades e impossibilidades que podem ou não serem objetivados pelos atos singulares dos indivíduos concretos. Por mais que, tais atos sejam determinados pela totalidade social (claro que teria ainda todas as devidas mediações, mas, já vimos anteriormente que a necessidade primeira encontrasse no interior do complexo da economia), não altera em nada o fato de que os indivíduos, permeados por sua personalidade singular, seu complexo valorativo, etc., escolham o que será ou não objetivado. “Isso, que pode parecer um paradoxo, nada mais é do que reflexo do fato de que as escolhas individuais determinam o que cada indivíduo fará a cada momento, determinam o que será por eles objetivado” (LESSA, 2015, p.476), cada indivíduo, portanto, se autodetermina na história, faz a história, e só o faz ativamente porque faz parte dessa mesma história e assim recebe dela o “campo de possibilidades” com os quais efetivamente atua no mundo; e “contudo, esse papel ativo das escolhas pelos indivíduos apenas pode ocorrer porque tais escolhas têm seu solo fundante nas necessidades e possibilidades objetivas e subjetivas que surgiram (com todas as devidas mediações em cada caso) do desenvolvimento da humanidade em sua totalidade” (LESSA, 2015, p.476-477). O indivíduo só é capaz de fazer escolhas que correspondam a sua realidade concreta, a possibilidades e necessidades que de fato existem no seu cotidiano.

Vimos então que, para Marx, a história, por não ser um processo teleológico, não tem um único futuro possível, ela é por sua vez permeada de acaso. Se no presente se tem uma porção de possibilidades e necessidades que podem ou não serem atendidas e exploradas, podemos dizer que o futuro “será o resultado também do acaso que intervém em como a síntese dos atos humanos em tendências gerais atualizará esta ou aquela potência.” (LESSA, 2015, p. 477). O ser social faz a sua própria história. A história, e as leis universais que a

determinam, é um construto social, e assim sendo, do mesmo modo que são produzidas pela reprodução social também podem ser alteradas, modificadas e mesmo destruídas por essa mesma reprodução. Max (2011c, p. 25), nos diz que “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram”, ou seja, os indivíduos atuam sobre as bases construídas pelos indivíduos que os antecederam, “a tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos”. Uma vez que “as decisões dos indivíduos humanos são tomadas em circunstâncias determinadas socialmente”, os seres humanos fazem sua própria história mesmo que em situações não escolhidas por eles, e tal atuação atua na história “vale não apenas para a humanidade no seu conjunto e para os complexos sociais que a formam, mas também para a vida de cada indivíduo” (ALCÂNTARA, 2014, p. 60). As leis da história humana só permanecem atuantes enquanto não forem revogadas pela humanidade. Olhando para a história vimos que o desenvolvimento humano tanto criou como eliminou o escravismo e o feudalismo. As alterações substanciais feitas pelos seres humanos no seu modo de reprodução social determinam a permanência ou alteração das leis da história, “o fato de a história ser determinada por leis universais não cancela o fato de que os indivíduos possuem papel ativo nessa mesma história e, portanto, na gênese, desenvolvimento e reprodução dessas mesmas leis.” (LESSA, 2015, p. 478). Portanto, na perspectiva materialista-histórica a história dos humanos, da humanidade não haveria de ser teleológica; o processo histórico do presente para o futuro incorpora um *quantum* de acaso; desta constatação derivam uma série de consequências se nos colocássemos a analisar a relação entre indivíduo e sociedade, consciência e mundo, sujeito e objeto, etc., mas, o que nos interessa é que, para Marx, “essa necessária articulação entre causalidade e acaso é o fundamento último da possibilidade da alienação.” (LESSA, 2015, p. 478).

Para chegarmos à concepção marxiana da alienação tomaremos uma situação comum na história a fim de sermos didáticos, para tal usaremos um exemplo usado por Lessa (2015): uma determinada sociedade primitiva é acometida por uma terrível epidemia. O baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas dessa sociedade promove a eles um imenso conjunto de necessidades que não são capazes de sanar. Decorre disso, dessa base material que incide a um período de carência, uma representação a cerca do funcionamento do

mundo de que existem deuses e que estes são os responsáveis pela criação e ordenamento de tudo que existe, portanto, também do destino dos seres humano. Essa concepção de mundo os leva a crer que tal situação catastrófica havia de ser o desejo dos deuses. Diante disso, não restaria outra chance dos humanos sobreviverem senão convencer os deuses a poupá-los. Com tal conclusão, os indivíduos dessa sociedade começam a se organizar para fazerem oferendas, entregando aos deuses em sacrifícios os melhores alimentos, os melhores animais, também se reúnem para promover cerimônias religiosas, para render louvor aos deuses e acalmar sua fúria, para fazer vigílias de orações e jejum a fim de agrada-los, etc. Hoje sabemos que esse tipo de comportamento, ao invés de ter solucionado o problema da epidemia, pode ter sido definitivo para a extinção dessa sociedade. Em uma situação de carência, a decisão de entregar aos deuses sua melhor comida, provavelmente desencadeou um agravamento da desnutrição da população, e por consequência uma debilidade de suas defesas biológicas. Nesse contexto, ao se reunirem com frequência para cerimônias religiosas agravariam a contaminação da epidemia, favorecendo sua generalização.

Vimos nesse exemplo uma situação comum na história, onde os seres humanos não se reconheciam como os produtores da história, ao contrário, pensavam que seus destinos eram determinados por uma força externa a eles, os deuses. Quando o ser humano se relaciona com a sua própria ação como se fosse uma potência a ele externa, potência essa que o obriga, o massacra, o oprime e, quando determinadas relações sociais, condições sociais que a humanidade cria (como já vimos os homens fazem a sua história), agem de tal forma a ponto de ser prejudicial a ela própria, tem-se então o processo de alienação (*Entfremdung*). Quando a própria humanidade cria obstáculos ao seu próprio desenvolvimento, tendo consciência disso ou não, tem-se o processo de alienação, que é, em síntese, a desumanidade posta pelo ser humano. Lessa (2015, p. 479), nos fala que:

Em determinadas circunstâncias, as relações sociais podem se converter em obstáculos ao desenvolvimento da humanidade. Tendo ou não os indivíduos disso consciência. Quando as relações sociais se tornam entraves ao desenvolvimento humano, passam a ser uma relação social (criada, portanto, pelos humanos) que é anti-humana, desumana. São desumanidades criadas e reproduzidas pelos próprios humanos, são desumanidades socialmente postas. **Isto é, em**

Marx, a alienação: uma desumanidade socialmente posta. [grifo nosso]

Já vimos então que, cada situação histórica possui um conjunto de possibilidades e necessidades objetivamente postas no mundo, e que é ao confronta-las, mediante a reprodução social, que as relações sociais postas podem vir a exercer um papel social no sentido de impulsionar o desenvolvimento da humanidade ou de freá-lo. No exemplo que usamos, a concepção religiosa daquela sociedade levou os indivíduos a agirem no mundo de modo tal a ponto de impossibilitar a eles os resultados que promovessem sua sobrevivência, muito ao contrário, seus atos agravaram ainda mais a situação. Especificamente nesse exemplo, a concepção religiosa a cerca do mundo cumpriu uma função social alienante.

Portanto, o que determina um complexo como alienante ou não é a sua função social. Nas mesmas sociedades primitivas houve exemplos em que a religião não ocupou esse papel na sociedade, ao contrário, contribuiu, por exemplo, para generalizar conhecimentos que foram adquiridos no cotidiano, em um determinado momento histórico, e com a mediação das crenças e mitos, puderam ser passadas as outras gerações e aplicadas em situações futuras em outro momento histórico. Como exemplo disso, vejamos: uma sociedade primitiva, em um determinado momento, acreditou que cortar muitas árvores da floresta deixava o deus da chuva muito irritado — sua concepção de mundo, como no exemplo anterior, concebia que os deuses seriam os responsáveis pela criação e ordenamento de tudo que existe, inclusive o destino dos seres humano —, a floresta haveria de ser sua casa, e ao destruímos ela, Ele se zangou e mandou muita chuva dos céus como castigo. Nesse exemplo, vimos uma concepção de mundo religiosa, mas que teve um papel social de generalizar um conhecimento sobre o mundo concreto, qual seja, uma premissa verdadeira de que o desmatamento de florestas causa distúrbios climáticos. Nesse segundo exemplo a religião não teve um papel social alienante. Diante disso enfatizamos então que é **“a função que exerce na reprodução da sociedade, portanto que faz com que um complexo cumpra ou não um papel alienante.”** (LESSA, 2015, p. 480) [grifo nosso].

2.1. CONTRADIÇÃO DIALÉTICA ENTRE O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS E DAS CAPACIDADES HUMANAS

A humanidade já produziu e superou um número enorme de complexos alienantes. Ao transformar substancialmente o seu modo de reprodução social, vários complexos alienantes foram desaparecendo e outros foram surgindo, e esse processo nem sempre ocorreu pela via política ou com violências. Nesse panorama geral, nos interessa nesse estudo, um complexo de alienações específico, um complexo de alienações “que tem seu fundamento na exploração do homem pelo homem (na propriedade privada) e que apenas pode desaparecer pela superação da sociedade de classes.” (LESSA, 2015, p. 480).

Alguns dos típicos complexos sociais são sempre alienantes: o estado, a propriedade privada, a família monogâmica, as classes sociais, dentre outras, mas, a qualidade das alienações promovida por estes complexos sociais são distintas em certos momentos da história, tal distinção tem relação direta com o desenvolvimento das forças produtivas. Vejamos: **a alienação promovida por esses complexos no período de carência** — período em que a humanidade não possuía a capacidade produtiva capaz de sanar as necessidades humanas e ainda gerar excedente, portanto, sem a riqueza excedente não havia como promover o desenvolvimento das forças produtivas. Sobre isso Vieira Pinto (1962, p. 15), falou que “a falta de excedentes, [...] impunha a equidade da situação econômica de todos os homens, não havendo evidentemente sobras que pudessem permanecer na posse de alguns indivíduos mais fortes ou mais espertos, para impor aos outros o seu domínio” — **tem qualidade distinta da alienação promovida no período capitalista** — período em que a humanidade, ao acumular nas mãos de uma pequena parcela da população (a classe dominante) a riqueza excedente retirada da exploração do trabalho, possibilita que parte dessa riqueza seja empregada para o desenvolvimento das forças produtivas. Sem a produção de excedente que possa ser apropriado, privatizado, não há as condições necessárias para a existência de sociedades de classe; Vieira Pinto (1962, p. 15), afirma que é “com a melhoria dos instrumentos da produção”, que se determina “a passagem a novas formações sociais, nas quais começa a se tornar possível a acumulação de excedentes e a propriedade privada desses bens”, o filósofo brasileiro ainda ressalta que “é claro que quando isso começa a acontecer a sociedade se divide, perde a homogeneidade inicial, e surgem a figura dos aproveitadores da riqueza coletiva e a dos que aos poucos vão caindo no estado de penúria e servidão”.

Ocorre assim, em linhas gerais, a generalização das sociedades de classe, como forma de organização social. Nessa breve explanação nos é possível constatar que:

Por mais de 14 mil anos, portanto, o mais rápido desenvolvimento apenas foi possível pela destruição da maior parte da humanidade: a alienação, nesse caso, servia ao desenvolvimento das forças produtivas e, ao mesmo tempo, rebaixava o desenvolvimento humano ao patamar da propriedade privada. Não deixava de ser alienação — no limite, porque submete o humano às necessidades da reprodução da propriedade privada, tanto dos indivíduos das classes dominantes como entre os trabalhadores; tanto entre os homens quanto entre as mulheres, agora marcados pelo patriarcalismo. Todavia, ainda cumpria o papel de suporte ao desenvolvimento das forças produtivas. (LESSA, 2015, p. 481-482)

Vimos então que, em determinado momento da história da humanidade, a alienação cumpriu um papel de suporte para que houvesse o desenvolvimento das forças produtivas, ocorre que com a Revolução Industrial, esse quadro muda essencialmente. Lessa (2015), a luz do que Mészáros chamou de crise estrutural do capital, nos explica que, com o advento da revolução industrial, a humanidade experienciou uma potência na capacidade produtiva jamais antes vista na história. O desenvolvimento das forças produtivas foi de tal magnitude que a humanidade superou o período da carência e passou a viver um momento histórico de plena abundância, ou seja, com toda essa potência produtiva a humanidade produz uma quantidade imensamente maior do que ela necessita. Essa premissa, de produção em abundância própria do modo de produção capitalista, promove o seguinte fenômeno: a abundância gera a queda dos preços das mercadorias, uma vez que a oferta de mercadoria é muito maior que a sua procura; em consequência, o mercado, e a sua “mão invisível” que tudo controla e regula, deixa de cumprir seu papel social que é exercer com excelência a mediação para à acumulação de riqueza nas mãos da classe dominante; diante disso, para que a categoria lucro volte a ter seu protagonismo na organização social faz-se necessário promover um estado de carência, agora uma carência artificial, que é promovida pela interrupção periódica da produção, destruição de forças produtivas, em síntese, gera-se uma crise; nesse cenário construído a lei da oferta e da demanda se “regulam”, os preços voltam a subir e a produção é retomada, claro que isso apenas até a chegada da próxima crise, uma vez que se tornaram cíclicas. Em meados da década de 1970 chegamos ao ponto de que “a abundância

elevou-se a tal nível que as crises não conseguem, mesmo momentaneamente, superá-las. A crise torna-se um *continuum* e o desenvolvimento das forças produtivas torna-se cada vez mais impossível.” (LESSA, 2015, p. 482). Muito sucintamente, permeado de carências, apresentamos aqui as premissas de uma crise estrutural do capital como teorizada por Mészáros.

Pós Revolução Industrial, a humanidade experienciou, com o desenvolvimento da maquinaria, uma “tendência a reduzir ao mínimo as barreiras naturais humanas.” (MARX, 2017, p. 476). Em Marx, o ‘afastamento das barreiras naturais’, diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas, que ocorreram ao longo da história e que promoveram a crescente potencialização das ‘capacidades humanas’; o modo e a potência dos homens retirarem da natureza os meios de produção e subsistência, o desenvolvimento da sua força produtiva representa a capacidade da humanidade de fazer sua própria história. Contudo esse desenvolvimento que potencializa a humanidade frente à natureza, fazendo dos seres humanos os engendadores de seu próprio destino, também possui “um caráter de desigualdade e, como tal, pode não produzir a elevação da personalidade do homem, mas, ao contrário, a sua destruição” (ALCÂNTARA, 2014, p. 49). Os complexos que promovem o rebaixamento e/ou redução da capacidade dos seres humanos de fazer a sua própria história são complexos alienantes.

No capitalismo desenvolvido, esta antítese dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das individualidades, atinge uma qualidade nunca vista antes na história da humanidade. Tal contradição, entre as capacidades humanas e os complexos alienantes, aparece no capital de modo que a capacidade produtiva a serviço do capital está em antagonismo com a capacidade humana de fazer sua história. O capitalismo desenvolvido possui uma característica peculiar às formas de organização social pretéritas, nele, não há identidade entre o desenvolvimento da capacidade produtiva e o desenvolvimento da força produtiva; no capitalismo a relação que se dá, Dele com a humanidade, é de alienação e não de identidade, pois, quanto mais se aumenta a capacidade produtiva do capital mais precário e decadente é o desenvolvimento da humanidade, há aí um antagonismo que só poderá ser superado quando superado essa forma de organização social. Marx (2011, p. 705-706), nos diz que:

Mas, evidentemente, esse processo de inversão é simplesmente necessidade *histórica*, pura necessidade para o desenvolvimento das forças produtivas a partir de um determinado ponto de

partida histórico, ou base histórica, e de maneira nenhuma uma necessidade *absoluta* da produção; ao contrário, é uma necessidade evanescente, e o resultado e o fim (imane)nte) desse processo é abolir essa própria base, assim como essa forma do processo.

É fato ontológico decisivo que a alienação se trata de um fenômeno portador “de historicidade e, como tal, assume formas particulares de explicitação conforme as circunstâncias do momento ao qual corresponde” (ALCÂNTARA, 2007, p. 3), aparece de formas distintas, com intensidade e qualidade distintas de acordo com o momento histórico. “Esse seu caráter histórico faz da alienação um complexo em permanente relação com os demais complexos do mundo dos homens e com a totalidade social, tendo por base ineliminável uma determinada estrutura econômica” (ALCÂNTARA, 2007, p. 3), decorre-se daí a razão pela qual não é possível se desassociar do “nível de desenvolvimento das forças produtivas e do modo de ser das relações de produção” (ALCÂNTARA, 2007, p. 4), ambos estão intrinsecamente relacionados.

Vimos então que “o problema da alienação se conecta à relação entre o crescimento das forças produtivas e o desenvolvimento dos homens” (ALCÂNTARA, 2014, p. 48), e que no processo de reprodução social a contradição, “entre o desenvolvimento das forças produtivas e o rebaixamento da personalidade dos homens se expressa a essência **concreta** das alienações.” (ALCÂNTARA, 2007, p. 3) [grifo nosso].

Para entendermos melhor essa “essência **concreta** das alienações” precisamos entender que essa contradição tem sua gênese no interior do processo de objetivação/exteriorização. Já vimos anteriormente como se dá o processo de objetivação e exteriorização; vimos que estes complexos “constituem a base fundamental dos polos ontológicos essenciais do ser sócio-histórico: a sociabilidade e a individuação.” (ALCÂNTARA, 2014, p. 45), e, sendo assim, são momentos “inelimináveis da práxis humano-social”. Uma vez que, objetivação/exteriorização, são momentos do trabalho, forma especificamente humana de fazer o intercâmbio orgânico com a natureza, a objetivação e a exteriorização são produto de um ato unitário — contudo não idêntico entre si —, que é realizado por um indivíduo singular — mas que sempre se remete a sua generalidade —, e corresponde a dois momentos distintos da atividade humana, mas que se

articulam dialeticamente, cada um com suas características distintas, “a objetivação segue no sentido do crescimento das forças produtivas, a exteriorização segue no sentido do desenvolvimento dos indivíduos singulares, de cujo processo emerge a personalidade humano-social” (ALCÂNTARA, 2014, p. 45).

Sobre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das capacidades humanas, Marx e Engels (2007, p. 72), nos explicam que, inicialmente precisamos mostrar dois fatores. Um fator é que as forças produtivas, por mais que sejam as forças dos indivíduos, aparecem completamente independente e separado destes, aparecem como que pertencentes a um mundo a parte dos indivíduos, um mundo que tem sua existência lado a lado com ele, mas independente e separado dele, uma vez que os indivíduos “existem dispersos e em oposição uns com os outros, enquanto, por outro lado, essas forças só são forças reais no intercâmbio e na conexão desses indivíduos”. Vê-se então que as totalidades das forças produtivas assumiram tal potência objetiva que já “não são mais as forças dos indivíduos, mas as da propriedade privada”, e uma vez que isso se dá dessa forma as forças produtivas ‘voltam’ a aparecer nas relações sociais como forças dos indivíduos, quando estes passam a ser proprietário privado, e apenas na medida em que esse movimento ocorre e apenas para aos que é possível se fazer ser proprietário privado de determinadas forças produtivas.

Marx e Engels (2007, p. 72), ainda nos falam que “em nenhum período anterior as forças produtivas assumiram essa forma indiferente para o intercâmbio dos indivíduos *na qualidade de* indivíduos, porque seu próprio intercâmbio era ainda limitado”, no capitalismo, tem-se um desenvolvimento das forças produtivas como nunca antes vivenciado pela humanidade. Outro fato é que a grande maioria dos indivíduos, dos quais essas forças se separam, entram em confronto com tais forças produtivas e, por isso, “privados de todo conteúdo real de vida, se tornaram indivíduos abstratos, mas que somente assim são colocados em condições de estabelecer relações uns com os outros *na qualidade de indivíduos*”. Mesmo que o trabalho seja o único vínculo do indivíduo com as “forças produtivas” e com sua “própria existência”, ele perdeu para o indivíduo:

toda aparência de autoatividade e só conserva sua vida definhando-a enquanto, em períodos precedentes, a autoatividade e a produção da vida material estavam separadas pelo único fato de que elas incumbiam a pessoas diferentes e que a

produção da vida material, devido à limitação dos próprios indivíduos, era concebida ainda como uma forma inferior de autoatividade, agora a autoatividade e a produção da vida material se encontram tão separadas que a vida material aparece como a finalidade, e a criação da vida material, o trabalho (que é, agora, a única forma possível, mas, como veremos, negativa, da autoatividade), aparece como meio. (MARX; ENGELS, 2007, p. 72-73)

Os autores (2007, p. 73) ainda ressaltam que, diante desse tipo de sociabilidade os indivíduos “devem apropriar-se da totalidade existente de forças produtivas, não apenas para chegar à autoatividade”, mas para assegurar a sua própria existência, provendo para si sua subsistência. Tal apropriação está em um primeiro momento, “condicionada pelo objeto a ser apropriado — as forças produtivas desenvolvidas até formar uma totalidade e que existem apenas no interior de um intercâmbio universal”. Bom, para os autores, diante desse horizonte, há de haver em tal apropriação “um caráter correspondente às forças produtivas e ao intercâmbio”, uma vez que “a apropriação destas forças não é em si mesma nada mais do que o desenvolvimento das capacidades individuais correspondentes aos instrumentos materiais de produção”, estes que dependem do momento histórico podem ser mais ou menos desenvolvidos, portanto, possuem qualidades diferentes em determinados momentos históricos. Marx e Engels (2007, p. 73), deixam bem claro que “a apropriação de uma totalidade de instrumentos de produção é, precisamente por isso, o desenvolvimento de uma totalidade de capacidades nos próprios indivíduos”.

Ocorre que, o desenvolvimento da objetivação (transformação do mundo objetivo) não é idêntico ao desenvolvimento da exteriorização (transformação da subjetivada humana), demarca-se aí os “elementos que fundamentam a desigualdade entre desenvolvimento das forças produtivas e das individualidades humanas” (ALCÂNTARA, 2014, p. 46). Alcântara (2014), nos fala que Lukács constata essa profunda contradição dialética como alienação, no sentido ontológico preciso historicamente, pois diz respeito aos complexos que fundam o ser social e a história de constituição e desenvolvimento da humanidade, da totalidade social.

Ao invés de produzir individualidades tão ricas quanto à objetividade do mundo (forças produtivas) poderiam permitir, ao potencializar o desenvolvimento das forças produtivas, o ser humano é

capaz de proporcionar seu próprio rebaixamento do desenvolvimento individual, e isso pode ocorrer de modo tal que fica inclusive aquém do desenvolvimento humano genérico; “ao invés de impulsionar positivamente o desenvolvimento da humanidade, obstaculiza-o, transformando-se em um momento socialmente posto de negação do próprio homem,” (ALCÂNTARA, 2007, p. 3) é essa a própria oposição dialética que se expressa como alienação. E ainda:

Na economia capitalista, as forças produtivas, ao se desenvolverem, não apenas produzem individualidades mais ricas e desenvolvidas, mas, contraditoriamente, desencadeiam um processo de desumanização que se eleva a patamares jamais constatados em estágios inferiores de desenvolvimento. A exemplo de Marx, Lukács reconhece a importância de tal desenvolvimento, contudo, enfatiza os limites ontológicos quando ocorre no âmbito de uma sociedade permeada por interesses de classe, em especial, a sociedade capitalista. (ALCÂNTARA, 2007, p. 6)

Foi Marx, quem primeiro levantou a questão de que a “produção pela produção” nada mais significava do que o “desenvolvimento das forças produtivas humanas”, ou seja, “*o desenvolvimento da riqueza da natureza humana como fim em si*” (apud, LUKÁCS, 2018, p. 503) ³. Somente com Marx o fenômeno da alienação tomou bases concretas, de modo que a apreensão do fenômeno da alienação humana só seria possível mediante a análise da real e complexa conexão entre desenvolvimento das forças produtivas e desenvolvimento dos indivíduos sociais, compreendendo, portanto, dialética e historicamente, as categorias trabalho, objetivação e exteriorização. Marx (apud, Lukács, 2018, p.503), nos esclarece a respeito desse antagonismo que:

[...] esse desenvolvimento das aptidões da espécie *humana*, embora se faça de início à custa da maioria dos indivíduos e de classes inteiras, por fim rompe esse antagonismo e coincide com o desenvolvimento do indivíduo isolado; que assim o desenvolvimento mais alto da individualidade só se conquista por meio de um processo histórico em que os indivíduos são sacrificados.

³ Fizemos uso do ‘apud’ apenas porque não conseguimos acesso ao texto de Marx intitulado: ‘Teorias da mais-valia’.

Lukács (2018), a cerca dessa citação de Marx, diz que o fator interessante é que o desenvolvimento das forças produtivas conduz de imediato a uma transformação das capacidades humanas, que por sua vez, contraditoriamente, contém em si a possibilidade de, no processo, sacrificar os indivíduos. Contudo essa contradição é necessária. Vejamos o porquê revisitando questões tratadas anteriormente. Essa contradição pressupõe os momentos do processo de trabalho que, como já vimos, são momentos indissociáveis do processo de trabalho; “não existe [...] uma identidade entre objetivação e exteriorização”, e se é “verdade que esses momentos são indissociáveis, é igualmente verdadeiro que eles contêm diferenças ontológicas reais enquanto momentos efetivamente distintos, eliminando também qualquer identidade sujeito/objeto” (ALCÂNTARA, 2014, p. 54). Ao mesmo tempo em que temos tais distinções e indissociabilidades, temos a alienação manifestando-se “forma distinta em cada indivíduo singular e em circunstâncias diversas” (ALCÂNTARA, 2014, p. 54). Já vimos também que o processo de produção é um processo causal, não teleológico, em suma é uma síntese de posições teleológicas objetivadas, tais “posições teleológicas singulares constituem o ponto de partida para cadeias singulares que se sumarizam no processo como um todo: nele recebem também novas funções e significados, que, contudo, jamais podem perder seu caráter causal” (LUKÁCS, 2018, p. 504); nesse complexo processo as “heterogeneidades nos grupos de posição, suas relações entre si, etc., produzem o que Marx costuma descrever como a desigualdade do desenvolvimento” (LUKÁCS, 2018, p. 504), contudo, o caráter causal da reprodução social, tanto do todo como de suas partes, não é superado.

Percebemos então que tal contradição é necessária no sentido de que ela *deve* de processos que fundam a sociabilidade e a individuação, portando são indissociáveis da práxis social. Diante desses complexos fenômenos que se relacionam dialeticamente, nos conteremos apenas no fenômeno da alienação, que podemos formular assim:

[...] o desenvolvimento das forças produtivas é ao mesmo tempo, de modo necessário, o das capacidades humanas. Todavia — e aqui o fenômeno da alienação adentra plasticamente à luz do dia — o desenvolvimento das capacidades humanas deve, não necessariamente, levar a um desenvolvimento da personalidade humana. Ao contrário: precisamente por esse desdobramento

ascendente das capacidades singulares ele pode distorcer, degradar a personalidade humana. (LUKÁCS, 2018, p. 504)

Vimos então que Marx é o primeiro, na história do pensamento, a esclarecer o fenômeno da alienação mediante uma epistemologia-metodologia materialista histórica, e assim ele elucida a contradição dialética que funda a alienação, qual seja que o desenvolvimento das forças produtivas desenvolve também as capacidades humanas. Ocorre que, em sociedades de classe, tal desenvolvimento se efetiva mediado por “um processo histórico em que os indivíduos são sacrificados”. Hora, se, como já vimos que para Marx, “a produção pela produção” significa apenas “desenvolvimento das forças produtivas humanas”, ou seja, “o desenvolvimento da riqueza da natureza humana como fim em si”, pode-se concluir que a produção dos valores de uso necessários para sanar as necessidades dos indivíduos sociais não há de ser, por si só, produtora de desumanidades. O desenvolvimento das forças produtivas não pode ser em si negativo, uma vez que, como já vimos, eles resultam do processo de trabalho e dos complexos de objetivação e exteriorização, que promovem o intercâmbio orgânico do homem com a natureza transformando, dialeticamente, o mundo e a si mesmo, desencadeando novas possibilidades, novas habilidades, novas capacidades e sensibilidades que impulsionam os indivíduos sempre para além deles próprios, enquanto singularidade, e também impulsiona a sociabilidade, o gênero humano. Ocorre que tal impulso pode vir a ser no sentido de evolução ou de involução — e nesse último encontramos a possibilidade de produção de desumanidades — uma vez que a história é um processo causal. Percebe-se esse fato quando, no processo histórico, identificamos alguns momentos em que os homens construíram relações sociais alienadoras, como já exemplificamos no início desse capítulo. A cerca disso Lukács (2018, p. 504), disse que “o desenvolvimento das forças produtivas imediatamente conduz a uma formação superior das capacidades humanas que, todavia, contém em si ao mesmo tempo a possibilidade de, nesse processo, sacrificar os indivíduos (classes inteiras)”, demonstrando como na reprodução social o desenvolvimento da sociabilidade e a da individuação podem ter crescimentos desiguais.

Os aspectos até o momento abordados nos permitem apreender que, na discussão a cerca da alienação, a contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das capacidades humanas e das personalidades singulares possui importante

centralidade. Por sua vez, tal centralidade e contradição nos leva a refletir sobre os atos de trabalho e seus momentos, objetivação/exteriorização, como componentes permanentes da vida cotidiana dos indivíduos sociais, pois promovem a reprodução material da existência. Na vida cotidiana, diante de uma determinada necessidade os indivíduos atuam no mundo objetivando objetos, e toda objetivação tem uma exteriorização correspondente que “projeta” o sujeito no mundo, projeta no sentido amplo de Vieira Pinto, significando um movimento dialético de “deixar” no mundo parte de si e “levar” do mundo parte dele. É este, “Sob quaisquer circunstâncias”, o “lugar ontológico das alienações, e não importa se as exteriorizações são derivadas das objetivações do trabalho ou de outras objetivações da práxis social. Entretanto, não existe identidade entre alienação e exteriorização” (ALCÂNTARA, 2014, p. 60). Alcântara (2014, p.73) ainda nos diz, que o problema da alienação possui uma profunda relação “entre o desenvolvimento das forças produtivas e o da personalidade humana”, uma vez que é mediante estas relações que se “operam mediações como objetivação do objeto e exteriorização do sujeito enquanto base da práxis e do pensamento humano, momentos distintos de um processo unitário. (ALCÂNTARA, 2014, p. 73)

Até o momento apreendemos que todos os processos de alienação envolvem as objetivações e as exteriorizações, uma vez que todo o ato humano é mediado por esses complexos. Tal envolvimento se dá na medida em que os processos de alienação envolvem as objetivações (transformação objetivas) e interferem nas exteriorizações (transformações subjetivas). Mas, de modo algum se pode afirmar que o inverso é verdadeiro. Nem todo processo de objetivação e exteriorização cumpriu um papel social alienante — tal afirmação impossibilitaria a existência atual da própria humanidade —, muito pelo contrário, a maior parte dos processos de objetivação e exteriorização ao longo dos tempos potencializou a humanidade e desencadeou o “afastamento das barreiras naturais”, potencializando as capacidades humanas frente à natureza. Disso tiramos a conclusão de que “não há alienação sem a objetivação de teleologias e sem a exteriorização das individualidades”, mas, “certamente há objetivações e exteriorizações que não são alienadas” (LESSA, 2015, p. 487).

O fato de a alienação ter seu fundamento na exteriorização não significa, de modo algum, que ambos os complexos são idênticos. Ao menos não na concepção marxiana de alienação e exteriorização, na

concepção Hegeliana há sim uma identidade entre as categorias.⁴ Pois como vimos é sim possível haver exteriorização não alienada, embora determinadas formas de alienações provem de exteriorizações. A exteriorização, diferente da alienação, possui em si conotação positiva, uma vez que está constitui a personalidade do indivíduo, “ela corresponde ao momento de afirmação do homem enquanto partícipe do processo de objetivação” (ALCÂNTARA, 2014, p. 55). Realçar estas questões significa que reconhecemos à íntima e indissociável ligação dos momentos do processo de trabalho, objetivação e exteriorização — não sua identidade — mas, é apenas dessa última que deriva a alienação. Temos então uma clara distinção entre exteriorização e alienação: “se a segunda é possível em decorrência da primeira, esta, porém, não produz necessariamente alienações” (ALCÂNTARA, 2014, p. 55). O que é decisivo nessa questão é que “sua decorrência está intimamente relacionada à estrutura do ser, ou seja, da objetividade social quando esta põe no centro certas alienações”, tem bases objetivas, concretas, “o que nos leva a ver que não se trata de um fenômeno meramente oriundo da subjetividade, senão das condições objetivas em que os indivíduos vivem e agem” (ALCÂNTARA, 2014, p. 55). A alienação, na perspectiva marxiana é um fenômeno predominantemente objetivo, o indivíduo tomar consciência ou não de sua existência em nada interfere na sua existência.

As exteriorizações tem papel importante e decisivo na construção da personalidade do indivíduo uma vez que cada indivíduo singular tem sua própria reação e seus próprios efeitos oriundos desse processo, tendo isso em mente é possível apreender a “íntima relação da personalidade com várias formas de alienação” (ALCÂNTARA, 2014, p. 55), uma vez que é na produção material que as alienações encontram seu fundamento, e “algumas delas são mais decisivamente determinadas pela reprodução social, seja no âmbito da sociabilidade, seja no âmbito da individuação” (ALCÂNTARA, 2014, p. 55-56). Isso nos leva a afirmar que as alienações que brotam da produção (da propriedade privada, baseada na produção de valores de troca), exibem um predomínio do seu fundamento material, do trabalho alienado. Sem desconsiderar o trabalho alienado como fundamento dos processos alienantes que estamos tratando, percebe-se que “a reprodução social exerce o momento predominante nas alienações que derivam mais

⁴ Sobre isso ver o texto “Alienação e estranhamento” de Sergio Lessa publicado como Apêndice no livro de Karl Marx “Cadernos de Paris; Manuscritos Econômico-filosóficos de 2015.

diretamente deste campo, como, por exemplo, as alienações religiosas” (ALCÂNTARA, 2014, p. 56).

Há outro aspecto que tem papel decisivo na contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e desenvolvimento das capacidades humanas, que Alcântara (2014, p. 60) nos apresenta, a divisão do trabalho. A divisão do trabalho “determina o crescimento das capacidades a ela necessárias e impulsiona as objetivações a gerar nos indivíduos comportamentos adequados ao desenvolvimento das forças produtivas”, ao passo que “o retorno das exteriorizações provoca, nos mesmos sujeitos envolvidos no processo de trabalho, diferenças bastante significativas que podem ser favoráveis ou não ao desenvolvimento da personalidade”. Como já vimos anteriormente, a categoria da exteriorização possui em si conotação positiva, uma vez que por meio dela constitui-se a personalidade dos indivíduos, enquanto a “alienação tem sentido negativo porque pode aviltá-la e impedir o seu desenvolvimento”.

Para nos aproximarmos do fenômeno da alienação faz-se necessário apreender a dialética entre a objetividade do ser social e as imprevisibilidades imanentes em cada ato individual quando as decisões e alternativas escolhidas pelos indivíduos singulares, pois sua atuação no mundo pode gerar ou não desumanidades, alienação; “A alienação tem na exteriorização do sujeito individual uma das suas origens sociais, mas também um veículo da sua superação. O fato de tratar-se de um dos fenômenos sociais mais nitidamente centrados nos indivíduos não deve dar margem a subjetivismos”. (ALCÂNTARA, 2014, p. 57). Portanto, para compreender a alienação na perspectiva marxiana, é fundamental não perder de vista as categorias sociais da objetivação e exteriorização, assim como também a categoria da personalidade, bem como as apreender em sua complexa relação dialética, reconhecendo que seu desenvolvimento acontece em uma relação desigual e contraditória no interior dos processos de produção e reprodução social. Assim sendo “não apenas a reprodução da totalidade social é um produto do processo de afastamento das barreiras naturais, mas também a reprodução da vida individual” (ALCÂNTARA, 2014, p. 64), uma vez que as manifestações fundamentais da esfera biológica dos seres humanos, os atos de se nutrirem, se reproduzirem, sofrem profundas mudanças, se tornam qualitativamente diferentes, se tornam intrinsecamente sociais, a ponto de, por exemplo, a fome de um indivíduo social passar a ser a fome de comida digerível e nutritiva claro, mas também de uma refeição servida em uma mesa, com talheres. Marx nos diz que:

[...] não só os cinco sentidos, mas também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.), numa palavra, o sentido *humano*, a humanidade dos sentidos, apenas advém pela existência do *seu* objeto, pela natureza *humanizada*. A *formação* dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até hoje (MARX, 2015, p. 352)

Em síntese, vimos que para apreender a categoria da alienação na perspectiva marxiana fez-se necessário em um primeiro momento apreender o trabalho como categoria fundante do ser social, apreender que é pelo trabalho que ocorre o intercâmbio orgânico com a natureza, que é neste momento, específico ao mundo dos homens, que se estabelece a relação dos seres humanos com a natureza e entre si. No segundo momento identificamos a objetivação e a exteriorização como momentos do processo de trabalho mediante os quais resulta o desenvolvimento das forças produtivas e também das capacidades e individualidades humanas; fez-se necessário enfatizar as categorias da “alternativa” e “causalidade”, ambas pertencentes aos atos individuais singulares, uma vez que, estes possuem elevada relevância para o fenômeno da alienação. No momento seguinte apreendemos a relação contraditória e desigual que se dá entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das capacidades e individualidades humanas, na qual se encontra a base do problema da alienação. E finalmente ao apreendermos que a objetivação e a exteriorização são momentos do processo do trabalho, e que são dialeticamente articuladas e indissociáveis evidencia-se “os fundamentos ontológicos dos processos sociais e, particularmente, das alienações como momentos que reproduzem socialmente a desumanidade” (ALCÂNTARA, 2014, p. 47); nessas bases apreendemos a essência concreta das alienações.

A partir desse momento, já com a compreensão das bases materiais e da essência concreta da categoria alienação, nos limitaremos a tratar apenas de um tipo de alienação, da alienação que brota da sociedade de classe e da propriedade privada. Para tal — como o trabalho é a categoria fundante do ser social, e é a partir dele, com as devidas mediações, que a humanidade tem a possibilidade de produzir e reproduzir desumanidades —, iniciaremos a investigação das alienações que brotam da sociedade de classe e da propriedade privada pela análise do trabalho nas sociedades mercantis.

2.2. TRABALHO ALIENADO

O trabalho é a categoria fundante do ser social; dele, com as devidas mediações, se originam a estrutura de diferentes formas de sociabilidade e de constituição dos indivíduos sociais; e assim sendo é a força motriz, insuperável e decisiva da reprodução e do desenvolvimento da humanidade. É pela mediação do trabalho que os seres humanos fazem o intercâmbio com a natureza a fim de produzirem valores de uso para sanar suas necessidades cotidianas. Diante dessa premissa podemos afirmar que o tipo de trabalho determina o tipo de sociabilidade, uma vez que no processo de trabalho os seres humanos se relacionam com a natureza e entre si, e nesse processo encontra-se a gênese da produção e reprodução social em toda sua complexidade. Diante deste papel fundante do trabalho, quando em determinada forma de organização social o trabalho assume formas produtora de desumanidades ele funda uma sociedade desumana. Essa forma de trabalho é o trabalho alienado próprio das sociedades capitalistas.

Diferente da forma primária fundamental do trabalho, que cria valores de uso, o trabalho alienado cria valores de troca. Nesse tipo de trabalho o objetivo fim da atividade produtora não é sanar necessidades humanas, mas sim as necessidades do capital. O trabalho alienado está em relação de constituição, e ao mesmo tempo de se constituir, com o complexo da propriedade privada, que por sua vez implica a divisão do trabalho que promove a produção de mercadorias própria da sociedade mercantil. Trabalho alienado, portanto, não é somente uma forma de trabalho, mas é, “a *única* forma de trabalho que a Economia Política reconhece, hipostasiando-a e conferindo-lhe um *caráter natural e eterno* (próprio de uma concepção de *natureza humana* supra-histórica, tal como aparece, p.ex., em Smith” (NETTO, 2015, p. 70); Por reconhecerem apenas esse tipo de trabalho como possível, ele necessariamente possuirá caráter de eterno e insuperável, uma vez que considerando como real e essencial uma natureza humana competitiva, mesquinha e egoísta, essa seria realmente a única forma de sociabilidade possível para os seres humanos. Mas como já vimos, essa premissa está equivocada, já vimos que o trabalho como metabolismo com a natureza é atividade insuperável independente da forma de organização social, contudo a forma como os seres humanos se organizam para efetuar tal metabolismo é produzido e reproduzido pelos próprios seres humanos, e determinado historicamente pela história construída por eles. Diante disso, faz-se necessário compreender o trabalho alienado, sem que se de

a ele status de eterno e insuperável, nem mesmo de única forma possível de sociabilidade.

Para compreender o trabalho alienado vejamos o que Marx (2015) nos diz. Já vimos que para Marx, o ser humano vive da natureza, ou seja, ele é um ser natural e por isso necessita manter constantemente um processo com a natureza a fim de manter sua vida. O trabalho é o processo pelo qual o ser humano mantém essa relação com a natureza. Diante disso, Marx nos diz que “na medida em que o trabalho alienado aliena ao homem, 1) a natureza, 2) ele próprio, a sua própria função ativa, a sua atividade vital, assim ele aliena do homem o *gênero*” (MARX, 2015, p. 311), ou seja, sua potência enquanto totalidade, enquanto gênero, pois “torna-lhe a *vida genérica* meio de vida individual” (MARX, 2015, p. 311); Em um primeiro momento, aliena a “vida genérica” e também a “vida individual”, em um segundo momento torna a vida individual “finalidade” da vida genérica, ambas na sua forma “abstrata e alienada”.

Como já vimos, o trabalho aparece para os seres humanos apenas como a forma pela qual eles satisfazem suas necessidades, por serem seres naturais e sociais, faz-se necessário, pelo trabalho, manter intercâmbio com a natureza com a finalidade de manter sua existência física. Mas como já vimos à própria “vida produtiva é a vida genérica”, no modo de exercer o processo de trabalho, enquanto atividade vital para o ser humano, “reside todo o caráter de uma *species*, o seu caráter genérico e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A própria vida aparece apenas como *meio de vida*” (MARX, 2015, p. 312). Trabalhar é a forma propriamente humana de produzir, e assim resolver a sua contradição dialética com a natureza, sanar as suas necessidades, e é, portanto, a sua vida produtiva a sua própria vida genérica, uma vez que é comum a todos os indivíduos que compõem o gênero humano.

Diferente do animal que é um em sua atividade vital, ou seja, não se diferencia da natureza, está limitada as condições físico-biológicas determinadas pela sua natureza, o ser humano, “faz a sua própria atividade vital objeto da sua vontade e da sua consciência. Tem atividade vital consciente” (MARX, 2015, p. 312), pois transforma a natureza em objetos de sua necessidade, objetivando o novo, que não existia previamente e nem poderia ser produzido pela própria natureza. “Só por isso a sua atividade é atividade livre” (MARX, 2015, p. 312). Pois diferente da atividade do animal que é limitada, que atua na natureza a fim de satisfazer apenas a sua necessidade imediata, atuando de forma unilateral, o ser humano com sua atividade livre, produz universalmente, independentemente de sua necessidade física imediata, e

mais, “só produz verdadeiramente na liberdade da mesma” (MARX, 2015, p. 312), pois a produção verdadeiramente livre é aquele em que se está livre da necessidade imperiosa de se trabalhar para viver.

Ocorre que, com o trabalho alienado, esse caráter próprio da atividade humana, se inverte, de modo que “o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para a sua *existência*” (MARX, 2015, p. 312), sua “atividade livre” agora aparece alienada, pois é meio de sua existência de sua sobrevivência em determinado modo de organização social.

O indivíduo no processo de trabalho, ao objetivar teleologias com a finalidade de sanar necessidades, e nesse processo, produzir novas possibilidades e novas necessidades, ele transforma a natureza e a si próprio, em outras palavras, no processo de trabalho há “a *objetivação da vida genérica do homem*” (MARX, 2015, p. 313), na medida em que o indivíduo se duplica, generaliza conhecimentos sobre o mundo e sobre si, e passa a ser enquanto gênero humano, mais potente frente à natureza, ele se contempla em um mundo criado, produzido por ele, e é por isso que “na medida em que arranca ao homem o objeto da sua produção, o trabalho alienado arranca-lhe a sua *vida genérica*, a sua real objetividade genérica, e transforma sua vantagem sobre o animal na desvantagem de lhe ser retirado o seu corpo inorgânico, a natureza” (MARX, 2015, p. 313). Como ser social, as regras de sociabilidade, mesmo que, historicamente, produzidas por ele, lhe escapam e o condicionam a seguir as leis vigentes em cada modo de organização da produção e reprodução social. O trabalho alienado “aliena do homem o seu corpo próprio, bem como a natureza fora dele, bem como a sua essência espiritual, a sua essência *humana*” (MARX, 2015, p. 314). Quando falamos que o ser humano está alienado de seu gênero, o que estamos dizendo é que o ser humano está alienado do outro igual a si, pertencente ao seu gênero, que por sua vez está também, cada singularidade que compõe essa totalidade, alienado da sua essência humana.

Hora, se o produto do trabalho é alienado de seu produtor e o confronto como um poder alienado, a quem ele pertence então? Marx (2015), responde a essa questão nos dizendo que o ser, a quem tanto o trabalho quando o produto do trabalho pertence, e “a serviço do qual está o trabalho e para fruição do qual o produto do trabalho é, só pode ser o próprio homem” (MARX, 2015, p. 315), nenhum deus, nem a natureza pode exercer tal domínio sobre ser humano, apenas o próprio ser humano pode exercer esse poder alienador. É, portanto, uma autoalienação, uma desumanidade posta pelo próprio humano. E assim

sendo só pode aparecer socialmente, em relações práticas entre seres humanos, “o meio pelo qual a alienação procede é ele próprio um meio *prático*” (MARX, 2015, p. 316). Pelo trabalho alienado:

o homem gera, portanto, não só a sua relação com o objeto e o ato da produção como homens alienados e hostis a ele gera também a relação na qual outros homens estão com a sua produção e o seu produto e a relação em que ele está com esses outros homens. [...] Tal como aliena de si a sua própria atividade, assim também atribui ao alienado a atividade que não lhe é própria. (MARX, 2015, p. 316)

A respeito da produção humana, Marx (2015, p. 222), nos apresenta capciosamente, como aparecem às relações de produção em organizações sociais de produção não alienantes e em relações sociais de produção alienantes, vejamos duas de suas suposições: i) o trabalho, nas organizações sociais de produção não alienantes, seria “uma livre manifestação de vida, um gozo de vida”, já nas relações sociais de produção alienantes, sob a propriedade privada, o trabalho é “alienação de vida, porque trabalho para viver, para conseguir um meio de viver. Meu trabalho não é a minha vida”; ii) nas organizações sociais de produção não alienantes “a minha individualidade particular, a minha vida individual, seria afirmada pelo trabalho. O trabalho seria, então, uma verdadeira propriedade, uma propriedade ativa”, já nas relações sociais de produção alienantes, sob a propriedade privada, “a minha individualidade está alienada a tal grau que esta atividade me é detestável, motivo de tormento”, ela é explorada e intensificada em graus cada vez mais intensos tão logo o gênero humano se torna mais potente frente a natureza, e criam-se novas formas de exploração e intensificação desse tipo de trabalho, que aparece como “um simulacro de atividade, uma atividade puramente forçada, que me é imposta por um constrangimento exterior e contingente e não por uma exigência interna e necessária”.

Vimos até o momento que a categoria propriedade privada é fundada mediante o trabalho alienado, que pressupõe a exploração do trabalho e a apropriação privada de parte do valor gerado por tal trabalho. Já a categoria trabalho alienado foi concebida por Marx, quando este, ao compreender o trabalho como categoria fundante do mundo dos humanos, ao compreender a essência humana, “*apreendeu como a alienação trava o desenvolvimento desta essência, compromete-a, fere-a, lesiona-a, violenta-a e a nulifica*” (NETTO, 2015, p.69).

Mediante isso, logo se vê que “a crítica marxiana da alienação remete, pois, à distinção *existência/essência humanas* que se inscreve na condição operária” (NETTO, 2015, p. 70).

No capitalismo desenvolvido, como já vimos anteriormente, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das individualidades alcança patamares únicos na história da humanidade; ao mesmo tempo em que o capitalismo traz um crescente progresso econômico-social, ele também intensifica a alienação. Para apreender a alienação que brota da sociedade de classe e da propriedade privada, iniciaremos nossa análise pelo trabalho próprio das sociedades mercantis.

2.2.1. Trabalho nas Sociedades Mercantis: força de trabalho como mercadoria

No interior das sociedades mercantis, a natureza do processo de trabalho, a sua essência, não sofre nenhuma alteração, pois a produção de valores de uso ou de bens independe da forma de organização social; Marx (2017, p. 255) afirma que o trabalho não sofre “nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada”. Contudo, neste tipo de sociedade, o aspecto fundante do trabalho, faz-se presente, porque não haveria de ser de outra forma, mas aparece supressumido, a essência do trabalho, tal qual a vimos até o momento quando apresentamos o trabalho como fundante do ser social, aparece em sua forma negada dialeticamente (*Aufhebung*); ele comparece, mantendo o intercâmbio orgânico com a natureza, mas seu objetivo fim não é mais sanar as necessidades humanas, a ação humana no mundo, a objetivação e exteriorização humana já não é a objetivação e a exteriorização de necessidades humanas, é, por sua vez, a objetivação e exteriorização de necessidades do capital. Assim os seres humanos produzem sociabilidades e individualidades submetidas às leis do capital. Vejamos como se dá às relações sociais de produção nas sociedades mercantis.

Nas sociedades mercantis pressupõe-se a produção de mercadorias. Neste tipo de sociedade, as relações sociais se dão na compra e venda de produtos do trabalho abstrato, ou seja, na compra e venda de mercadorias. Marx (2017, p. 113) ao iniciar sua investigação do sistema capitalista, inicia sua análise pela mercadoria, uma vez que, nas sociedades “onde reina o modo de produção capitalista”, a riqueza

da sociedade aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”; dessa premissa constatamos nosso pressuposto. Marx (2017, p. 113), ainda define a mercadoria como sendo, “antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer”, sejam elas do “estômago ou da imaginação”, para Marx a natureza da necessidade não é uma questão relevante, também não é o “como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção”. Dito isso, vejamos como se dá as relações na sociedade das mercadorias.

A produção de mercadorias, nas sociedades mercantis, possui como fim último a valorização do valor. Para que tal fim seja almejado, faz-se necessário que o possuidor da mercadoria dinheiro, como que por sorte (parafrazeando Marx), encontre na esfera da circulação do mercado “uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor” (MARX, 2017, p. 242). O tipo de mercadoria, com as características peculiares e específicas que Max descreve como sendo capaz de produzir, de criar valor na medida em que é consumida, é a mercadoria **capacidade de trabalho** ou **força de trabalho**.

Por capacidade de trabalho ou força de trabalho, em Marx (2017, p. 242), compreende-se como sendo “o conjunto das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”. A força de trabalho é a capacidade que os seres humanos possuem de mover toda sua “corporeidade”, suas aptidões físicas e mentais para atuarem ativamente na matéria natural, objetivando sua prévia-ideação a fim de produzirem objetos provenientes do seu trabalho. A capacidade, de produzir algo novo, que não existia previamente no mundo, é uma habilidade exclusivamente humana, e no processo de produção se faz presente à totalidade do indivíduo, suas aptidões físicas, sua mente, sua subjetividade.

Ao se encontrarem no mercado, o possuidor da mercadoria dinheiro e o possuidor da mercadoria força de trabalho, estabelecerem uma relação entre si onde o possuidor de dinheiro apresenta-se como comprador e o possuidor da força de trabalho como vendedor de sua mercadoria, estabelecendo assim, em primeira análise, “uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais” (MARX, 2017, p. 242). Deste modo, o

homem possuidor de sua força de trabalho ao vendê-la para o comprador da força de trabalho põe em ato aquilo que estava em potência, qual seja, sua capacidade de mover a sua corporeidade, suas capacidades física e mental de objetivar teleologias no mundo, pôr em ato a sua potência de ser capaz de trabalhar; o segundo, ao comprar essa mercadoria peculiar a consome, fazendo com que o seu vendedor trabalhe, uma vez que “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho” (MARX, 2017, p. 255), e fazendo com que o trabalhador trabalhe, o comprador consome a mercadoria comprada (a força de trabalho) e nesse consumo cria-se valor.

Marx (2017) apresenta algumas condições para que o possuidor de dinheiro encontre essa mercadoria peculiar no mercado, e também para que essa relação de compra e venda se apresente de forma continuada, são elas: a) é necessário que o possuidor de força de trabalho venda sua mercadoria apenas por tempo determinado, caso contrário não seria uma relação entre homens livres, uma vez que se ele a vende inteiramente torna-se escravo, torna-se a própria mercadoria; b) que o possuidor de força de trabalho ofereça no mercado apenas a sua mercadoria ‘capacidade de trabalho’ em sua “corporeidade viva” e não uma mercadoria que é resultado da objetivação do seu trabalho, visto que para tal é necessário também possuir os meios de produção, como a matéria-prima, as ferramentas, etc.; c) para apresentar outra mercadoria, que não a força de trabalho, além dos meios de produção, seria necessário garantir os meios de subsistência necessários, tanto antes como no decorrer da produção, uma vez que, se os produtos forem produzidos como mercadorias “eles têm de ser vendidos depois de produzidos, e somente depois de sua venda eles podem satisfazer as necessidades dos produtores. O tempo necessário para a sua venda é adicionado ao tempo necessário para a sua produção” (MARX, 2017, p. 243-244). Essa condição, portanto, é determinante para que, nas relações sociais, determinados indivíduos possuam apenas a sua força de trabalho como mercadoria a ser vendida. Diante destas condições percebemos que:

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de **ser uma pessoa livre**, que **dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria**, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, estando **livre e solto, carecendo absolutamente de todas**

as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho. (MARX, 2017, p. 244) [grifo nosso].

A relação estabelecida entre o possuidor da mercadoria força de trabalho, como vendedor, e o possuidor da mercadoria dinheiro, como comprador, faz-se ‘necessária’⁵ — nas sociedades mercantis e nas sociedades de classe, nas quais ocorre a exploração do trabalho — na medida em que também se faz ‘necessário’ o trabalho (produção de valor, produção de mercadorias), bem como a exploração deste para preservar a divisão de classes sociais e a propriedade privada, para manter o capital ‘vivo’; faz-se também ‘necessário’ que, os indivíduos que não possuem os meios de produção e os meios de subsistência, vendam sua mercadoria força de trabalho a fim de satisfazer suas necessidades propriamente humanas, sejam elas do “estômago ou da imaginação”, como afirma Marx. É da natureza do capitalismo a condição social que faz com que os indivíduos transformem sua corporeidade em uma mercadoria, em um valor de troca, e que “que no mercado ele é constringido a vender como qualquer outra mercadoria” (ALCÂNTARA, 2014, p. 119), a fim de conseguir mediante essa venda as condições necessárias para sua própria vida; no capitalismo “o próprio trabalhador [é] um capital e mercadoria” (MARX, 2015, p. 333), condição que Marx chama de “oposição recíproca e hostil”.

Tão logo se pressupõe uma sociedade cujo modo de produção é capitalista — portando, a produção e reprodução social são regidas por suas leis, supusemos então a propriedade privada, a divisão entre trabalho e capital, entre salário e lucro do capital, concorrência, divisão do trabalho, conceito de valor de troca, etc. —, a força de trabalho aparece como mercadoria. Marx (2015, p. 302) diz que “o trabalhador decai em mercadoria e na mais miserável mercadoria, que a **miséria do trabalhador está na relação inversa do poder e da magnitude da sua produção**” [grifo nosso], pois a força produtiva, quando a serviço do capital promove, como vimos anteriormente, a antítese dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das individualidades, tal contradição apresenta a relação inversa que Marx

⁵ Neste momento do texto a palavra ‘necessária’ não está empregada com sua conotação filosófica insuperável — como já vimos se tratar do tipo de necessidade próprio dos seres humanos, quando estes precisam mediar sua relação com a natureza, transformando-a a fim de retirar dela o necessário para manter a vida —, nesse caso se trata de uma expressão formal da necessidade humana própria do capitalismo e não de uma condição ontológica.

mostra haver entre a magnitude da produção e a miséria do indivíduo que trabalha; Marx continua dizendo que “o resultado necessário da concorrência”, seja ela entre os capitais, entre os vendedores da mercadoria força de trabalho, “é a acumulação do capital em poucas mãos, portanto, o mais terrível restabelecimento do monopólio”.

No capitalismo a forma como os seres humanos se organizam para estabelecer o metabolismo com a natureza — condição fundante do ser social portando ineliminável —, é concorrencial. Marx e Engels, (2007, p. 62), consideram que a “concorrência isola os indivíduos uns dos outros, não apenas os burgueses, mas ainda mais os proletários”; estes últimos mesmo que agrupados nos seus locais de trabalho, mas essa é meramente um agrupamento local, faz-se necessário desenvolver “os meios necessários, as grandes cidades industriais e as comunicações acessíveis e rápidas, têm de primeiro ser produzidos pela grande indústria”, e assim sendo “todo poder organizado em face desses indivíduos que vivem isolados em relações que diariamente reproduzem o isolamento só pode ser vencido após longas lutas”.

É, portanto, mediante a concorrência que de fato se dá as relações de produção no capitalismo, contudo, há algum tipo, e em alguma medida a cooperação, uma vez que não haveria de ser diferente sendo um ser que se reproduz socialmente mas, a cooperação ocorre na forma da cooperação alienada. Esse complexo conjunto de leis de funcionamento do capital contribuem para o “terrível restabelecimento do monopólio”, e para a constante contradição entre capital e trabalho.

A certa da desumanidade que se dá pela condição de ser o próprio ser humano uma mercadoria, Marx diz que:

A produção produz o homem não só como uma *mercadoria*, a *mercadoria-homem*, o homem na determinação de *mercadoria*, o produz, correspondendo a essa determinação, como um ser *desumanizado* tanto *espiritual* como corporalmente — imoralidade, disformidade, imbecilidade dos trabalhadores e dos capitalistas. O seu produto é a *mercadoria autoconsciente e autoativa*, ...a mercadoria-homem. (MARX, 2015, p. 325)

Marx, nessa citação nos remete a uma questão fundamental, de que “A produção produz o homem”. Vejamos: o processo de trabalho é a forma tipicamente humana de retirar da natureza valores de uso necessários para sua subsistência. Que, diferente dos animais, que são seres consumidores, os seres humanos são seres necessitantes e

produtores. Na sua atividade vital consciente no mundo objetivo, o ser humano, partindo da sua representação sobre a realidade do mundo — que precisa ser em algum grau uma representação adequada do que o mundo de fato é —, projeta idealmente uma finalidade pretendida no intuito de sanar uma necessidade cotidiana; ocorre que para sanar tal necessidade é indispensável que haja a objetivação, uma vez que apenas pela objetivação que uma ideia vem á existência fora da consciência. Ao transformar a realidade externa pela objetivação os seres humanos também se transformam pelo processo de exteriorização e no processo de objetivação/exteriorização os seres humanos produzem novas necessidades e possibilidades que retroalimentam novas objetivações/exteriorizações. Nesse processo os seres humanos efetuam a sua produção e reprodução.

A forma dessa produção vai depender diretamente das necessidades objetivas do seu cotidiano, uma vez que só é possível aos seres humanos atuarem de forma consciente no mundo, fazendo escolhas que correspondam a sua realidade concreta, a possibilidades e necessidades que de fato existem no seu cotidiano. Diante disso, podemos dizer então que, no contexto do capitalismo, a realidade concreta dos indivíduos os leva a necessidade objetiva de, pela produção, produzirem-se como mercadoria. Já vimos que é a produção que produz o homem, mas que, não necessariamente se produz enquanto “uma mercadoria, a mercadoria-homem”; ocorre que no contexto das relações sociais no interior do capitalismo o homem se produz enquanto mercadoria e assim, como indivíduo desumanizado; “o homem na determinação de mercadoria”, — relações sociais determinadas pela mercadoria, sua produção é para e pela mercadoria, seja sua atuação social como homem-mercadoria ou como explorador de trabalho as atividades humanas são sempre para manter a ‘relação social’ entre as mercadorias —, “o produz, correspondendo a essa determinação, como um ser *desumanizado* tanto *espiritual* como corporalmente — imoralidade, disformidade, imbecilidade dos trabalhadores e dos capitalistas”. A forma de trabalho própria da sociedade mercantil é desumana, é alienada. A raiz de toda desumanidade da sociedade burguesa contemporânea vem do trabalho desumano.

Na sociedade da mercadoria o trabalhador e o burguês não produzem o que é necessário à humanidade, produzem sim o necessário para a reprodução do capital. O capital submete os seres humanos as suas leis e o resultado disso é que se produz uma sociedade que vive em função da mercadoria. A mercadoria lançou seu feitiço sobre a humanidade.

2.2.2. O Fetichismo da Mercadoria e a Alienação

Marx, encerra o primeiro capítulo (capítulo ‘A mercadoria’) da obra *O’Capital*, com um tópico intitulado ‘O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo’, sugerindo que neste tópico vai se revelar, o segredo do conjunto de argumentos que ele desenvolveu ao longo do capítulo apresentando a mercadoria como ponto inicial da sua investigação a cerca do capital. Nesse último tópico temos a apresentação inicial do fetichismo da mercadoria, início, pois esta concepção do caráter fetichista da mercadoria perpassa, de forma direta ou indireta, toda a sua obra. Para nós, mais do que o tópico que fecha o capítulo da mercadoria, o fetichismo da mercadoria tem muita importância e relevância para compreendermos a sociabilidade no capitalismo desenvolvido, ou seja, o mundo atual; é, sem dúvida, uma chave indispensável para uma análise crítica do atual modo de organização social, suas contradições e desumanidades.

Mas, assim como já vimos também na alienação, o fetichismo da mercadoria provoca controvérsias entre os estudiosos de Marx, chegando a não ser reconhecida por alguns como uma relevante contribuição deixada pelo filósofo alemão. Por conta desse tipo de opinião esse tópico foi, por muito tempo, deixado de lado na leitura de *O’Capital*. Jappe (2015) em um ensaio sobre o fetichismo da mercadoria afirma que ‘o fetichismo da mercadoria’ ficou, durante muito tempo, adormecido, mesmo entre os que faziam parte do marxismo crítico. Apenas a partir da década de 1960 é que foi retomada a atenção sobre ele. Ainda assim, em 1969, Louis Althusser, buscou instruir os leitores do *O’Capital* a iniciarem a leitura da obra pelo quarto capítulo, ‘proibindo’ os estudantes de iniciar a leitura do livro pelo seu início. Sua justificativa se limitava a considerar os três primeiros capítulos demasiado difíceis. Esse conselho ignora completamente a apresentação inicial do conceito de fetichismo da mercadoria na obra de Marx bem como a análise da mercadoria que é o início de sua longa investigação do ser do capital.

Outra situação que causa certa polêmica quanto à categoria ‘fetiche da mercadoria’ é o fato de que o tópico “O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”, em um primeiro momento, estar em um apêndice da primeira edição d’*O Capital*, sendo apenas posteriormente transferido, pelo próprio Marx, para o local atual, como um tópico no final do primeiro capítulo de sua obra. Por conta disso alguns dos estudiosos de Marx, consideram que esse tópico não está em harmonia

com a estrutura da obra, que por conta disso não merece muita atenção. Sobre as divergências a cerca desse assunto, Harvey (2013, p. 46) nos diz que:

Os interessados em desenvolver uma teoria político-econômica rigorosa a partir de Marx [...] costumam ver o fetichismo como um conceito estranho, que não deve ser levado muito a sério. Por outro lado, aqueles de convicção mais filosófica ou literária tratam o fetichismo muitas vezes como a pepita de ouro, o momento fundamental do entendimento de Marx a respeito do mundo.

Já nos posicionamos acerca dessa ‘polêmica’, para nós o fetichismo da mercadoria é sem dúvida uma chave indispensável para uma análise crítica do capitalismo, de suas contradições e desumanidades. Em tempos de grandes dificuldades de identificar a essência de nossa sociabilidade faz-se necessário compreender certas categorias que nos possibilitem, no processo de investigação da forma fenomênica, encontrar a essência e assim proporcionar maior entendimento a respeito do mundo em que vivemos, potencializando, portanto, uma reflexão crítica a certa das sociedades de classe e da desumanidade posta nesse tipo de sociedade. Dito isso, vejamos alguns elementos iniciais para compreensão de como se dá o fetiche da mercadoria.

Marx (2017, p. 113) inicia sua análise acerca do ser do capital, nos dizendo que vivemos em uma sociedade “onde reina” a forma mercadoria. A primeira frase do primeiro capítulo apresenta a “riqueza das sociedades” capitalistas como sendo uma “enorme coleção de mercadoria”. O que é então mercadoria? Marx vai dizer que mercadoria, é antes de tudo, um objeto que satisfaz necessidades humanas, “um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer”, sejam elas do “estômago ou da imaginação” (MARX, 2017, p. 113). A mercadoria é, portanto, um valor de uso, uma vez que, “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (MARX, 2017, p. 114).

Marx, ainda nos apresenta a mercadoria como sendo portadora, veículo de valor, uma vez que, em certas proporções podem ser trocadas por outra mercadoria; os valores de uso “formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”, no capitalismo os valores de uso constituem, ao mesmo tempo “os suportes materiais do valor de troca”. Diante desse aspecto Marx (2017, p. 114), nos apresenta

o duplo caráter da mercadoria: por um lado ela possui valor de uso, uma vez que satisfaz as necessidades humanas, “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”; por outro lado possui valor de troca, pois pode ser trocada, em certas proporções, por outras mercadorias, “o valor de troca aparece inicialmente como relação quantitativa, a proporção na qual, valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo”.

Marx continua sua análise da mercadoria nos apresentando que o que determina o valor de troca de uma mercadoria não é seu valor de uso, não diz respeito à necessidade que determinada mercadoria irá suprir ou não, o que determina o valor de troca é a substância que cada mercadoria possui, ou seja, a quantidade de trabalho humano necessário para produzi-la. Uma vez que “abstraindo do valor de uso dos corpos-mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produto do trabalho” (MARX, 2017, p. 116). O que determina o valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho humano dispendido para sua produção, é o tempo médio necessário para a produção, uma vez que, não se distingue um trabalho/trabalhador do outro “sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato” (MARX, 2017, p. 116), pois não se trata de um trabalhador específico produzindo um bem específico, mas sim de uma produção social, se trata do “tempo de trabalho socialmente necessário” que é “aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, 2017, p. 117). Vimos então que um valor de uso, um bem, só possui valor “porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato” (MARX, 2017, p. 116), portanto, é “unicamente a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor” (MARX, 2017, p. 117).

Marx, chega então em um conceito fundamental que é o valor. A mercadoria tem portando dois fatores, por um lado é valor de uso por outro é valor. Uma vez diferenciado, no tópico dois do capítulo da mercadoria, que esse valor de uso e esse valor de troca derivam do duplo caráter do trabalho, qual seja: o trabalho concreto — que produz coisas, objetos; e trabalho abstrato — trabalho humano igual, a quantidade de substância que determina o valor, Marx (MARX, 2017, p. 124) [grifo nosso] nos revela portando que, por um lado, todo trabalho é “dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de **trabalho humano igual ou abstrato** ele gera o valor das

mercadorias”; por outro lado, todo trabalho é “dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de **trabalho concreto** e útil, ele produz valores de uso”. Trabalho concreto e trabalho abstrato é a unidade dialética que se expressa em valor de uso de um lado e valor de outro. Marx nos mostra que as mercadorias “vêm ao mundo na forma de valores de uso [...] essa é sua forma natural originária. Porém, elas só são mercadorias porque são algo duplo: objetos úteis e, ao mesmo tempo, suporte de valor” (MARX, 2017, p. 124).

No tópico três do capítulo da mercadoria, Marx trabalha as diferentes formas do valor de troca das mercadorias. Ele investiga as diversas possibilidades de troca: pode-se trocar uma determinada mercadoria por outra em certa proporção, pode-se ainda trocar uma determinada mercadoria por um conjunto de diferentes mercadorias em determinada proporção, etc.. Em uma detalhada investigação acerca das diferentes formas do valor — que não nos interessa aqui aprofundar o tema —, Marx chega à forma equivalente universal. Hora, pode-se trocar todas as mercadorias por uma só, uma vez que “a forma de equivalente universal é uma forma do valor em geral e pode, portanto expressar-se em qualquer mercadoria” (MARX, 2017, p. 144). Ao final desse tópico Marx nos mostra a transição da forma de valor universal para a forma dinheiro, mostrando que “a forma de valor universal se torna forma-dinheiro [...] na mercadoria-dinheiro” (MARX, 2017, p. 145). Ele nos apresenta então o dinheiro como um tipo de mercadoria.

Vê-se então, certamente permeada de carências, uma síntese da apresentação inicial da mercadoria: a) a riqueza da sociedade capitalista é a mercadoria; b) mercadorias são produtos do trabalho humano que satisfazem necessidades e, dialeticamente, é ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca; c) essas mercadorias podem ser trocadas em certas proporções. Podem-se trocar todas as mercadorias por certa quantidade de dinheiro; dinheiro é a forma de equivalente do valor das mercadorias; d) o valor da mercadoria é expresso pela sua substância, ou seja, pela quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário para produzi-la. A forma que Marx apresenta a mercadoria até esse momento, desmembrando e desvendando seus aspectos nada tem de misterioso. Qual é então o caráter secreto e fetichista da mercadoria?

Marx, ao final da sua análise minuciosa da mercadoria, nos apresenta um mecanismo de funcionamento social muito potente, nos apresenta o caráter misterioso da mercadoria, o papel social que ela desempenha nas relações humanas ao assumir uma força estranha que tem poder sobre as pessoas. Ao invés das pessoas controlarem as coisas,

as coisas controlam as pessoas. As mercadorias enfeitiçam as pessoas. Produziu-se uma inversão tão mística, tão fantástica que Marx, em um exemplo irônico, nos conta que tão logo uma mesa é produzida como mercadoria ela se transforma e “não se contenta em manter os pés no chão, mas põe-se de cabeça para baixo em relação a todas as outras mercadorias, e em sua cabeça de madeira nascem minhocas que nos assombram muito mais do que se ela começasse a dançar por vontade própria” (MARX, 2017, p. 146). De onde vem esse poder estranho das mercadorias que parecem adquirir vida própria?

Marx, ao se voltar a essa pergunta, retorna à questão que trabalhamos no capítulo anterior, a alienação. Vimos anteriormente que essa questão acompanha Marx desde seus estudos filosóficos em Hegel, a preocupação em entender como que a essência humana, a substância dos seres humanos se projeta, se exterioriza para fora deles assumindo uma objetivação que se volta contra ele como um poder hostil que o controla, como que o produto de seu trabalho “se torna um objeto, uma existência *exterior*, mas também de que ele existe *fora dele*, independente e *alienado* a ele e se torna um poder autônomo frente a ele, de que a vida, que ele emprestou ao objeto, o enfrenta de modo hostil e alienado” (MARX, 2015, p. 306). Na sequência do texto apreenderemos melhor a aproximação/relação das categorias fetichismo da mercadoria e alienação.

Bom, de onde vem esse poder que as coisas, as mercadorias assumem? Vem dos deuses? Dos espíritos? De onde vem esse poder que objetivações humanas adquirem e passam elas, as coisas, a controlar os seres humanos que a criaram? Hora, não vem de nada além de uma base material que é a própria forma como os seres humanos constroem, produzem a sociabilidade: nas sociedades mercantis os indivíduos estabelecem suas relações sociais como compradores e vendedores de mercadorias; como as relações sociais são mediadas pelas coisas, às relações sociais aparecem para os homens como uma relação entre coisas e não como de fato são, relações entre pessoas. Este fenômeno é chamado por Marx de fetichismo da mercadoria.

Marx flerta com termos teológicos, para expressar o caráter místico da mercadoria, ele diz que “para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso” (MARX, 2017, p.148), região essa onde podemos ver que, algo que é produzido pelos seres humanos, algo que é projetado para fora em figuras, em representações, ganha vida e passa, ao final, se tonando os responsáveis pela própria vida de quem de fato os criou, ganhando inclusive o status de criador da vida e da história. Hora, uma sociedade que vive em

função da mercadoria deve estar sobre efeito de seu fetiche, de seu feitiço, a mercadoria enfeitiçou os seres humanos, uma vez que:

“os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.” (MARX, 2017, p.148).

Os seres humanos produziram um tipo específico de sociabilidade — eles produziram porque, como já vimos, os humanos produzem sua própria história — que está calcada na ordem das mercadorias, onde os objetos produzidos pelos seres humanos se alienam de seus produtores, se autonomizam deles e assumem vida própria; a partir disso as mercadorias passam a controlar seus produtores.

Marx nos apresenta em que condições, em que tipo de sociabilidade isso é possível. Vejamos: é necessário que os produtores de mercadorias atuem como produtores privados de distintas mercadorias, portanto, isolados entre si; é necessário que o produtor se distancie do objeto produzido, o objeto que ele cria não pertence a ele; é necessário que os seres humanos passem a se relacionar pela mediação de outros objetos criados; a relação, portanto, se dá entre coisas, é a mercadoria que se relaciona com outra mercadoria.

Nesse tipo de sociabilidade as mercadorias parecem ter enfeitiçado os seres humanos uma vez que, a produção, atividade propriamente humana, é realizada, como fim último, para a produção de mercadorias; o trabalho que produz mercadorias é o trabalho assalariado, o indivíduo necessita, portanto, vender o que há de mercadoria em sua corporeidade para assim, ao trabalhar produzir valor, produzir mercadoria; nesse modo de produção o ‘humano’ não tem lugar no processo produtivo, o produto de seu trabalho não tem como objetivo fim sanar suas necessidades; o que entra no processo produtivo não é o humano é, por sua vez, a **mercadoria dinheiro** do burguês e a **mercadoria força de trabalho** do indivíduo que trabalha. O ser humano está excluído dessa relação, de um lado temos o capital do outro a força de trabalho e o produto dessa relação é a mercadoria; e essa só atende a necessidade humana na medida em que gera lucro. A função da produção nesse tipo de organização social é de fato o lucro e não sanar

necessidades propriamente humanas. Há, portanto, a coisificação, a reificação do homem e das relações sociais.

[...] para o trabalho assalariado — as condições objetivas do trabalho assumem uma autonomia cada vez mais colossal, que se apresenta por sua própria extensão, em relação ao trabalho vivo, e de tal maneira que a riqueza social se defronta com o trabalho como poder estranho e dominador em proporções cada vez mais poderosas. A tônica não recai sobre o *ser-objetivado*, mas sobre o *ser-estranhado*, ser alienado, ser venalizado [*entfremdet-, entäussert-, veräussertsein*] — o não pertencer-ao-trabalhador, mas às condições de produção personificadas, i. é., ao capital, o enorme poder objetivado que o próprio trabalho social contrapôs a si mesmo como um de seus momentos. (MARX, 2011, p. 705)

A realidade das relações sociais nas sociedades mercantis apresenta-se como relações que se realizam mediadas pela mercadoria, a própria capacidade do homem de trabalhar aparece neste modelo de sociedade como uma mercadoria. A dinâmica das relações sociais mercantis se dá da seguinte forma: “o trabalhador produz o capital, o capital o produz, portanto ele a si próprio, e o homem, como *trabalhador*, como *mercadoria*, é o produto de todo o movimento”, uma vez que “para o homem que não é senão *trabalhador*, e como trabalhador todas as suas qualidades humanas só existem na medida em que existirem para o capital dele *alienado*” (MARX, 2015, p. 323). Tal realidade possibilita então que, todos os homens *livres como os pássaros*,⁶ consigam se realizar, não apenas por intermédio das mercadorias, mas também eles próprios na forma de mercadorias, “o próprio trabalho torna-se um objeto” (MARX, 2015, p. 305). Os humanos aparecem nas suas relações sociais, reificados, coisificados, suas relações aparecem “não como relações diretamente sociais entre pessoas [...], mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas.” (MARX, 2017, p. 148). Isso significa que as relações entre os homens se dá por intermédio da coisa e em razão das necessidades da coisa, por meio da coisa e para a coisa.

Por sua vez, as relações entre coisas, entre as mercadorias, **não se dá materialmente** — porque se assim fosse, as coisas se relacionariam

⁶ Referência ao termo usado por Marx no capítulo XXIV da obra *O' Capital*.

como valores-de-uso, com objetivo fim de, “por meio de suas propriedades, satisfazer necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2017, p. 113), seja “do estômago ou da imaginação”, de serem úteis para os humanos como valores de uso. As coisas, as mercadorias, precisam se relacionar **socialmente**, comparando o que há de social e idêntico entre elas (trabalho abstrato, isto é, trabalho social médio) para que possam se trocar, se relacionar como valores de troca. Na natureza, existem “relações materiais” que se estabelecem entre as coisas. Entre os homens, existem “relações sociais”. Assim, nas sociedades mercantis a relação entre os homens aparece coisificada, enquanto as relações entre as coisas aparecem socializadas, nisso se dá o fetichismo da mercadoria que “se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias” (MARX, 2017, p. 148).

No humano reificado e na sociedade fetichizada se dá à negação dialética do que é fundamento do ser social. O trabalho, que potencializa o humano frente à natureza, que desenvolve a força de trabalho e as capacidades humanas, quando alienado pelo capital, produz a desumanidade. Se por um lado o capital só pode ser produzido em razão da atividade sensível do ser humano, quando a atividade sensível exerce um papel social alienante, o que é resultado da produção dos indivíduos sociais, aparece como uma potência externa que lhe é estranha e que o domina, em uma relação que dialeticamente se transmuta na contrária: a humanidade em seu momento histórico de maior potência produtiva produz a desumanidade.

Quando o ser humano se relaciona com a sua própria ação como se fosse uma potência a ele externa, que o obriga, o massacra, o oprime, se tem o processo de alienação. Em determinadas relações sociais, os seres humanos produzem relações sociais que agem de tal forma, a ponto de ser prejudicial a eles próprios. A humanidade cria os obstáculos ao seu próprio desenvolvimento, e os percebe como sendo potências externas a ela e não produto de sua atividade sensível.

No capitalismo ocorre um processo de desenvolvimento das alienações que brotam das sociedades de classe, da propriedade privada que possui uma característica peculiar: apesar da reificação do homem e de seu caráter desumanizador é primordial, nas sociedades mercantis, que as ‘mercadorias se encontrem no mercado’ e se realizem, pois ao final do dia se este encontro der errado e elas não se realizarem “não é a mercadoria que se esborracha, mas seu possuidor.” (MARX, 2017, p. 180). No modelo atual de sociabilidade e de organização da produção a única forma dos seres humanos terem acesso aos valores de uso

necessários para sua existência, mesmo os mais básicos comuns aos demais seres vivos, é ter acesso a esses bens comprando-os, e para conseguir algum poder de compra faz-se necessário realizar a sua mercadoria. No capitalismo “o *trabalhador* tem a infelicidade de ser um capital *vivo* e, portanto, *que tem necessidades* que perde os seus juros e com isso a sua existência em cada momento em que não trabalha” (MARX, 2015, p. 323). Portanto, para produzir a sua própria existência todos os seres humanos necessitam possuir poder de compra destes bens, destes valores de uso.

Este poder de compra só pode ser obtido — por aqueles que não detêm a propriedade dos meios de produção e de subsistência — através da venda da sua própria força de trabalho. Precisam para isso encontrar demanda para realizarem a sua mercadoria força de trabalho e assim, com um salário garantir a produção da sua existência, como disse Marx (2008), pela imperiosa necessidade de se dedicar a um trabalho remunerado para viver. Uma vez que assim “como capital, o *valor* do trabalhador sobe segundo procura e oferta e, também *fisicamente*, a sua *existência*, a sua *vida*, se torna e é sabida como oferta de *mercadoria* tal como qualquer outra mercadoria” (MARX, 2015, p. 323). Sobre o trabalhador como mercadoria e a serviço da produção de mercadorias, Marx (2015, p. 316) nos diz que “ele se comporta para com a sua atividade própria como uma atividade não livre, então comporta-se para com ela como atividade ao serviço, sob a dominação, a coação e o jugo de um outro homem”. E sobre o trabalho a serviço da produção de mercadorias, Marx (2015, p. 308-309) ainda no diz que o seu trabalho “não é, portanto, voluntário, mas coagido, trabalho *forçado*. Ele não é, portanto, a satisfação de uma necessidade, mas é apenas um *meio* para satisfazer necessidades externas a ele”; o trabalho, nestas condições, “é *exterior* ao trabalhador, i.é, não pertence à sua essência”, portanto, “não se afirma” na sua atividade, “antes se nega”, “não se sente bem, mas desgraçado, não desenvolve qualquer livre energia física ou espiritual, antes mortifica o seu físico e arruína o seu espírito”. Marx ainda diz que o caráter alienado dessa relação de trabalho “evidencia-se muito nitidamente em que, logo que não exista qualquer coação, física ou outra, se foge do trabalho como da peste” (MARX, 2015, p. 309).

A exterioridade do trabalho para o trabalhador aparece “no fato de que ele não é [trabalho] seu, mas de um outro, em que ele não lhe pertence, em que nele não pertence a si próprio, mas a um outro” (MARX, 2015, p. 309). Nestas condições a atividade sensível do trabalhador “pertence a um outro, ela é a perda dele próprio.” (MARX, 2015, p. 309). O resultado da atividade sensível sobre a matéria natural é

“produto do trabalho”; ocorre que este resultado, o “produto do trabalho” não pertence ao trabalhador, pertence a outro; Marx (2015, p. 222), ainda diz que “por isso, meu trabalho só aparece como a expressão material, concreta, visível e, portanto, indubitável da minha impotência e da minha perda de mim mesmo”. O trabalhador é alienado do produto do seu trabalho, deixando de ter qualquer controle sobre ele; é por essa razão que Marx diz que “o objeto que o trabalho produz, o seu produto, enfrenta-o como um *ser alienado*, como um *poder independente* do produtor” (MARX, 2015, p. 304), o objeto que o trabalho produziu se autonomiza em face do indivíduo e aparece para este como um “*poder independente*” de quem o criou. Nestas circunstâncias

a *exteriorização* do trabalho retira da atividade que é o trabalho a possibilidade de o operário “contempla[r]-se [...] num mundo criado por ele” — o “mundo criado por ele” é-lhe “alienado” e “hostil”; na exata medida em que a concepção filosófico-antropológica de Marx considera que, pela atividade consciente e livre do trabalho, “o seu [do homem] produto *objetivo* apenas confirma a sua atividade *objetiva*”, ele não pode senão criticar radicalmente a alienação do produto da sua atividade de que, para o operário, resulta na “perda do objeto” e na sua “servidão” a ele, posto que a produção do operário seja também a produção de um poder alheio, *um poder do objeto criado sobre o operário* (um poder de criação sobre o criador). Segundo Marx, a alienação do produto do trabalho coloca “a expressão de vida como exteriorização de vida” (NETTO, 2015, p.71-72).

Assim, para Marx (2015, p.305), a realização do trabalho no capitalismo aparece para o indivíduo de forma alienada, aparece “como desrealização do trabalhador”, o processo de objetivação aparece “como perda do objeto e servidão ao abjeto”, pois o objeto de sua produção, a mercadoria, não tem como objetivo fim sanar necessidades humanas, mas sim as necessidades do capital, “a apropriação como alienação, como exteriorização”, uma vez que seu trabalho pertence a outro. Na relação capital e trabalho o que se tem é que “no trabalhador existe, portanto, subjetivamente que o capital é o homem totalmente perdido de si, tal como no capital existe objetivamente que o trabalho é o homem perdido de si” (MARX, 2015, p. 323). Vimos então que, para o

indivíduo que trabalha o produto do seu trabalho não só “se torna um objeto, uma existência *exterior*, mas também de que ele existe *fora dele*, independente e *alienado* a ele e se torna um poder autônomo frente a ele, de que a vida, que ele emprestou ao objeto, o enfrenta de modo hostil e alienado” (MARX, 2015, p.306).

Nas relações mercantis o indivíduo que trabalha se confronta com a sua própria humanização objetivada, enquanto uma potência externa e estranha a ele que o domina, o subordina, o coisifica; na sua relação com a sua humanidade ele se desumaniza; já na relação com a sua animalidade ele se sente humano, não alienado e não estranhado. Chega-se então ao resultado de que o indivíduo que trabalha “só se sente livremente ativo nas suas funções animais — comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adorno, etc. —, e já só como animal nas suas funções humanas. O animal torna-se o humano e o humano, o animal” (MARX, 2015, p. 309).

Ao analisar as condições objetivas em que o trabalho é desempenhado, Vieira Pinto (1962, p. 11) denuncia “a espoliação de que é vítima o trabalhador.” Ele ressalta que:

[...] o capitalista procede como fator anti-humano, destruindo no trabalhador aquilo que lhe dá a dignidade de pessoa: a condição de sujeito do próprio trabalho. Revelando-o não como sujeito, mas como objeto da exploração dos possuidores do dinheiro, dos meios de produção, deixa patente que a atividade do capitalista, como procedimento de classe, é desumana, **destrói o que de propriamente humano existe no homem, ao reduzi-lo à condição de objeto de uma transação econômica, com preço e prazo.** [Grifo nosso]

Aqui, Vieira Pinto, explicita a redução do homem à pura e simples força de trabalho, que se pode comprar e vender como mercadoria; tais relações sociais levam os trabalhadores, verdadeiros produtores de toda riqueza, à jamais alcançar a propriedade do produto de seu trabalho, o “trabalhador é privado dos objetos mais necessário não só da vida como também dos objetos de trabalho” (MARX, 2015, p. 305). Nessa relação, o homem se desumaniza, posto que se aliena de si mesmo: o trabalhador passa a realizar qualquer atividade laboral com a única finalidade de obter daí um salário — sua fonte única de poder de compra de mercadorias que provém seu sustento e que é “uma consequência imediata do trabalho alienado e o trabalho alienado é a

causa imediata da propriedade privada” (MARX, 2015, p. 318) — tornando-se um trabalhador mutilado, desprovido da prévia-ideação — da teleologia que guia todo processo de trabalho — da propriedade dos meios de trabalho e da propriedade do próprio produto do trabalho. Marx diz que

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção cresce em poder e volume. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas, cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o trabalhador como uma mercadoria e, a saber, na mesma proporção em que produz mercadorias em geral. (MARX, 2015, p. 304)

O indivíduo reificado (coisificado), tornar-se não mais que uma mercadoria. Vender sua mercadoria força de trabalho, se transforma na única forma de satisfazer as suas necessidades propriamente humanas no interior desse modo de organização social. O trabalhador necessita vender a sua mercadoria força de trabalho a fim de garantir sua existência, portanto “logo que ocorre ao capital — ocorrência necessária ou arbitrária — não ser mais para o trabalhador, também este não mais é para si próprio, ele não tem *nenhum* trabalho” (MARX, 2015, p. 324), por tanto não possui nenhum salário e, “visto que ele não tem existência *como homem* mas só *como trabalhador*, pode-se o deixar enterrar, morrer de fome, etc.” (MARX, 2015, p. 324).

Na sociedade da mercadoria, para ter a existência reconhecida socialmente como *ser humano*, deve-se ser portador de mercadorias, seja ela dinheiro seja ela sua força de trabalho. Neste tipo de sociedade os indivíduos que não comparecem no mercado com sua mercadoria força de trabalho, ou que comparecem mais não conseguem realizá-la, não se humanizam; o capital “não conhece o trabalhador desocupado, o homem de trabalho, na medida em que ele se encontra fora da relação de trabalho” (MARX, 2015, p. 324), para usar uma expressão contemporânea o capital “não conhece o trabalhador” desalentado. Para o capital “as necessidades do trabalhador são apenas a *necessidade de o manter durante o trabalho* e na perspectiva de que a *raça dos trabalhadores não se extinga*” (MARX, 2015, p. 324), uma vez que a riqueza, a produção de mercadorias é a objetivação do trabalho e o salário pago ao trabalhador por seu trabalho tem apenas o sentido de

manutenção, do mesmo modo que o óleo está para a máquina, o salário está para o trabalhador, serve para “a *manutenção*, a *conservação em ordem* de qualquer outro instrumento produtivo de que o *consumo* do *capital* em geral precisa para se reproduzir com juros” (MARX, 2015, p. 324), é o custo necessário para o capital e o capitalista, “e não deve ultrapassar a necessidade dessa necessidade” (MARX, 2015, p. 324).

O trabalho aparece como desrealização do trabalhador e a objetivação aparece como perda do objeto do trabalho; “a apropriação do objeto aparece a tal ponto como alienação que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais cai sob a dominação do seu produto, do capital” (MARX, 2015, p. 305). O trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como um objeto alienado, e é certo que “[...] quanto mais o trabalhador se esforça, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alienado, que ele cria perante si próprio; quanto mais pobre se tornam ele próprio [e] o seu mundo interior, tanto menos ele possui.”, (MARX, 2015, p. 305); não há identidade entre o desenvolvimento da capacidade produtiva e o desenvolvimento da força produtiva; a relação que se dá, do capital com o indivíduo que trabalha, é de alienação e não de identidade, pois, quanto mais se potencializa a capacidade produtiva do capital mais precário e decadente é o desenvolvimento do indivíduo. Marx, mais uma vez nos remete a região nebulosa das religiões para nos falar em analogias, ele diz que:

Na religião é igualmente assim. Quanto mais o homem põe em deus com tanto menos fica em si próprio. O trabalhador põe a sua vida no objeto; porém, então, ela já não lhe pertence, mas ao objeto. Portanto, quanto maior é essa atividade, tanto mais privado de objeto fica o trabalhador. O que o produto do seu trabalho é, ele não é. Quanto maior, portanto, é esse produto, tanto menos ele próprio é. A *exteriorização* do trabalhador no seu produto tem o significado não só de que o seu trabalho se torna um objeto, uma existência *exterior*, mas também de que ele existe *fora dele*, independente e *alienado* a ele e se torna um poder autônomo frente a ele, de que a vida, que ele emprestou ao objeto, o enfrenta de modo hostil e alienado. (MARX, 2015, p. 305-306)

O que torna o ser humano um ser social, qual seja a capacidade de trabalhar, é suprimido pelo capital, aparecendo — e está presente

porque não poderia ser de outra forma uma vez que é fundante do ser social — como uma potência que o domina que o subjuga, negando dialeticamente o que há de fundante no trabalho: i) privando o homem de possuir o resultado de seu trabalho, “o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como com um objeto alienado” (MARX, 2015, p. 305); e ii) tendo como o objetivo fim da produção, não a satisfação das necessidades humanas, mas sim a valorização do valor, fazendo com que “quanto mais o trabalhador se esforça, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alienado, que ele cria perante si próprio; quanto mais pobre se torna ele próprio [e] o seu mundo interior, tanto menos ele possui” (MARX, 2015, p. 305), já que sua produção não o pertence e nem tem por objetivo sanar suas necessidades. O trabalho aparece a tal ponto alienado que “quanto mais objetos produz, tanto menos pode possuir e tanto mais cai sob a dominação do seu produto, do capital” (MARX, 2015, p. 305).

O trabalho alienado é a forma de sociabilidade própria do modo capitalista de organização da produção, da sociedade de classe, da propriedade privada, e uma vez que, por acaso vier a acontecer de um determinado indivíduo **não** coisificado, **não** realizado como mera coisa, como mercadoria-força de trabalho, apesar de manter-se *humano*, ele deixa de ter acesso aos bens necessários para satisfazer as necessidades propriamente humanas. A coisa se humaniza e o humano se coisifica. Essa é a inversão própria das sociedades mercantis que Marx chamou de fetiche da mercadoria. A base material da alienação e do fetiche da mercadoria é o trabalho que objetiva mercadoria — nesta afirmação estão contidas os pressupostos da propriedade privada, divisão entre trabalho e capital, entre salário e lucro do capital, concorrência, divisão do trabalho, conceito de valor de troca, etc..

Há uma relação entre a vida dominada pelas mercadorias e o fenômeno da alienação. Vejamos alguns momentos que expressão tal relação: i) quando o produto da atividade sensível dos seres humanos, as coisas, se autonomizam de seus produtores e passam a domina-los, de modo que as relações sociais aparecem para as pessoas como sendo relações entre coisas; ii) quando os seres humanos produzem um modo de sociabilidade em que o produto da objetivação da sua própria ação humana se distancia dele e passa a controla-lo ao invés dele, enquanto seres produtores, reconhecerem e efetivarem seu controle; iii) quando o desenvolvimento das forças produtivas se dá em contradição com o desenvolvimento das capacidades humanas; iv) e por fim, quando os seres humanos, pela sua atividade sensível no mundo, produz ‘monstros’

que se volta contra eles, temos então demonstrações concretas da manifestação do fetichismo e da alienação.

O capitalismo — que é construto social — produz incessantemente as próprias condições necessárias a sua reprodução. Promove ao mesmo tempo a produção de mercadorias e de mais-valia, e a sua reprodução social, uma vez que, no processo de produção de mercadorias também se reproduz a relação capital e trabalho, que como já vimos em Marx, se da na relação entre capital e trabalho, de um lado o capitalista, proprietário dos meios de produção, e de outro o trabalhador assalariado, proprietário de sua força de trabalho. A reprodução do capital se da na medida em que o capital pressupõe o trabalho assalariado, assim como também o ultimo pressupões o primeiro, ambos se determinam reciprocamente, dessa forma o “capitalismo produz continuamente as próprias condições necessárias à sua reprodução” (ALCÂNTARA, 2007, p. 5). A relação do capital com a humanidade é de alienação, a relação entre capital e trabalho promove desumanidades.

A respeito do embate desigual que se da entre capital e trabalho, no qual o primeiro comanda o segundo, Paniago (2012, p. 27-28), nos aponta para uma “‘subversão’ da relação sujeito-objeto”. Isso não porque o “capital possa ser considerado como o efetivo sujeito da produção, uma vez que é apenas trabalho acumulado e não possui nenhuma existência independente do trabalhador alienado de seus meios de produção (os quais, por sua vez, são apenas trabalho anterior objetivado)”, mas sim porque nessa relação desigual, na qual o capital exerce relações de dominação frente ao trabalho alienado, o capital “usurpa do sujeito real da produção todo poder de decisão e substitui as necessidades humanas conscientemente definidas por seus próprios ditames e imperativos materiais cegos de autovalorização”.

Na produção de mercadorias as necessidades humanas só comparecem na medida, e apenas na medida, em que gera lucro, o objetivo fim é a valorização do valor; nesse princípio fundamental está seu critério de produtividade, que é orientado para a produção de trabalho excedente, ou seja, para a atividade laborativa para além das necessidades imediatas do indivíduo que trabalha, ou seja, no modo de produção capitalista o processo de trabalho aparece apenas como o meio pelo qual se dá o processo de valorização do valor — uma vez que a riqueza na sociedade capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”, e que o trabalho é a atividade propriamente humana capaz de produzir mercadorias, que por sua vez possui um duplo caráter, por uma lado é valor de uso e por outro valor. Diante disso o que se tem é

que desaparece “a prioridade da necessidade humana e da correlativa produção de valores de uso e, junto com elas, o poder de decisão dos trabalhadores sobre o conjunto de sua atividade sócio-produtiva” (PANIAGO, 2012, p. 28). Em suma, é essa contradição entre sujeito e objeto que “destitui do verdadeiro sujeito as decisões sobre sua atividade, e por fim, sobre a constituição de sua própria história, utiliza-se das personificações do capital, e personificações do trabalho, para garantir a continuidade da valorização do capital” (PANIAGO, 2012, p.30), concedendo-lhe, inclusive, status de insuperável e natural. “Não se trata de mera mistificação ideológica das desiguais relações econômicas, mas da necessidade objetiva de dominação de um trabalho reduzido a trabalho abstrato” (PANIAGO, 2012, p.30), a realidade das sociedades mercantis de fato de efetivam dessa forma, na necessidade objetiva do capital se apropriar do trabalho, aliena-lo, domina-lo e controla-lo para sua reprodução. “Tal contradição é imanente à compulsão do capital à expansão — à sempre crescente extração do trabalho excedente — e, junto a esses requerimentos objetivos, temos a ineliminável submissão da subjetividade, totalmente alienada, reificada, e em confronto com sua humanidade” (PANIAGO, 2012, p.30). Sob a ordem do capital as relações humanas, as subjetividades são alienadas, desumanizadas, nesse tipo de organização social:

o desenvolvimento das forças produtivas, ao elevar as capacidades humanas, ao torná-las mais experientes, mais potencialmente capazes de dominar a natureza, provoca também um rebaixamento das individualidades, na medida em que aliena o homem do seu trabalho, de si mesmo, do seu ser genérico e dos outros homens. Ao favorecer o desenvolvimento da técnica, o capitalismo se apropria da riqueza socialmente produzida e a transforma numa força contraposta ao trabalhador. (ALCÂNTARA, 2007, p. 9)

A essência da alienação, como já vimos, é conferida quando na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento dos indivíduos singulares, mas as “capacidades humanas que se desenvolvem a partir das exigências da divisão social do trabalho impostas pela economia podem se converter, sempre em situações historicamente determinadas, em obstáculos ao tornar-se-humanos do homem, ao devir de sua personalidade” (ALCÂNTARA, 2014, p. 31); o trabalho alienado, sob domínio do capital e suas leis, produz subjetividades alienadas e reificada, nessa “negação social do ser

humano, cuja base material se encontra no trabalho (abstrato) predominante sob o capitalismo, consubstancia-se pela exploração do homem pelo homem e atinge patamares sempre mais elevados de desumanidade” (ALCÂNTARA, 2014, p. 31). A alienação, enquanto fenômeno social objetivo, subordina igualmente a todos os indivíduos pertencentes ao gênero humano. Nenhum indivíduo pertencente a essa sociabilidade, seja ele da classe dominante seja ele da classe trabalhadora, não está subordinado a este fenômeno. Ocorre que tal subordinação é permeada de contradições e desigualdades. Vejamos: tanto a classe dominante quanto a classe dominada estão submetidas a sociabilidades autoalienadas, uma vez que a alienação é promovida por construto humano e destilada sobre humanos; mas, há diferenças fundamentais quanto à atuação do fenômeno em cada classe, a classe dominante “se sente bem e aprovada nessa autoalienação, sabe que a alienação é seu próprio poder e nela possui a aparência de uma existência humana” (ALCÂNTARA, 2014, p. 86), já a classe dominada “sente-se aniquilada nessa alienação, vê nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana” (ALCÂNTARA, 2014, p. 86). Tem-se então uma fundamental diferença do modo como o fenômeno da alienação afeta os diferentes sujeitos nas sociedades de classe.

Na sociedade de classe há polos antagônicos de interesses e objetivos.

A classe dominante precisa defender a naturalização desse modo de sociabilidade, bem como seu caráter insuperável. Pra tal, precisa defender a concepção do ser humano como essencialmente egoísta mesquinho e concorrencial. Que estes são atributos naturais indissociáveis do ser do humano, e apenas a partir desses atributos naturais, os indivíduos de organizam socialmente e daí sim decorre o processo histórico. Hora, se tal premissa fosse compatível com a realidade objetiva, as desigualdades sociais seriam completamente insuperáveis. Uma vez que, o ser humano, por ser essencialmente egoísta, mesquinho e concorrencial — por serem atributos naturais não há como se desfazer deles, uma vez que mudar a natureza significaria deixar de ser humano — necessariamente se organizaria em uma sociabilidade que promova desigualdades; ela pode aparecer mais concentrada, menos concentrada, variando qualitativamente e quantitativamente, porém jamais desaparecer.

Já a classe trabalhadora — e seus interpretes — cabe contestar tal falácia e demonstrar que a realidade social — que de acordo com novos estudos antropológicos, começa a ser constituída como tal há 350 mil anos atrás —, é radicalmente histórica e social. Ela é produzida

absolutamente pela atividade humana, é resultado das relações sociais e não de uma natureza dada e imutável. Se os indivíduos são egoístas ou solidários vai depender do conjunto de relações sociais e não de uma determinação natural e imutável. E assim sendo um tipo de sociabilidade que produz desumanidades pode ser superada por um tipo diferente de sociabilidade, na qual as desigualdades não estejam postas e onde não há exploração do homem pelo homem. Mas, sob a regência do capital e suas leis, qual seja a propriedade privada, o trabalho alienado, etc., de fato:

a necessidade e sua satisfação (satisfação do capital) terão sempre uma natureza egoísta, sendo objetivamente impossível a realização de um autêntico gênero humano. Sobre este aspecto, Lukács se detém a analisar os efeitos que as alienações exercem nos homens como entes sociais sensíveis. Mostra como o **trabalho enquanto condição natural eterna da vida humana**, conforme diz Marx, **tem um papel fundante no humanizar-se, no tornar-se-social do homem, inclusive na transformação da sua sensibilidade** [...] (ALCÂNTARA, 2014, p. 65) [grifo nosso].

Vimos, portanto, que a alienação na sociedade capitalista possui caráter universal, afetando, mesmo que de forma fundamentalmente diferente, todos os indivíduos que compõem o complexo social, permeando assim tanto a vida dos opressores como a dos oprimidos. Dado esse caráter totalizante, é importante ressaltar que a impossibilidade de se fazer livre de tal fenômeno com esforço individual. “O que não significa que [...] o comportamento individual, do ponto de vista ideológico, não tenha sua importância em face das alienações pessoais e sua superação” (ALCÂNTARA, 2014, p. 137), contudo, em nada muda a totalidade das relações sociais; “a práxis social real tem uma prioridade absoluta na luta contra a alienação, à qual Marx já se referia desde seus escritos juvenis em franca contraposição a importantes correntes idealistas que se contentavam com a revelação contemplativa, puramente espiritual, do estado de alienação” (ALCÂNTARA, 2014, p. 137); já demonstramos que a alienação é um fenômeno objetivo e não ideal, portanto sua superação passa por mudanças e transformações também objetivas, práticas, “o fato de serem as alienações produtos das leis econômicas objetivas de uma dada formação social implica, portanto, que superá-las só pode ser obra da

atividade objetiva das forças sociais, sejam estas espontâneas ou conscientes” (ALCÂNTARA, 2014, p. 146). O fator objetivo da alienação, “não deve tornar socialmente irrelevante a luta dos indivíduos para eliminar as próprias alienações pessoais” (ALCÂNTARA, 2014, p. 146), mas, é fundamental ressaltar, que uma possível alteração no indivíduo singular em nada altera a realidade concreta da alienação do gênero, portanto, mesmo com o esforço individual, por ser um ser social submetido às regras sociais vigentes em seu momento histórico, o indivíduo é constrangido, consciente ou não, por sua vontade ou não, a cumprir ações e atividades que, via de regra, irá reproduzir a “velhas e novas alienações”, para usar uma expressão de Lukács.

Em síntese, vimos nesse capítulo que, no modo de produção capitalista, há um processo de produção e reprodução do capital, no qual, a riqueza material produzida pelo trabalho é constantemente revertida em meios para a valorização do valor, e nesse processo, o trabalhador, produtor de toda riqueza, é destituído do objeto de seu trabalho, portanto também da riqueza por ele produzida. É um tipo peculiar de sociabilidade, que promove uma contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento dos indivíduos singulares, ou seja, quanto maior a potência e grandiosidade da capacidade produtiva do gênero humano, maior também a miséria do trabalhador. Essa contradição, no capitalismo desenvolvido, aparece de forma profundamente agravada, uma vez que o capital, além de produzir o ser humano reificado, o humano-mercadoria, produz também, nesse mesmo processo, subjetividades reificadas e alienadas, ele produz desumanidades. Nessa lógica, não apenas o produto do seu trabalho não lhe pertence, mas ele próprio, sua corporeidade, sua capacidade de trabalhar também não lhe pertence. E assim sendo, ao trabalhar, produz, ao mesmo tempo, riqueza que lhe é expropriada, ou seja, produz riqueza alheia e pobreza para si, e também reproduz o que o domina e o subjuga, pois cada vez que consome sua força de trabalho o ato de trabalhar cria novo valor que é incorporado ao capital, por isso que o capitalismo “introduz modificações significativas na esfera das alienações, pois, ao contrário dos modos de produção anteriores, nele as tendências alienantes operam não apenas no resultado, mas também no próprio ato de produção” (ALCÂNTARA, 2007, p. 7). Diante disso, veremos na sequência, uma das diversas formas contemporânea do capital se apoderar da corporeidade do indivíduo afim de produzir com maior eficácia suas leis gerais de funcionamento para reprodução da valorização do valor, falaremos sobre o *coaching*, o modismo da vez.

3. A PANACÉIA ORGANIZACIONAL: A DEMANDA PELO COACHING

Panacéia, palavra de origem grega (*panákeia*), é o nome de uma deusa da mitologia grega; neta de Apolo e filha de Asclépio, Panacéia era a deusa da cura. Seu nome é comumente utilizado para representar um “remédio para todos os males”, algo ou alguma coisa que é capaz de resolver qualquer problema, sendo, portanto, a grande solução dos possíveis males ⁷. Quando falamos que o *coaching* é a panacéia organizacional contemporânea, nos referimos a atual condição acerca desta, que emprega a ela uma relevância e significado exacerbados que não condizem com a realidade do que ele representa, uma vez que consideramos que o *coaching* é apenas a forma mais contemporânea do capital de se apoderar da corporeidade do indivíduo afim de produzir com maior eficácia suas leis gerais de funcionamento para reprodução da valorização do valor. Não temos, portanto, a menor intenção de empregar ao *coaching* relevância de algo perene, ou considera-lo mais relevante ou importante que as técnicas e métodos que o antecederam — a Organização Científica do Trabalho de modo geral —, pois todos possuem o mesmo objetivo na sua aplicação: tornar os indivíduos mais adequados ao capital e a sua lógica de reprodução e sociabilidade. Dito isso, nosso foco no *coaching*, se dá pelo fato de que este, nos dias atuais, tem se infiltrado em diversos âmbitos da existência dos sujeitos com intuito claro de ‘moldar’, de ‘direcionar’ essas existências, nos seus âmbitos objetivos e subjetivos, para uma vida com ‘sentido’ no e pelo trabalho alienado. Diante disso, seguimos buscando apreender o atual ambiente organizacional e as demandas atuais para a força de trabalho, bem como o papel social do *coaching* na relação trabalho e capital.

De acordo com as literaturas voltadas para o ambiente organizacional, no último século, houve mudanças significativas no trabalho e nas organizações. As dinâmicas das relações de trabalho alteraram significativamente e se observarmos os modelos de produção taylorista/fordista e toyotista, por exemplo, é possível perceber as mudanças no que diz respeito às exigências das organizações quanto a ‘qualidade’ da mão de obra. Vejamos: se no taylorismo/fordismo o indivíduo deveria banir da atividade laborativa toda atividade cerebral, e comparecer apenas como um apêndice da máquina, no sistema toyotista

⁷ De acordo com o dicionário de língua portuguesa panacéia é o “remédio que teria o poder de curar todos os males” (XIMENES, 2001, p. 693).

a capacidade criativa, atividades que tem características mais mentais do que manuais devem comparecer na atividade laborativa. Recomenda-se, inclusive, que todos os trabalhadores (agora chamados de colaboradores) sejam motivados a pensar sobre o processo produtivo. Há uma mudança significativa na dinâmica das relações de trabalho — não desconsiderando, portanto, que em processos de transformações sociais sempre há, em algum nível, a coexistência entre o novo e o velho, tendo em vista isso, as mudanças na dinâmica das relações de trabalho não significam exclusão de um determinado modo de relação de trabalho.

Não é de nosso interesse nos estender nesta comparação, o que nos interessa nessa afirmação é a concepção das teorias organizacionais de que “o desempenho organizacional está intimamente relacionado ao desempenho individual e coletivo, assim como a sobrevivência e o sucesso das organizações dependem fortemente das competências dos indivíduos” (LANGE e KARAWAJCZYK, 2014, p.40); isso porque, tal concepção, leva os indivíduos que trabalham a buscarem adequar-se as exigências do capital quanto à ‘qualidade’ da força de trabalho, pois essa é a forma de ‘garantir’ seu espaço no mercado de trabalho; para os indivíduos essa necessidade de adequação é uma questão individual, que ele, enquanto indivíduo deve buscar, a fim de tornar-se mais ‘atrativo’, mais ‘qualificado’, em um mercado de trabalho de ampla concorrência; tal adequação, por vezes, passa por uma busca por desenvolvimento pessoal, não em um sentido omnilateral, mas sim em um sentido restrito de desenvolvimento de competências, apenas um conjunto de saberes, de conhecimentos, habilidades e atitudes que determinada atividade laborativa exige.

As mudanças significativas no trabalho e nas organizações, que mencionamos anteriormente, se da, de acordo com os teóricos da administração, devido à necessidade de manter-se competitivo, lucrativo em um mercado que, cada vez mais, assume aspectos globalizantes, dinâmicos e exigentes. Diante desse cenário, a exigência para com as pessoas no ambiente de trabalho tem-se intensificado em vários aspectos que não apenas no tempo e na intensidade do trabalho, “essas transformações organizacionais deflagram processos de mudança dos indivíduos, em nível comportamental” (MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 86-87); as organizações passam a exigir dos indivíduos, alterações que ampliam em muito os limites do expediente de trabalho e das paredes da empresa. O trabalho intenso passa a ser compreendido como “fonte de sofrimento e agravos à saúde dos trabalhadores” (PINA e STOTZ, 2014, p.152), condicionando, ao indivíduo trabalhador, situações e sintomas

derivados da intensificação do trabalho, como por exemplo: “a) a impossibilidade de manter um trabalho de boa qualidade; b) o assédio moral ou os conflitos entre os próprios trabalhadores; e c) os múltiplos danos à saúde (acidentes, a invasão do trabalho na vida pessoal, Lesões por Esforços Repetitivos – LER e os transtornos psíquicos)” (PINA e STOTZ, 2014, p.152). Na perspectiva das organizações, elas sentem a “necessidade imperiosa de flexibilidade para se adaptarem às exigências do mercado” o que “exigiu estruturas mais leves e investimentos na melhoria da qualificação dos trabalhadores, além de outras preocupações” (MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 86-87). Já na perspectiva do indivíduo que trabalha há uma ampliação da lógica mercantil/organizacional para as diversas esferas da existência, com nunca antes vivenciada. A vida é invadida pela lógica do mercado.

Essa lógica, sabemos, sempre fez parte do modo de organização social capitalista, com maior ou menor intensidade, dependendo do nível de desenvolvimento das forças produtivas. Ocorre que atualmente há uma emergência esquizofrênica para tais mudanças, um desejo pelo “remédio para todos os males”, para que, sem perda de tempo e de lucro — sendo esse último o mais importante — os indivíduos que trabalham — os produtores de toda riqueza como já sabemos desde Adam Smith — compareçam no mercado como mais adequados e eficientes para a efetiva extração da mais-valia. A busca é pela ‘mais nova’, ‘mais inovadora’, a ‘melhor’ panacéia da semana, para que os indivíduos que trabalham possam, ao ‘medicar-se’ com ela, acompanhar o ritmo do mercado e suas exigências, uma vez que “atualmente, as mudanças são velozes, o que dificulta os ajustes necessários para que todos as absorvam adequada e gradualmente” (MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 94).

‘É necessário soluções rápidas e amplas!’ Diz o sujeito capital.

Esse cenário atual do mundo organizacional globalizado, certamente dispõe de diversos mecanismos, métodos, ferramentas, técnicas que cumprem essa função de adequar os indivíduos as necessidades do capital, colaborando “no desenvolvimento de competências gerenciais para atender essas novas demandas” (MELO, 2015, p. 2). Ocorre que, de modo geral, “o treinamento tradicional já não responde mais às necessidades de formação de pessoas, às expectativas das empresas em termos de novas habilidades e atitudes mais alinhadas à realidade organizacional e às exigências do mercado competitivo” (MELO, 2015, p. 2). Como já mencionamos anteriormente as organizações passam a exigir dos indivíduos, alterações que ampliam em muito os limites do expediente de trabalho e das paredes da empresa,

e os limites de expandem para suas vidas privadas, sua personalidade, sua subjetividade; a ponto de algumas dimensões da intensificação do trabalho ter relação direta com o aparecimento de desgaste mental, cada vez mais comum entre os trabalhadores, “o aumento do ritmo de trabalho, a exigência de disponibilidade e a realização simultânea de várias atividades implicadas na ampliação da jornada” (PINA e STOTZ, 2014, p.153) são alguns dos fatores que podem levar a algum tipo de desgaste mental.

Entre as diferentes alternativas de intervenções profissionais para o desenvolvimento de pessoas — ao menos até o presente momento e em alguns postos de trabalho específicos, em especial os relacionados ao setor de serviço ou cargos administrativos de modo geral — a que parece contemplar essas novas exigências do mercado de trabalho, e promete “criar meios que orientem os indivíduos a esboçar um projeto de carreira e de vida compatível com suas competências, interesses e valores e que possam ser conciliados com os objetivos e necessidades das próprias organizações” (SILVA, 2010, p. 300), é o *coaching*.

A fim de atender as exigências do mercado de trabalho nossos dias assistem a uma crescente busca por ‘aperfeiçoamento’ pessoal e profissional por parte dos indivíduos. Tal busca, aparece de diversas formas, variando de acordo com a idade, classe, e renda do indivíduo, dentre muitas outras variáveis. A necessidade do indivíduo de se apresentar adequado às exigências do mercado de trabalho os leva a uma busca desenfreada, e por vezes angustiante, por qualquer coisa que, de alguma forma, possa diferencia-lo no concorrido mercado de trabalho. As mais comuns são: uma formação educacional de nível superior, um curso profissionalizante, um curso de língua estrangeira e as demais variações que habitam o amplo campo da educação. Ocorre que, é cada vez mais frequente, a procura desse ‘aperfeiçoamento’ pessoal e profissional pela via do *coaching*. Há uma intensificação da perspectiva exclusivamente individualista a cerca do sucesso ou insucesso profissional e pessoal, ao ponto que os indivíduos buscam identificar apenas na sua individualidade as razões e as causas para os sucesso ou insucessos da sua vida, desconsiderando completamente a complexa relação que se da entre indivíduo e sociedade, entre as condições concretas de existência e as possibilidades individuais; nessa intensificação da perspectiva exclusivamente individualista o *coaching* encontra terreno fértil para crescer.

A popularização bem como crescimento dos serviços de *coaching* tem sido propagada por diversas mídias nacionais e internacionais: a revista Exame em uma publicação feita no mês de março de 2017,

afirmou que “em 2016, houve um aumento de 30% na contratação de *coaching* no país”, sendo que o mercado de *coaching* chega a movimentar cerca de US\$ 2,3 bilhões; o jornal Estadão, em uma matéria publicada em fevereiro de 2017, apresentou dados interessantes sobre a contratação do *coaching*, informando que “segundo o Jornal Executive Channel, mais de 40% dos executivos americanos já passaram por um processo de *coaching*”, também que a “Bristol University aponta que 88% das empresas do Reino Unido já utilizam o *coaching*” e de acordo com “Inside Business Channel, 70% das empresas australianas contratam *coaches*”. Melo (2015, p.3), afirma que o mercado de *coaching* movimentou, em 2011, cerca de 5 bilhões de reais no mundo, no mesmo ano 84% das maiores empresas brasileiras e 93% das maiores empresas norte americanas, utilizam o *coaching* como método para desenvolvimento de pessoal; de acordo com o “estudo Executive Coaching in Latin América, de 2010, realizado por iniciativa da Latin American Human Resource Partnership (LAHRP), que pesquisou 182 empresas em 16 países latino-americanos, sendo 39 no Brasil, 84,6% já utilizaram o *coaching*”.

Os entusiastas do *coaching* afirmam que, apesar dos desafios, há uma consolidação do *coaching* em território nacional, um crescimento tanto de profissionais de *coaching* como também de pessoas que procuram por este serviço. “Assim, o *coaching* passou da condição de atividade experimental e complementar para um processo de aprimoramento, desempenho e resultados dentro do ambiente organizacional” (MELO, 2015, p.3), e tem ganhado espaço nas organizações e no imaginário de muitos indivíduos.

Os indivíduos que se encontram no mercado de trabalho, tanto pessoas já empregadas quanto as que estão desempregadas à procura de emprego, cada vez mais, veem no *coaching* uma possibilidade atraente na sua busca pelo ‘aperfeiçoamento’ pessoal e profissional, na expectativa de que lhes dê certa vantagem competitiva no mercado de trabalho e na negociação por salários e benefícios provenientes do vínculo empregatício, esse que por sinal tem estado ‘ameaçado de extinção’.

O cenário, cada vez mais atual, de alta competitividade, de desemprego estrutural, do crescimento do chamado emprego informal e da perspectiva individualista burguesa da relação sujeito e sociedade, potencializa a procura, por parte das pessoas, por novas ferramentas e mecanismos que os ajude a alcançar alguma vantagem competitiva na hora de se efetivar no mercado de trabalho. Isso, na expectativa de tornar-se uma ‘mão-de-obra-qualificada’, potencializando assim seu

desempenho no trabalho assalariado, uma vez que, no atual modo de organização social, este último representa sua própria existência e reconhecimento social, pois, no aspecto subjetivo, as realizações na esfera profissional, na maioria dos casos, representa boa parte do que os indivíduos consideram serem suas grandes realizações e conquistas, por vezes até mesmo o que os define enquanto indivíduos; e no aspecto objetivo, realizar a sua mercadoria força de trabalho no mercado de mercadorias é necessário para sua subsistência.

Nosso atual modo de organização social pressiona os indivíduos a buscarem sempre o aperfeiçoamento, a auto-superação, a auto-motivação, ou seja, qual for o novo termo usado pelas organizações para definirem uma prática de trabalho menos custosa e mais lucrativa para o capital, algo que conduza os indivíduos que trabalham para, de alguma forma, se autogerirem e se tornarem mais eficientes, efetivos, competitivos, uma vez que “no capitalismo, o processo de trabalho representa o próprio processo de exploração do trabalho” a forma de trabalho mais intensificada “constitui uma dimensão social particular da exploração, distinta da força produtiva (produtividade) e do prolongamento da jornada de trabalho” (PINA e STOTZ, 2014, p.153).

Gaulejac (2007) comenta acerca da naturalização da luta e/ou competição nas organizações, característica essa, inclusive, considerada pelas organizações como ‘útil e necessária’, a política do ‘que vença o melhor’, não só é naturalizada como incentivada e positivada, mesmo que neste ‘pacote’ ocorra algum malefício para o indivíduo que trabalha. Enfatiza-se, no âmbito organizacional, a necessidade de desenvolver uma ‘gestão da emoção’, pois uma vez que, na perspectiva das organizações, as emoções e sentimentos humanos que são demasiado complexos *infelizmente* ‘vem junto’ com o sujeito contratado, portanto, faz-se necessário utilizar-se de técnicas para molda-las, treina-las de modo que estas não venham a ter influências supostamente negativas no desempenho do funcionário.

Nisso há algo que se manifesta de modo ainda mais cruel para o indivíduo, o fato de que esse sistema “se apresenta como justo e não arbitrário, pois não é a organização que, definitivamente, se torna responsável pelo lugar atribuído a cada um, mas o ‘mérito’ de cada um, que é considerado como determinante do lugar ocupado” (GAULEJAC, 2007, p. 216), e assim sendo, o único responsável pelo sucesso ou fracasso é o próprio indivíduo. Nessa concepção simplista, as questões estruturais e as condições concretas de existência são completamente desconsideradas, nesse caso a “lógica do mercado se impõe na gestão dos recursos humanos” (GAULEJAC, 2007, p.206), onde as pessoas,

como recursos que são, devem ser moldadas, treinadas, a fim de tornarem-se mais adequadas as necessidades do capital.

No modo de produção capitalista desenvolvido, a classe de trabalhadores, é levada a acreditar e reconhecer o capitalismo como algo natural e imutável, seja pela educação, seja pela tradição ou costume, há um reconhecimento social das exigências do capital como sendo leis naturais. Dadas às condições objetivas desse modo de organização da produção, ao criar-se uma superpolação de trabalhadores, “a lei da oferta e da procura de trabalho e, neste sentido, o salário, se molda plenamente às necessidades de valorização do capital” (ALCÂNTARA, 2014, p. 133), e é assim que a silenciosa coação via relações econômicas — e por vezes não identificadas como tal pelos indivíduos que trabalham —, sela o domínio do capital sobre o trabalho. “A dependência do trabalho em relação ao capital, que se origina das próprias condições de produção é, segundo Marx, por elas garantida e perpetuada” (ALCÂNTARA, 2014, p. 133), e na reprodução do capital vê-se também a reprodução das desumanidades.

Ainda sobre o reconhecimento social das exigências do capital como sendo leis naturais, Gaulejac (2007) nos faz refletir como o foco na concorrência entre as pessoas acarreta no enfraquecimento da crítica a este sistema de organização, pois o torna cada vez mais naturalizado e aceito como sendo essa a “natureza das coisas”, e não uma forma de controle, de governo, de poder. A lógica *up or out* (subir ou sair) é naturalizada de tal forma que “ela impele a cada um a se superar em favor do ‘sistema’, a fim de garantir sua perenidade. Percebemos o mercado dos malogros: a finalidade se torna a sobrevivência da empresa, para a qual cada assalariado pode ser levado a sacrificar a sua” (GAULEJAC, 2007, p. 216), uma vez que a finalidade da produção não é sanar necessidades humanas, mas sim as necessidades do capital.

Diante disso a busca, pelos indivíduos que trabalham, por tornar-se uma mão-de-obra-qualificada, uma mercadoria mais atrativa ao capital, mais adequada à materialidade que ele demanda — que por vezes independe dos desejos, vontades e preferências do próprio indivíduo —, na maioria dos casos, se não em todos, aparecem como uma necessidade objetiva de subsistência; aparecem de alguma forma positivada, uma vez que, no capitalismo, tal adequação as exigências do capital, possibilita realmente vantagens na hora de realizar a mercadoria força de trabalho no mercado de mercadorias. Ocorre que tal adequação promove um desgaste do trabalhador, que podemos aqui apontar em três diferentes dimensões: “a primeira, em termos orgânicos, decorrente dos acidentes de trabalho ou da ação de substâncias tóxicas; uma segunda,

pela fadiga crônica; a terceira, pelo desgaste da esperança, que afeta a identidade do trabalhador, atinge seus valores e crenças e pode ferir sua dignidade” (PINA e STOTZ, 2014, p. 157-158). Quanto mais reificado mais adequado o indivíduo se torna para o capital, quando mais o que há de mercadoria nele se realiza no mercado de mercadorias mais ele se humaniza do ponto de vista do que é ser *humano* no interior do capitalismo.

Ocorre que, dialeticamente, ao afirmar sua humanidade nesse modo de sociabilidade ele a nega ontologicamente. O desenvolvimento das forças produtivas ocorre de forma contraditória ao desenvolvimento das capacidades humanas, ocorre em detrimento do desenvolvimento de sua individualidade. Mas, é necessário ressaltar o que Marx deixa claro, que as condições históricas necessárias para a venda da mercadoria força de trabalho no mercado, não são condições ontológicas ao ser social, uma vez que “a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro.” (MARX, 2017, p. 244). Essa é uma condição adquirida, o resultado do desenvolvimento auto-determinado (histórico) do ser social, o “resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social” (MARX, 2017, p. 244). Portanto, não é uma condição histórico-natural, ou uma relação social a histórica e insuperável, pelo contrário, é necessário fazermos um esforço de expor as contradições entre forma e essência para guiarmos nossa ação — não no sentido individual, mas sim no sentido social —, e um esforço de demonstrar o papel do ser humano como autor de sua própria história, portanto capaz de promover mudanças concretas na sua história.

Apresentados esses elementos introdutórios, seguiremos nesse capítulo apresentando o *coaching* quanto ao seu *modus operandi* e sua função social na sociedade das mercadorias. Apreendendo qual seu papel social, enquanto método utilizado com objetivo de desenvolver nos indivíduos que trabalham as competências que estejam adequadas às exigências e necessidades do capital, ou seja, apreender qual o papel social do *coaching* no embate entre capital e trabalho utilizando para tal análise as categorias alienação e fetiche.

3.1. O JOGO INTERIOR: AS ORIGENS ESPORTIVAS DO COACHING

A origem da palavra *coaching* bem como o significado que empregamos a ela no contexto deste trabalho — enquanto um método que visa auxiliar no desenvolvimento pessoal e profissional de pessoas —, não tem determinações consensuais entre seus entusiastas; optamos então por apresentar uma versão que é bem aceita pelo grupo de entusiastas do *coaching*, mas, nem por isso é a única versão aceita.

A etimologia da palavra *coaching* deriva de ‘*coach*’, uma antiga palavra Húngara que, diz a história, originou-se em um antigo vilarejo conhecido como *Koczi*. Os habitantes deste vilarejo engenhosamente desenvolveram um tipo de transporte coberto, idealizado e projetado com o intuito de transportar seus habitantes de um local a outro e ao mesmo tempo os proteger das mazelas do clima, o que viria a ser a primeira carruagem. A palavra *coaching*, ao longo da história, esteve associada ao transporte, apenas muito recentemente deu-se a ela uma nova relação, agora com o esporte. No esporte ela toma novo significado, dizendo respeito a uma situação em que “um especialista treina e desenvolve um atleta ou uma equipe de atletas para atingir suas metas.” (MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 88). Contemporaneamente *coaching* tem sido utilizada também, significando um tipo de tutoria, como “alguém que guia os passos de uma pessoa para que esta tenha sucesso sustentado em valores e princípios” (MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 88).

De fato, atualmente todos estes sentidos podem ser empregados à palavra em questão, “todos esses sentidos da palavra são encontrados no Dicionário Oxford (1997), em que a palavra *coach* é traduzida por ‘técnico, treinador, tutor’, assim como por ‘carruagem, ônibus’ e ‘viagem em carro ou em carruagem’” (MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 88). Há, também, os que buscam um sentido para a palavra *coaching* em analogia a sua etimologia relacionada ao transporte, concedendo a palavra o seguinte sentido: “aquele que conduz pessoas de uma parte para outra, ou seja, de um estado atual a um estado futuro. De uma condição presente a uma futura. É alguém capaz de apoiar outro a ir do lugar em que se encontra a outro, inclusive por caminhos ainda não trilhados” (SILVA, 2010, p. 304).

Apesar do dissenso a cerca da origem da palavra, bem como das influências para a constituição do *coaching*, e suas diversas variações, o que nos importa é que nas diversas alternativas para sua origem e significado o que tem de constante no uso contemporâneo da palavra enquanto conceito é que: i) ela nomeia um processo que, com a intervenção de uma determinada pessoa (*coach*), busca-se desenvolver competências em outra pessoa (*coaches*), sejam essas no âmbito pessoal

ou profissional, e sendo assim, Milaré e Yoshida (2007, p. 88), dizem que “ser um *coach* significa ser um profissional qualificado a ajudar uma pessoa a expandir suas competências, levando-o de um posicionamento a outro, sustentado por seus princípios e valores”, já a expressão *coaching* “é utilizada para designar esse processo de ajuda”; e ii) os princípios, conceitos e métodos utilizados pelos profissionais de *coaching*, bebem de diferentes ciências. Segundo informações divulgadas do site do Instituto Brasileiro de *Coaching* (IBC), o *coaching* faz uso de “um mix de recursos que utiliza técnicas, ferramentas e conhecimentos de diversas ciências como a Administração, Gestão de Pessoas, Psicologia, Neurociência, Recursos Humanos, Planejamento Estratégico, entre outras”, e a aplicação destas técnicas e ferramentas, segundo o instituto, visa “à conquista de grandes e efetivos resultados em qualquer contexto, seja pessoal, profissional, social, familiar, espiritual ou financeiro”.

Como vimos não há um consenso a respeito das origens e influências da prática do *coaching*, e sendo assim, optamos por apresentar uma versão que é aceita pela comunidade praticante deste método e que nos possibilita compreender alguns dos princípios dessa técnica. Vamos nos ater a relação do *coaching* com o esporte, especificamente a versão que apresenta Tim Gallwey como o ‘pai’ do *Coaching*. Antes é relevante ressaltar que não é nosso objetivo entrar no mérito da funcionalidade do método, nem mesmo na descrição minuciosa de sua aplicabilidade; pretendemos apenas apresentar, de forma geral, a técnica desenvolvida para auxiliar os indivíduos a melhorarem sua performance pessoal e profissional de acordo com o que acreditam ser necessário. Dito isso seguimos.

O *coaching* pode ter sido constituído a partir dos conceitos e métodos de desenvolvimento pessoal criado por Tim Gallwey, um treinador/professor de tênis norte americano, que inspirado por suas experiências no esporte desenvolveu um método de ensino/treinamento que mais tarde ele transformou em livros e aplicou não apenas no esporte, para o desenvolvimento dos atletas, mas também nas organizações, para o desenvolvimento dos trabalhadores — esse último é o que nos interessa —, seu método ficou conhecido como “*The Inner Game – O Jogo Interior*” (1974).

Segundo informações retiradas de um e-book divulgado pela instituição *The Inner Game School of Coaching*, cujo título é “*The Inner Game 40 anos de sucesso*”, Tim Gallwey (s.d.), ao observar seus alunos na aula de tênis percebeu que havia algo que prejudicava o aprendizado e a performance deles. Ao questionar essa situação e buscar se

aprofundar nas causas dessa interferência Gallwey concluiu que “havia muitas coisas acontecendo nas mentes dos seus alunos de tênis, e isso estava impedindo-os de alcançar um estado verdadeiro de foco e atenção.” (s.d., p. 02); partindo deste diagnóstico Gallwey passou a buscar maneiras para que seus alunos se desenvolvessem de forma mais eficiente, ele “começou a explorar maneiras de focar a mente do aluno na observação direta e no “não-julgamento” da observação da bola, do corpo e na raquete de forma a aumentar seu aprendizado, desempenho e prazer pelo jogo.” (s.d., p.2). Ao aplicar esse método, Gallwey percebeu que seus alunos passaram a apresentar uma melhora significativa no seu desenvolvimento e habilidades enquanto jogadores de tênis.

Dessa experiência Tim Gallwey desenvolveu um conceito a cerca de métodos e formas de treinar/ensinar pessoas a se desenvolverem pessoal e profissionalmente, tais conceitos foram publicados em um livro intitulado ‘The Inner Game’, cuja primeira edição saiu em 1974, e se tornou best-seller no The New York Times. Na medida em que esses conceitos e metodologias se tornavam conhecidas, Gallwey as aplicava em outros esportes como, por exemplo, o Golf; também os aplicou no mundo da música; e por fim chegou até às corporações.

Em meados dos anos 1970 alguns empresários, líderes e gestores de empresas começam a utilizar os conceitos do The Inner Game no ambiente de trabalho, na busca pela eficiência da equipe de trabalho. A partir daí Gallwey teve como cliente grandes empresas que buscavam aplicar no seu ambiente de trabalho os conceitos desenvolvidos por ele, empresas como, por exemplo, AT&T, IBM, Apple e Coca-Cola. Sobre essa mudança inusitada de um método originalmente do mundo do esporte, passar a ser adaptado para o mundo empresarial Gallwey afirmou que: foi “fácil aplicar os princípios do jogo interior para qualquer aplicação corporativa, porque a fundação era simples e universal” (s.d., p. 05). No ano de 1999, Gallwey publicou o livro ‘The Inner Game of Work’, baseado na aplicação de seus conceitos no ambiente corporativo fazendo “uma reflexão sobre como os métodos e conceitos do The Inner Game tem sido aplicados por muitas pessoas, em uma grande variedade de empresas” com o foco principal “no alcance da excelência individual” (s.d., p. 05). Gallwey encontrou então no mundo empresarial um campo fértil para a aplicação e o desenvolvimento de seus métodos.

Os trabalhos voltados para o mundo corporativo, buscando aprimoramento pessoal e o desenvolvimento de equipes de trabalho mais eficientes e eficazes, levou Gallwey a descobertas importantes sobre as pessoas que trabalham: ele descobriu que “um obstáculo

principal para a maioria delas, na busca e efetivação de um objetivo, parecia ser o estresse.” (s.d., p. 06).

A partir do desenvolvimento do diagnóstico de que, na relação entre trabalho e estresse — em que o indivíduo que trabalha é atingido negativamente, de alguma forma e em algum grau, e de que, tanto para o indivíduo como para a organização, esse impacto gera consequências negativas e empecilhos no sentido de alcançar metas e objetivos —, Tim Gallwey passou a explorar, em parceria com profissionais da saúde formas de aplicar os princípios do Inner Game para, de algum modo, ‘ajudar as pessoas’, segundo ele, ajudar “não só com a gestão do estresse, mas também como fazer para reduzi-lo e preveni-lo.” (s.d., p.6). O desenvolvimento dessa pesquisa deu origem ao livro ‘The Inner Game of Stress’ (2009).

Com o objetivo de levar esses conceitos e métodos para o maior número de pessoas possíveis, a fim de ajudar as organizações com a gestão de pessoas e as pessoas com a redução e prevenção do estresse, o autor definiu que “o *coaching* era a melhor maneira de fazer isso” (s.d., p. 06). E para que esses ensinamentos se espalhassem pelo maior número de pessoas possível Tim Gallwey, em parceria com Myles Downey, fundador da *Performance International Coaching*, Gary Wessely, e Merrick Richard, desenvolveram uma ferramenta chamada “*eCoach* projetada para auxiliar os indivíduos na concretização dos seus objetivos desejados.” (s.d., p. 06). Utilizando os mesmos princípios do Inner Game este novo programa propõe “ajudar *coachees* através de sessões personalizadas voltadas para encontrar e eliminar obstáculos, quebrar padrões limitantes, e fazer progresso em direção a metas de longo e curto prazo”. (s.d., p. 06). Surge então o *coach*, profissional, que atua como instrutor, treinador, estimulador dos *coaches*, clientes, que, por sua vez, são os indivíduos que buscam o aprimoramento pessoal e profissional, ambos, se relacionariam por intermédio do *coaching*, que seria o processo de ajuda no tal aprimoramento. Vejamos na sequência do texto como se dá esse processo.

3.2 O COACHING NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

O *coaching*, na sua concepção conceitual contemporânea, que é proveniente do contexto esportivo, teria como sua principal característica o fato de, na sua aplicação, o *coach* (em analogia um técnico), que por meio de determinados métodos e processos — dos quais faz uso de diferentes ciências como a Administração, Psicologia, Neurociência, etc. —, “prepara seus atletas rumo a novos padrões de

comportamentos, superações e disposição emocional a fim de conseguir a direção aos objetivos a serem alcançados” (MELO, 2015, p.).

Na relação entre o *coach* e o *coachee* — que se pressupõe ser de confiança e admiração pessoal e profissional, por parte do *coachee*, e de valores e concepções ideológicas que sejam correspondentes para ambos os envolvidos —, o papel do *coach* baseia-se em “dialogar, questionar e confrontar o *coachee* de forma a estimulá-lo a planejar as próximas ações, que resultarão em futuras implementações” (LANGE e KARAWAJCZYK, 2014, p.44). Seu papel envolve instruir o *coachee* a ‘descobrir’ onde está no presente e onde gostaria de chegar ao futuro, a fim de elaborarem juntos planos e metas para seguirem determinados objetivos. Nesse mesmo sentido o *coach* faz indicações e recomendações de práticas, instrumentos, ferramentas, em fim, recursos em geral, que tenham como enfoque contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento do *coachee* na direção pré-determinada por estes no início do processo. A direção pode ser, por exemplo, no desenvolvimento profissional, desenvolvimento de novas habilidades a fim de almejar um novo posto de trabalho, ou até mesmo em questões da esfera pessoal, como melhorar as relações afetivas ou comportamentais. Em síntese o *coach* “auxilia no processo de definir as prioridades e de planejar as ações, com o objetivo de alcançar os resultados esperados. Para que isso ocorra, são estabelecidas metas viáveis, inseridas em um prazo viável” (LANGE e KARAWAJCZYK, 2014, p.44).

Os entusiastas do *coaching* acreditam que esse processo “pode impactar positivamente os níveis de produtividade individual, principalmente em executivos de nível sênior, aumentando potencialmente a produtividade da organização inteira” (KAMPA; WHITE, 2002, p. 153, apud, MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 89). Tal crença, aliada a emergência de encontrar força de trabalho que esteja adequada às exigências e necessidades do capital — que como vimos está sempre em transformação —, faz com que o *coaching* ganhe o status de *panacéia*, ao menos na atualidade, pois creem que com a mediação deste os indivíduos que trabalham possam, por meio do desenvolvimento de determinadas competências, acompanhar o ritmo do mercado e suas exigências. Se o “[...] coaching resulta em aumento de conhecimento, aumento da autoconsciência e do desenvolvimento, e liderança mais efetivas” (KAMPA; WHITE, 2002, p. 153, apud, MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 89), por meio dele é possível ‘moldar’ o indivíduo para que este consiga entregar para a empresa aquilo, e somente aquilo, que ela precisa para valorizar o valor, mantendo sob-

controle, portanto, o que não é interessante para a empresa, como, por exemplo, determinadas emoções, insatisfações, angústias, tristezas, inseguranças, em fim, todo o complexo que é indissociável do indivíduo que trabalha, que ‘vem junto’ com o trabalhador. Ora, tais aspectos da totalidade do indivíduo, uma vez que não são interessantes para a valorização do valor, faz-se necessário desenvolver técnicas, métodos que auxiliem então no controle destes, mesmo que signifique, em algum grau, o detrimento do indivíduo, uma vez que o objetivo fim da produção não é a satisfação das necessidades humanas, mas sim a reprodução do capital.

A prática do *coaching*, enquanto uma intervenção para melhorar o desempenho pessoal e profissional, que “funciona como uma ferramenta de gestão empresarial que possibilita transformação e crescimento na forma de ser, pensar e estar no mundo” (LANGE e KARAWAJCZYK, 2014, p.44), tem sido frequente nas organizações, mas também no contexto pessoal; de acordo com Lange e Karawajczyk (2014, p.44), mesmo que o processo de *coaching* tenha, em sua base, objetivos puramente profissionais, esse processo de transformação do indivíduo necessariamente perpassará as demais esferas da sua vida, uma vez que ele, enquanto sujeito, se transformou em determinada medida, “as mudanças que resultam de um processo de *coaching* irão repercutir tanto no ambiente organizacional quanto no contexto das relações interpessoais, pois o *coachee* terá alterada sua maneira de perceber o mundo”.

Quanto à sua tipologia o *coaching*, possui um número considerável de variações, mas podemos delimitar dois grandes tipos que posteriormente podem se ramificar, são eles: *coaching* corporativo e *coaching* pessoal — embora ambos tenham muitas ramificações este último nos parece ser o mais fértil. O *coaching* corporativo se dá quando, uma pessoa jurídica contrata o profissional de *coaching* para auxiliar a empresa a alcançar seus objetivos, seja por intermédio de um funcionário específico ou um conjunto de funcionários. É quando a pessoa jurídica “contrata a ajuda profissional para atender um ou mais executivos, para promover mudanças pessoais que sejam convertidas em resultados positivos para a organização e para o envolvido” (MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 90). Tal contratação pode surgir pelo interesse individual do funcionário ou pode aparecer como uma ‘recomendação’ do setor de Recursos Humanos da empresa para alguns de seus funcionários, com o objetivo de alinhar os interesses, capacidades e habilidades destes aos objetivos efetivos da empresa/organização. Já o *coaching* pessoal se dá quando, uma pessoa física contrata o profissional

de *coaching* no intuito de melhorar seu desempenho e alcançar seus objetivos que podem ser da esfera pessoal e/ou profissional. A procura pelo *coaching* vem como um meio para alcançar determinados objetivos em algumas das esferas da vida. É quando a pessoa física “procura a ajuda profissional por iniciativa própria, para realizar mudanças que promovam seu autodesenvolvimento” (MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 90).

O que diferencia essencialmente estes dois tipos gerais de *coaching* é que: no *coaching* pessoal, as metas e os objetivos quanto ao desenvolvimento de competência são levantados e construídos de acordo com as questões e necessidades importantes para o contratante, qual seja a pessoa física — lembrando que tais questões estão permeadas pela lógica da sociedade da mercadoria, portanto as necessidades percebidas pelo indivíduo são as necessidades nas relações entre mercadorias; e da mesma forma, no *coaching* corporativo, as metas e os objetivos quanto ao desenvolvimento de competência são levantados e construídos de acordo com as questões e necessidades importantes para o contratante, qual seja a pessoa jurídica. Independente se o *coaching* será para um funcionário específico ou se será para um conjunto de funcionários, o que realmente importa é que “se oriente pelos objetivos, necessidades e preferências do executivo e da organização” (MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 88), e nesse sentido as exigências de mudança, de desenvolvimento de competências devem da organização, “o processo pode requerer qualquer tipo de mudança: atitudes e hábitos, habilidades em desenvolvimento, preparar-se e desenvolver-se para tarefas futuras, definir e implementar liderança, metas de negócios e estratégias” (MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 88-89), etc.. O não cumprimento de tais exigências e expectativas pode acarretar em perda do posto de trabalho por parte do trabalhador, bem como intensificação da concorrência interna entre os funcionários; nesse sentido percebe-se, em potência, o surgimento de ansiedades e angústias que podem vir a serem patologias próprias do trabalho intensificado.

Apresentamos dois tipos gerais de *coaching*, mas, como mencionamos, há uma infinidade de variações destes, que cada vez mais, infiltram as mais diversas esferas da existência, levando para tal a perversa lógica da sociedade das mercadorias; e em um processo de retroalimentação, a lógica da sociedade das mercadorias se expande para as diferentes esferas da vida e cresce a demanda por diferentes ‘tipos de *coaching*’.

O Instituto Brasileiro de *Coaching* (IBC), que é uma das maiores escolas de *coaching* do Brasil, apresenta, em seu site oficial, alguns

exemplos dos seus diferentes tipos: há os que buscam ‘aperfeiçoar’ a vida conjugal e buscam no *coaching* de relacionamentos um auxílio para enfrentar as questões referentes aos possíveis problemas/questões de convivência; há os que buscam ‘aperfeiçoar’ a forma de educar seus filhos e procuram no *coaching* parental as instruções, informações e ferramentas para que eles se sintam mais confiantes no processo de educar seus filhos e possam ‘trabalhar’ suas emoções e assim equilibrar a vida pessoal e a profissional; e há também os que buscam ‘aperfeiçoar’ seu desempenho no ambiente de trabalho e procuram no *coaching* de carreira o auxílio para alcançar seus objetivos, e se manterem ‘focados’. Por vezes o auxílio é também para construir um ‘sentido de vida’ e/ou carreira — lamentavelmente no nosso atual modo de sociabilidade por vezes estes aparecem para alguns indivíduos como sinônimos —, na medida em que o profissional de *coaching* se propõe também a auxiliar no autoconhecimento, e a ‘evitar’ a auto-sabotagem do possível cliente, como costuma descrever os entusiastas desse método.

Ainda sobre as muitas formas de *coaching* que têm atingido o mercado Milaré e Yoshida (2007, p. 92), nos apresentam os seguintes tipos: *coaching* de desempenho com “foco específico no potencial específico do indivíduo, requisitos de trabalho, deficiências, e em como diminuir dificuldades de desempenho e adequação do trabalho para otimizar a performance do indivíduo”; *coaching* espiritual que “busca questionar e refletir sobre posicionamentos filosóficos”; *coaching* do novo líder que “busca especificamente ajudar o líder a assimilar seu novo papel e definir e implementar seu novo negócio para garantirem juntos os componentes-chave para sua equipe”; *coaching* de relacionamento que “ajuda a forma ou a mudança daquelas relações para produtividade e satisfação maiores”; *coaching* de legado que “ajuda a pessoa que se aposenta a identificar o legado que ela gostaria de deixar e tomar as ações apropriadas para fazer seu legado se tornar uma realidade”; *coaching* de equipe que ocorre quando ‘um ou mais coaches se especializam em dinâmica e efetividade da equipe para trabalhar junto com o líder e cada membro da equipe’. Estes são apenas alguns entre muitos outros que tem ganhado espaço e se popularizando.

Diante dessa diversidade de ‘mercadorias’ disponíveis no mercado — e prontas pra se relacionar com as pessoas-mercadorias a fim de reifica-las com a lógica capitalista —, os entusiastas do *coaching* defendem que “o contexto para intervenções de *coaching* deve ser definido no contrato, de acordo com a necessidade especificada pelo cliente (*coachee*), área de competência do *coach* e objetivos estratégicos da organização, quando envolvida” (SILVA, 2010, p. 305), diante dessa

premissa Silva (2010, p. 305), ainda nos diz que “a demanda para um processo de coaching tanto pode ser originada da necessidade de alguém, que busca melhorar seu desempenho” como no tipo de *coaching* pessoal que apresentamos, e “em algum aspecto de sua vida profissional, quanto pode partir da própria organização, que pode utilizar o coaching como uma estratégia para alcançar resultados de seu interesse”, como no tipo de *coaching* corporativo que apresentamos. Vimos então que para além do *coaching* direcionado para o mundo do trabalho, temos visto cada vez mais essa prática alavancar em outros contextos, também vimos que tal expansão da prática do *coaching* carrega sua concepção restrita e alienada de desenvolvimento de competências individuais.

Apresentamos, de forma geral, a diversidade de visões e de tipos do *coaching*, bem como sua diferença essencial, cabendo-nos agora apresentar alguns aspectos que são considerados, por seus entusiastas, como sendo características singulares na estratégia de ação denominada *coaching*, segundo Silva (2010, p. 305) são elas:

- (a) definição clara de metas a serem alcançadas pelo *coachee*; (b) não necessidade de que o *coach* seja um especialista na área de atuação do *coachee*; (c) o *coaching* tanto pode ser conduzido por um consultor externo quanto por um consultor interno, geralmente, o superior hierárquico do *coachee*; (d) o processo de *coaching* pode ser patrocinado pela organização ou pelo próprio *coachee*; (e) o processo de *coaching* não tem como público alvo indivíduos com disfunções comportamentais.

Lange e Karawejczyk (2014, p.40) definem o *coaching* como um processo que promove o desenvolvimento de competências, seja ela com foco no contexto pessoal ou profissional do indivíduo, a questão central é que o foco de tal desenvolvimento consiste em guiar o estado presente (o que o indivíduo é), rumo ao futuro (o que o indivíduo deseja ser). Esse processo tem por objetivo auxiliar uma pessoa ou um grupo de pessoas a alcançarem seus próprios objetivos e metas, uma vez que “a técnica visa a auxiliar no estabelecimento de metas de maneira organizada para o alcance de um determinado objetivo”; tal conquista é almejada “por meio da identificação, do entendimento e do aprimoramento de suas competências”.

Nesse processo é responsabilidade do *coach* profissional conduzir o *coachee*, quanto aos meios e quanto aos fins, para que o último

consiga “atingir o máximo do seu potencial, incentivando-o na busca dos resultados e ensinando-o a aprender com seus próprios recursos e limites” é, também, seu maior objetivo “afetar profundamente a forma como a pessoa pensa e como se comporta, aumentando sua produtividade no trabalho” (MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 92), e/ou seu desempenho nas demais áreas da vida. Milaré e Yoshida (2007, p. 88), definem a essência do *coaching* como sendo “ajudar o indivíduo a resolver seus problemas e a transformar o que aprendeu em resultados positivos”, tanto para ele próprio quanto para, a organização em que trabalha e ainda as pessoas com as quais se relaciona etc..

O processo de transformação se daria de forma intensa e ampla de modo que afetaria, para o bem e para o mal, todas as esferas da existência. O anseio por se adequar em uma sociedade cujas relações sociais aparecem como relações entre coisas, corresponde a crescente busca pelos serviços de *coaching* por parte dos indivíduos, pois nesse contexto, de fato, faz-se necessário ‘moldar-se’ quanto as suas emoções e sentimentos a fim de tronar-se uma coisa-mercadoria mais atrativa e qualificada aos critérios do capital e o *coaching* teria, por definição, esse papel social.

3.3. COACHING E SUA FUNÇÃO SOCIAL

Nas atuais condições da relação entre capital e trabalho, a função social assumida pelo *coaching* é no sentido de ser um meio pelo qual a força de trabalho se adequa as necessidades da sociedade da mercadoria. Nesse processo de adequação, na busca por desenvolvimento de competências, o objetivo fim não é o desenvolvimento humano no sentido omnilateral, muito ao contrário, refere-se a uma formação humana unilateral, que produz o ser humano limitado próprio da sociedade capitalista. O desenvolvimento humano segue em sentido bem específico e restrito — uma vez que deve ser um desenvolvimento que atenda as necessidades do capital e não as necessidades humanas —, segue pela especialização da formação, pela internalização dos valores burgueses nas diferentes esferas da existência, valores esses relacionados ao individualismo, a competitividade, ao egoísmo, etc.. Dito isso vejamos como se da tal atuação do *coaching*.

No mundo empresarial, nos últimos tempos, surgiu uma necessidade de “avaliar e classificar novos conhecimentos e habilidades a partir de novas situações de trabalho” (LANGE e KARAWJCZYK, 2014, p.43), nos quais os princípios a cerca de ‘qualificação’, por si só, já não conseguia mais dar conta de todas as situações e circunstâncias

que associariam determinado desempenho de um funcionário como bom, ou insuficiente. Surge então a noção de competências, e “esta nova noção [...] também está associada a um modelo de organização de trabalho qualificante, onde o indivíduo passa a fazer o seu cargo através da incorporação de novas competências” (LANGE e KARAWAJCZYK, 2014, p.43). A noção de competência solidificou-se no Brasil em meados dos anos 1990, e passou a ser incorporado nos contextos empresariais, educacionais, em fim, na formação de trabalhadores de modo geral, agora associada à noção de qualificação.

Drucker (1999) considera que desenvolver competências tem relação direta com a relação entre o conjunto de saberes, habilidades e atitudes de determinado indivíduo ou grupo de indivíduos, com a capacidade de desempenhar determinada função. Desenvolver competência seria, portanto, compreender e estruturar tais conjuntos de saberes de modo que permita um avanço, uma melhora significativa no desempenho de determinada função.

O que encontramos de diferente do que, de alguma forma e em algum grau, sempre foi exigido dos trabalhadores, é que o capitalismo desenvolvido exige cada vez mais do indivíduo humano, não apenas a sua objetividade, mais também a sua subjetividade. As chamadas ‘competências emocionais’ estão cada vez assumindo posição de ‘pré-requisito’ nos currículos dos trabalhadores, recebendo uma posição diferencial nas organizações. A formação escolar tradicional — que sabemos refere-se também a uma formação humana unilateral, e cada vez mais exclusiva para formar mão-de-obra — limita-se ao desenvolvimento das capacidades mais básicas para a pessoa ingressar no competitivo mercado de trabalho, portanto, não se voltando para o desenvolvimento das ‘competências emocionais’, que segundo Melo (2015, p. 2), são “as competências mais relevantes para o desempenho brilhante” do indivíduo no competitivo processo organizacional.

Há por parte das organizações um movimento no sentido de, ao perceber que ao contratar um indivíduo, ele ‘vem por inteiro’, com seus medos, suas fragilidades emocionais, sua história de vida, suas emoções e sentimentos, buscarem mecanismos, métodos e técnicas que ‘controlem’ tais variáveis a fim de que estas, de alguma forma, sejam remanejadas e redirecionadas para potencializar o indivíduo em sua produtividade a serviço do capital e jamais o seu oposto. Assim “para prosperar no mercado de trabalho, cada vez mais turbulento, as organizações estão começando a perceber que o êxito requer mais que maestria técnica. Qualidades interiores como resistência, iniciativa, otimismo e adaptabilidade estão recebendo nova valorização” (MELO ,

2015, p 2). Cabe então a métodos como o *coaching* atenderem a essa demanda atual do capital.

Embora não seja nosso objetivo aqui aprofundar o debate acerca do significado de competência e todas as possíveis correntes que buscam conceitua-la, é importante compreendê-la no que diz respeito ao tratamento dado a ela no contexto do *coaching*, em especial no corporativo, que tem na competência seu foco de atuação, no sentido de promover no indivíduo o desenvolvimento desta em determinado e específico sentido, uma vez que o *coaching* “representa um meio de trabalhar com pessoas e torná-las mais competentes e **mais realizadas**, de modo que sejam **capazes de contribuir de forma mais intensa** com suas organizações e encontrar significado no que fazem” (LANGE e KARAWJCZYK, 2014, p.43) [grifo nosso].

Milaré e Yoshida (2007, p. 91) falam de muitos motivos que justificam o interesse das organizações pela metodologia do *coaching*, e destacam que a principal “é que ela contribui diretamente para a aquisição e o amadurecimento de competências, adaptação aos processos de transformação organizacional com melhoria de desempenho”, resultando para a empresa uma entrega muito mais intensificada do indivíduo e sua produtividade. Ainda afirmam que essa metodologia “direciona os esforços de desenvolvimento profissional de forma alinhada à estratégia dos negócios da empresa, oferecendo novas perspectivas, nova forma de ver os mesmos desafios e compreendendo de forma mais sistêmica a realidade organizacional” (MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 92), de forma tal que os objetivos e as metas de desenvolvimento de competências próprias do indivíduo se confundem com os da empresa, ao ponde de, o indivíduo de fato desejar para si o que a empresa precisa dele sem nenhuma reflexão crítica.

Ao contratar esse tipo de serviço a organização entende que, por se tratar de mudanças por vezes muito subjetivas, elas ocorrem lenta e gradualmente e de forma distinta em cada pessoa, mas de fato o que “se espera é que a metodologia de *coaching* [...] acelere as mudanças pretendidas” (MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 92), de modo que a empresa não precise arcar com qualquer tipo de passivo que eventualmente derive da inabilidade do funcionário de promover a sua ‘gestão da emoção’. E nessa questão é importante ressaltar que o *coaching*, não deve, de forma alguma, ser confundido com terapia, por exemplo, (ou mesmo qualquer outro tratamento ou método que derive da psicologia de modo geral). Quando falamos do uso do *coaching* para ‘ensinar’ gestão da emoção para o trabalhador, falamos especificamente da finalidade última do *coaching* aplicado no contexto empresarial, qual

seja a “sua aplicação no mundo do trabalho, a sua eficiência e excelência na área profissional” (MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 90); já na terapia a questão é completamente diferente, uma vez que o “o alvo é a pessoa e seus conflitos nas diferentes instâncias” (MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 90); há uma diferença fundamental quanto à profundidade com que os assuntos são abordados e processados, bem como do objetivo fim do processo.

Já mencionamos anteriormente a respeito da origem do *coaching* derivar do mundo dos esportes, e com isso a analogia direta que se faz do profissional *coach* com um treinador, um preparador técnico. Contudo é considerado um grande equívoco identificar o *coach* com um treinador, “pois o processo de *coaching* não se reduz a um mero treinamento, caracterizado, muitas vezes, pela repetição exaustiva e mecânica de um exercício, jogada, movimento, ou ação” (SILVA, 2010, p. 303), como já sinalizava Gallwey, “o trabalho do *coach* deve ter como objetivo liberar o potencial existente dentro de uma pessoa para que ela maximize seu desempenho” (SILVA, 2010, p. 303), o que demanda um tipo de empenho e esforço de tipo diferente do treinador esportivo, uma vez que os objetivos finais e os direcionamentos pretendidos são completamente diferentes. Para Silva (2010, p. 303), o papel do *coach* é buscar estimular a pessoa para que este ‘libere’ seu potencial máximo, ou seja, “é mais ajudá-la a aprender em vez de simplesmente, treiná-la ou ensiná-la. É estimulá-la para a descoberta de novas trilhas, de forma espontânea e natural”; a função do *coach* é fazer com que a função social do *coaching* se cumpra, qual seja de tornar o indivíduo mais adequado às exigências e demandas da produção e reprodução do capital.

Silva (2010, p. 304), observa que o *coach* tem como função central de “conduzir, guiar e caminhar junto, apoiando o *coachee* (aquele que é guiado) a atingir metas e objetivos pré-estabelecidos”, e para cumprir tal função não há nenhuma necessidade que o *coach* tenha conhecimentos, ou formação específica na área de atuação do seu *coachee*, “pois o seu objetivo não é o de prover soluções. O que realmente é indispensável é que ele esteja junto, apoiando, orientando, sugerindo, fazendo questionamentos, dando feedbacks, abrindo caminhos e apresentando possibilidades”, a fim de direcionar o *coachee* para um desenvolvimento de competências que esteja adequado ao cumprimento da função social do processo de *coaching*.

Milaré e Yoshida (2007, p. 91) [grifo nosso], nos falam sobre a prática do *coaching* no intuito de desenvolver competências,

promovendo assim o desenvolvimento pessoal e profissional do *coachee*. Sobre isso falam que:

Para o *coaching*, utilizam-se informações obtidas sobre o desempenho e a problemática do indivíduo para, posteriormente, dar condições a ele de incorporar novas competências e de atingir suas metas organizacionais. Todas as oportunidades de melhoria levantadas durante o processo de gestão do desempenho serão utilizadas como elementos a serem transformados pela metodologia de ***coaching*, que orienta a mudança do padrão do comportamento para melhor alinhamento na empresa.**

Silva (2010, p. 303), aponta a definição dada por duas diferentes e importantes instituições a cerca da função do *coaching*. Uma delas a *International Coach Federation* - (ICF) define o *coaching* como “uma contínua relação de parceria que visa apoiar o cliente na busca de resultados benéficos para sua vida pessoal e profissional, por meio do qual o mesmo amplia sua capacidade de aprender e aprimora sua performance e sua qualidade de vida”; já para a outra *Integrated Coaching Institute* – (ICI), a definição de *coaching* é dada “como uma relação de parceria que visa ao desenvolvimento de habilidades para o alcance de metas desejadas pelo cliente, no âmbito profissional ou pessoal”. As diferentes instituições possuem pontos de convergência a respeito do papel do *coaching*, o que nos dá aval para afirmar que tais pontos em comum são aspectos importantes da aplicação do *coaching*. Pode-se dizer que os pontos em comum se referem a: i) a ampla parceria entre os indivíduos envolvidos no processo; ii) o foco e objetivo fim do processo “está diretamente relacionado com o alcance de metas para a obtenção de resultados que tragam benefícios para a vida do cliente” (SILVA, 2010, p. 303), seja o cliente pessoa física ou jurídica. No caso desse último o *coaching* apresenta “a existência de uma relação direta entre os objetivos a serem alcançados pelo *coachee* e os resultados estabelecidos pela organização” (SILVA, 2010, p. 304).

O *coaching* assumiu para si a função social de tornar-se “uma prática de desenvolvimento humano” (MELO, 2015, p 2). De desenvolvimento em sentido unilateral, desenvolvendo apenas as competências e habilidades que o direcionem para uma vida mais produtiva, que o torne mais competitivo, motivado, resiliente etc. Percebe-se que o *coaching* assumiu também a função social de influenciar e, quiçá, transformar a visão de mundo e os valores que

permeiam as interações sociais, buscando sempre introduzir os valores burgueses como condicionantes de seus comportamentos e pensamentos. E faz isso mobilizando e influenciando nos conhecimentos, nas habilidades, nas atitudes, nas emoções, nos sentimentos, mobilizando o indivíduo na sua objetividade e subjetividade. O indivíduo em sua totalidade condicionado a um desenvolvimento fragmentado e limitado, apenas o necessário para as necessidades da reprodução do valor.

Sob a ótica do *coaching* o indivíduo encontra-se em constante processo de aprendizado visando alcançar as metas estabelecidas, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional. Lange e Karawejczyk (2014, p.44), falam que o principal objetivo “é promover a oportunidade de pessoas e grupos refletirem sobre seus valores, crenças e principais objetivos, incorporando, assim, novas aprendizagens”, contudo, a reflexão promovida é de tipo restrito, pois esta visa não lançar um olhar crítico às relações de trabalho, de consumo, de extrema individualidade e de concorrência, mas sim de naturalizar tais valores, como sendo estes imanescentes de uma ‘natureza humana’. Lange e Karawejczyk (2014, p.44), ainda nos falam que tais aprendizagens “se relacionam ao desenvolvimento de novas habilidades e à expansão de atitudes, sendo essas mais coerentes e eficazes”, para o capital.

Silva (2010, p. 307), nos diz que, embora encontrassem diversas definições a respeito das funções e definições do processo de *coaching*, há um conjunto de características que se fazem sempre presentes, que se pode dizer são essenciais para a boa prática do *coaching*, seriam elas: i) os “objetivos, de um modo geral, propõem-se a contribuir para o desenvolvimento das pessoas”, desvendando o que poderia ser considerado como seus pontos fortes e fracos e os potencializando e/ou reprimindo de acordo com o que considerarem relevante para obterem determinados resultados; ii) “avaliar suas trajetórias de carreira e de vida”, pois há aqui uma emergência em não negligenciar mais a totalidade que compõe o indivíduo que trabalha, trata, portanto, de molda-la para o melhor desempenho produtivo do trabalhador; iii) “orientá-las em suas escolhas profissionais”, uma vez que cada vez mais os indivíduos fragmentados e fragilizados pelo tipo de sociabilidade vigente, precisam de um apoio externo para auxiliá-los com suas escolhas pessoais; iv) “ajudá-las a construir um projeto de vida e de carreira compatível com seus valores e interesses” — pois a busca por sentido faz-se cada vez mais frequente diante das relações mercantilizadas cada vez mais intensificadas —, e, “consequentemente, potencializar sua eficácia no ambiente de trabalho e aprimorar sua

interação na sociedade”, pois como já mencionamos anteriormente, na sociedade das mercadorias, de fato a humanização dos indivíduos de dá pelo consumo, pelo ter coisas. Hora, se as relações sociais aparecem aos indivíduos como relações entre coisas, de fato faz-se necessário que ele se relacione socialmente por intermédio da coisa e pela coisa, produzindo-se como coisa-mercadoria.

3.4 COACHING E SUA FUNÇÃO SOCIAL ALIENANTE

A sociedade capitalista é permeada de complexos alienantes que afetam todos os indivíduos pertencentes a ela. Como já vimos o que determina um complexo como alienante ou não é a sua função social. O fenômeno da alienação atua de forma extensa e intensa na sociedade da mercadoria. Alcântara (2007, p. 9), nos apresenta o que ela chama de “duplo movimento internamente unitário”, e considera serem estes os movimentos que contribuí para a atual extensão e intensidade que o fenômeno em questão apresenta. O duplo movimento internamente unitário se dá: i) pela lógica capitalista de manipulação e consumo, que buscam “expulsam o máximo possível da vida cotidiana dos homens o impulso à generalidade e a tendência a superar a própria particularidade, cujo objetivo é o de fixar definitivamente a particularidade (burguesa) em cada homem objeto de sua ação”; ii) o movimento, intimamente relacionado com o primeiro, de promover a vida particular status de individualidade restrita, e “uma vez isolada, própria das abordagens neopositivistas, adquire um caráter puramente abstrato na medida em que lhe é atribuída uma essência fixa e imutável, mesmo se em contínua mudança no mundo fenomênico”. A busca por naturalizar o capital como sendo a única forma de sociabilidade possível, bem como naturalizar suas leis de funcionamento, afirmando que estas, fazem parte da essência do ser humano, que por sua vez constitui-se enquanto individualista, mesquinho, egoísta, etc., promovem, cada vez mais, existências permeadas pela lógica da mercadoria, objetividades e subjetividades alienadas. E a cada dia, parece surgir novos mecanismos que buscam implementar essa lógica no modo de vida dos indivíduos, os levando a pensar que de fato a realidade do mundo é essa. Tal cenário faz com que seja urgente demonstrar que, ao contrário do que diz a ideologia da classe dominante, a realidade social é absolutamente histórica e social e não dada pela natureza. E assim sendo esse modo de sociabilidade e suas leis são superáveis.

A partir do que já vimos até o momento, é possível identificar como a função social do *coaching* aparece na sociedade da mercadoria

como uma função social profundamente alienante. Para tal vamos retomar alguns princípios apresentados no início desse ensaio.

O trabalho, como categoria humana social é a protoforma, fundamento do ser social. Processo, próprio do ser humano, para realizar o metabolismo com a natureza necessário para sua subsistência. É a categoria que melhor expressa à singularidade do ser humano frente aos demais seres vivos. No processo de trabalho o ser humano transforma a natureza, adaptando-a as suas necessidades, produzindo o novo, o que inexistente. Para tal atividade criadora o ser humano precisa ter consciência, externalizar essa consciência pela linguagem, nas suas mais diversas variações, e atuar cooperativamente. Assim o ser humano atua como uma potência natural, e os indivíduos singulares se identificam como parte atuante do gênero, ele se prova como um ser genérico. No momento do processo de trabalho em que se dá à objetivação e a exteriorização, o indivíduo, ao transformar o mundo, transforma a si próprio. E ao conhecer mais sobre si e sobre o mundo um horizonte de novas possibilidades e necessidades se abre para ele.

Ocorre que, com o afastamento das barreiras naturais, os seres humanos construíram um tipo de sociabilidade em que o desenvolvimento das forças produtivas, a sua capacidade cada vez mais ampliada de atuar como uma potência natural frente à natureza ocorreu em contradição ao seu desenvolvimento individual. Nesse sentido, quando apreendemos que “os polos ontológicos decisivos da sociabilidade e da individuação”, qual seja a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento dos indivíduos singulares, “mantêm uma indissociável articulação histórico-concreta que constitui o suporte à apreensão da alienação enquanto momento de negação da essência humana” (ALCÂNTARA, 2014, p. 73). Tal negação se dá, uma vez que na forma alienada do trabalho, o ser humano aparece apenas como instrumento de produção, como uma mercadoria que é consumida para gerar mais valor. E tanto a sociedade quanto as relações sociais, aparecem para ele como ser autônomo e independente dele e de sua vontade, e determinam seu modo de vida. Ele já não se reconhece como o produtor dessas, mas sim como um participante subordinado a ela e a suas leis. Na sua particularidade ele já não se identifica como gênero potente. Ele não expressa mais, na sua atividade, o que há de especial nele, ele é reduzido a sua animalidade. A sua capacidade de, no ato de trabalho, se autodeterminar, no trabalho alienado aparece anulada, uma vez que sua atividade já é previamente determinada por outro, e mesmo que determinada atividade exija dele certo conjunto de habilidades criativas, estas estão condicionadas ao fim

último da produção na sociedade capitalista, que é a valorização do valor e não sanar necessidades humanas.

A alienação, na sociedade capitalista aparece enquanto momento de negação da essência humana, “uma negação que se põe na contradição entre o desenvolvimento humano genérico e o desenvolvimento dos indivíduos sociais, constituindo um empecilho ao crescimento das personalidades em sentido omnilateral, cujo momento predominante se encontra na totalidade social” (ALCÂNTARA, 2014, p. 73). Em síntese, “ante essa ineliminável contradição, inerente ao domínio do capital em seu processo de acumulação e expansão, discute-se que a questão central cada vez menos diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas como fim em si mesmo”, estas que aparecem como de extrema importância no processo de “elevação da humanidade a níveis superiores de sociabilidade”, e sim cada vez mais “sobressaem os limites ontológicos expressos no âmbito de um desenvolvimento econômico desigual, permeado por interesses antagônicos, no qual o crescimento das capacidades humanas acontece mediante um processo em que os indivíduos são material e espiritualmente sacrificados” (ALCÂNTARA, 2007, p. 31). Diante disso ressalta-se a importância de apreender o fenômeno da alienação e suas implicações sociais, como um fenômeno objetivo, constituído no processo histórico da totalidade social, e não como um fenômeno ideal, e completamente a par da atividade dos indivíduos no mundo, pois, “considerando os possíveis desdobramentos na apreensão do tema” e demonstrando a realidade social, é que se pode pensar em alguma “criação pelos homens de uma humanidade para si no exato sentido de uma emancipação humana em que haja a efetiva correspondência entre os homens singulares e o gênero do qual fazem parte” (ALCÂNTARA, 2007, p. 32). No seu ato produtivo o indivíduo não expressa o que faz dele um ser singular, mas se produz como trabalhador mutilado de sua humanidade; “aquilo que seria para o homem manifestação da personalidade – sua realização no e pelo trabalho –, para o operário se converte unicamente no meio de sobreviver” (ALCÂNTARA, 2007, p. 7). Enquanto instrumento da produção de mercadorias o indivíduo é gerenciado, conduzido, moldado, aperfeiçoado. Sua relação com a sua atividade sensível não é como um ser único e especial, mas sim como coisa, como recurso, podendo inclusive ser ‘manuseado’ de modo que provoque a sua destruição, física ou mental. Sob o capitalismo “o trabalhador repudia o trabalho, não se satisfaz, mas se degrada, não se reconhece, mas se nega, na medida em que só pode se conservar como sujeito físico na qualidade de operário, e não na qualidade de homem

que tem acesso direto aos meios de subsistência que lhe oferece a natureza”(ALCÂNTARA, 2007, p. 7).

Alcântara (2014, p. 50), nos diz que “desde o trabalho manufatureiro, embora este constitua, no plano econômico, um progresso em face do antigo artesanato, e enquanto tal desenvolva as capacidades humanas singulares, contraditoriamente, degrada os indivíduos no que eles têm de mais essencial: a construção da sua personalidade”. O indivíduo no trabalho alienado comparece reificado, comparece enquanto mercadoria, isso porque ele é inserido “indistintamente no processo de trabalho enquanto partes constitutivas de uma máquina, e isso, ao contrário de impulsionar o seu desenvolvimento, simplesmente equaliza homem e máquina como meros instrumentos da produção”, não comparece como ser livre capaz de produzir, que se humaniza na produção ao produzir o que é necessário para sua vida, não apenas enquanto indivíduo, mas também enquanto ser genérico, mas é inserido em um tipo de processo de trabalho, “no qual o único interesse é a extração da força de trabalho como meio de reprodução deste primeiro modo de produzir efetivamente capitalista”. A mesma relação contraditória entre capital e trabalho aparece seja no trabalho manual, seja no trabalho intelectual, podendo apenas possuir características variadas, mas, sendo ambos os tipos de trabalhos inseridos no modo de produção capitalista, são todos trabalhos alienado.

Alcântara (2014, p. 164), fala que “a alienação está presente: tanto no operário do século XVII submetido a uma jornada de 12 horas de trabalho, quanto no operário do século XX ou XXI que tem uma jornada de oito horas, mas seu tempo livre é manipulado pelo capital”, seja por dispositivos que podem assumir nas relações sociais de trabalho, função de mecanismos de controle, de ferramenta para trabalho constante, por exemplo, quando mesmo fora do seu expediente de trabalho formal o indivíduo é conduzido a responder chamadas, e-mails, mensagens, etc., continua produzindo mesmo no momento que deveria ser de ócio ou de não trabalho; seja pelo fato de, mesmo no seu tempo de não trabalho, sua sociabilidade é permeada pela lógica da mercadoria, e assim sendo seu momento de lazer, de confraternização, suas relações com as outras pessoas sempre se dá pela mediação da mercadoria em alguma instância. Mesmo que a alienação esteja presente tanto no trabalhador século XVII, como no do século XX ou XXI, nesse último caso “é muito mais grave porque o desenvolvimento das forças produtivas se encontra em um estágio ainda mais avançado”, como nunca visto antes pela humanidade, “mas esse desenvolvimento, sob as

determinações da sociedade burguesa, não potencializa o crescimento dos indivíduos humanos em direção a patamares mais elevados. Ao contrário, potencializa relações sociais cada vez mais desumanizadoras” (ALCÂNTARA, 2014, p. 164), inclusive com um esforço de incumbir a estas relações status de naturais e insuperáveis.

O *coaching*, a serviço do capital, assume a função social de moldar, adequar, a corporeidade do indivíduo as necessidades do capital. Ele assumiu para si a função social de atuar como meio para o ‘desenvolvimento humano’. Como já vimos tal desenvolvimento se dá apenas em sentido unilateral, desenvolvendo apenas as competências e habilidades que sejam do interesse do capital, já que o objetivo fim do desenvolvimento humano não é o *humano omnilateral*, mas sim uma objetividade e uma subjetividade humana direcionada apenas para a manutenção do capital, a serviço de sua valorização.

Na sociedade capitalista, o desenvolvimento unilateral dos indivíduos, pode ser revelado por algumas formas diferentes, vejamos algumas, com as quais o *coaching* possui íntima relação, com seu papel social de inçar tal qual erva daninhas tais formas nas diversas esferas da vida cotidiana. i) Uma das formas se dá pela divisão social em classes, que como já vimos, possuem interesses antagônicos e contraditórios. Nessa base antagônica desenvolvem-se formas muito distintas de apreender a realidade e elaborar explicações para o real. Para a classe dominante cabe o papel de defender esse modo de sociabilidade e buscar explicações para defender também sua naturalização e seu caráter insuperável, já para a classe dominada cabe demonstrar que a realidade social é histórica e social, construto humano, portanto mutável; ii) uma forma a se considerar é a formação oferecida aos indivíduos — quando oferecida — com foco cada vez maior em direções muito específicas, muito especializadas, fragmentada em disciplinas isoladas e sem conexão entre si. E na maioria dos casos aparece com o desenvolvimento exclusivo ou no plano intelectual ou no plano manual, ou ainda em um único tipo de atividade; iii) também incorporar no cotidiano dos indivíduos os valores burgueses dando a eles status de essência humana pode ser considerado uma forma de promover o desenvolvimento unilateral.

O indivíduo ‘naturalmente’ competitivo, egoísta, individualista, precisa se armar e se preparar para se relacionar também dessa forma, não apenas nas relações de trabalho, mas também nas diversas esferas da vida. Para viver a vida sob essas diretrizes os indivíduos buscam ‘desenvolver’ sua gestão da emoção e *mindset* — um termo comumente usado pelos entusiastas do *coaching* que significa uma mentalidade, um

conjunto de valores e crenças que influenciam na forma como os indivíduos compreendem o mundo e a partir dela derivam suas atitudes e comportamentos. No processo de *coaching* treinar, moldar, transformar seu *mindset* é necessário para obter os melhores resultados no desenvolvimento de competências e habilidades que promova maior produtividade, eficiência, tornando assim o indivíduo mais competitivo, motivado, resiliente etc.

Muitas são as formas em que a unilateralidade no desenvolvimento humano se revela como limitante do humano, mas encontramos nas mais diversas formas a constante de que tais limitações decorrem do fato de essa sociabilidade submeter à totalidade dos indivíduos a dinâmica de produção e reprodução do capital. No capitalismo e suas leis de funcionamento — propriedade privada, trabalho alienado, etc. —, constituem uma base social que submete os seres humanos a uma condição de desenvolvimento de suas individualidades em sentido unilateral, e ao mesmo tempo submete aos indivíduos a necessidade, o desejo de se constituírem de forma unilateral — mesmo que sem a completa compreensão disso —, a fim de conseguirem tornarem-se instrumentos mais atrativos a produção e reprodução do capital, e nessa mediação garantir sua ‘humanidade’, própria desse tipo de sociabilidade. O *coaching* é uma forma na contemporaneidade de buscar tal adequação. Mesmo que essa venha com sacrifícios para o indivíduo, sejam eles da mente ou do corpo. Na produção capitalista o humano só comparece enquanto coisa, enquanto mercadoria que quando consumida gera mais valor. E por meio do *coaching*, o capital busca ‘aperfeiçoar’ essa mercadoria especial que ele encontra no mercado, a fim de, molda-la, controla-la para que gere mais valor. O que se tem no processo de *coaching* é o indivíduo, em sua totalidade, condicionado a um desenvolvimento fragmentado e limitado, apenas o necessário para as necessidades da reprodução do valor.

Moldar os indivíduos as necessidades do capital (seja enquanto trabalhador, seja enquanto consumidor, seja enquanto produtor de sua própria história), agora aparece com a necessidade de tomar o indivíduo em sua totalidade, e nesse contexto o *coaching* atua com maestria, uma vez que em seu discurso está embutida, em algum grau, a premissa de que para “conseguir ajudar uma pessoa significa trabalhar com esses dois mundos: de um lado, as competências dos negócios e, de outro, o social, o pessoal, a família. O *coaching* será bem-sucedido se abordar esses dois mundos” (MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 90). Claro que sempre priorizando as necessidades da mercadoria. Diante disso se tem como dado da unilateralidade humana o fato de que esse tipo de

sociabilidade submete os indivíduos a imperativos que não correspondem nem as suas vontades nem as suas necessidades, mas corresponde sim à determinação do capital dos movimentos necessários para a sua autovalorização, e para tal, submete os indivíduos como instrumentos de sua vontade.

No fato de tal modo de sociabilidade ser construto social e histórico, e se autonomizar frente ao indivíduo como uma potência externa e independente dele que o domina e o controla, condicionando sua atividade sensível há sua produção e reprodução, e condicionando também há um desenvolvimento humano unilateral, tendo ou não os indivíduos consciência de tais contradições, nisso consiste o fenômeno da alienação. Alcântara (2007, p. 7), diz que “as alienações mais importantes têm estreita relação com as atuais relações de exploração”, e uma vez que o papel social do *coaching* está a serviço do capital, e sua atuação contribui para um novo nível de exploração, é cabível a ele um caráter alienante.

A lógica da mercadoria, sabemos, permeia toda a sociabilidade atual. O *coaching* com sua função ‘catequizante’, levando ‘a palavra’ do capital — naturalização das suas leis de funcionamento: propriedade privada, divisão entre trabalho e capital, entre salário e lucro do capital, concorrência, divisão do trabalho, trabalho alienado, etc.; e naturalização também dos valores burgueses: individualismo, a competitividade, ao egoísmo, etc. —, aos indivíduos que condicionam a reprodução social, consegue infiltrar a sua lógica nas mais variadas esferas da existência de forma que permeia a vida cotidiana como um todo, e sendo a cotidianidade “aquele medium social onde se objetivam as exteriorizações dos indivíduos singulares e todas as determinações da existência humana, espaço no qual os homens mantêm relações entre si, seja no trabalho, na família, no lugar onde moram etc.” (ALCÂNTARA, 2014, p. 78), o *coaching*, por atuar nesses diferentes espaços, buscando direcionar atitudes e pensamentos a serviço da propagação da lógica mercantil, contribui para a produção de subjetividades reificadas e relações permeadas de alienação. E faz isso com o discurso de que “para ser totalmente eficaz, o *coaching* [...] deve possibilitar a integração de dois mundos, o mundo do trabalho, com todas as suas variáveis, e o mundo além do limite organizacional, frequentemente negligenciado” (MILARÉ e YOSHIDA, 2007, p. 90).

Alcântara (2014, p. 111), a cerca da vida cotidiana dos homens, nos diz que quanto mais, nesse cotidiano se crie “formas e situações de vida reificantes, com tão maior facilidade o homem cotidiano se adapta a elas entendendo-as, sem nenhuma resistência intelectual e moral,

como “dados da natureza”, pelos quais em média — não sendo inelutáveis em linha de princípio — pode haver uma menor resistência frente às autênticas reificações alienantes”. Nesse sentido podemos apreender o *coaching* de fato com uma função social de promover a “adaptação” dos indivíduos as exigências do capital, sem que eles consigam desenvolver “nenhuma resistência intelectual e moral”, acarretando assim, de fato, para a naturalização das relações sociais que promove a desumanidade.

No interior das relações sociais capitalistas, predominam as reificações que tem por base o fetiche da mercadoria. Alcântara (2014, p. 162), ao falar sobre a “universalização do consumo e dos serviços no comércio global das mercadorias que o ter, categoria que surge com a propriedade privada”, assume papel central nas relações fundamentais dos indivíduos entre si e dos indivíduos com o meio em que vive, e isso no “sentido de torná-las cada vez mais alienadas”. As alienações por não operarem apenas no produto do trabalho, mas também no próprio ato de trabalho, “têm como consequência uma sociedade na qual o ter representa na vida dos homens enquanto indivíduos um forte motor para as alienações” (ALCÂNTARA, 2007, p. 8).

No capitalismo desenvolvido isso fica exacerbado, de tal forma que mesmo para a classe trabalhadora “o poder de ter não se manifesta como simples carência, como influxo sobre o não ter os meios importantes à satisfação cotidiana das necessidades”, a falta de acesso aos bens e valores de uso necessários para sanar as necessidades sejam elas do estômago ou da cabeça, mas, ao contrário, “se manifesta como poder de ter explícito, como concorrência com outros homens e grupos, tendo em vista elevar o próprio prestígio pessoal mediante a quantidade e qualidade do ter” (ALCÂNTARA, 2007, p. 8). O ter possui caráter de status social, e diante disso nos deparamos “com uma realidade na qual a forma socialmente determinada da atividade produtiva, ao tempo que produz mercadorias, produz também um “crescente valor do mundo das coisas” às custas da “desvalorização do mundo dos homens” (ALCÂNTARA, 2007, p. 8). No capitalismo as relações sociais aparecem como relações entre mercadorias. A humanização se dá pelo consumo de mercadorias. “Os processos alienantes que emergem na sociabilidade capitalista têm a peculiaridade de reificar a totalidade das relações sociais” (ALCÂNTARA, 2007, p. 9). E no capitalismo desenvolvido estas relações aparecem na vida cotidiana com uma intensidade nunca antes vista pela humanidade, o que se tem é que “quanto mais consome, mais o homem é prestigiado”, pois mais humanizado ele está, “o consumidor é submetido a uma constante

pressão moral, sendo valorizado pelo que é capaz de consumir”. (ALCÂNTARA, 2014, p. 162-163). Acerca disso a autora ainda nos fala que a “ideologia (burguesa) assume aqui papel fundamental no sentido de manipular a consciência do homem a absorver necessidades que são próprias da reprodução do capital, como sendo necessidades humanas”. E nesse ponto central, nos é possível identificar o papel do *coaching*, quando a serviço dos interesses do capital, é utilizado como meio para ‘moldar’, ‘aperfeiçoar’, indivíduos para que estes atendam as demandas do capital. Tais demandas dominam objetivamente a vida cotidiana, fazendo com que de fato, atender as demandas próprias do capital apareça como uma necessidade humana, uma vez que, nesse tipo de sociabilidade, para se tornar ‘humano’, é necessário garantir a sua vida, sua subsistência, que no capital, para uma classe se dá pelo trabalho assalariado, pela venda da sua força de trabalho a fim de conseguir acesso aos bens e valores de uso para sua subsistência, e para outra classe se dá na compra e exploração da força de trabalho alheia. Nesse contexto as necessidades do capital aparecem como sendo a necessidade do indivíduo e assim sendo, o indivíduo tem, no processo de *coaching*, um meio pelo qual ele pode tornar-se uma mercadoria mais atrativa, mais eficaz, na esperança de que tal ‘desenvolvimento de competências’ lhe dê vantagens competitivas na hora de se apresentar no mercado com as outras mercadorias, pois como já mencionamos anteriormente, caso a mercadoria não se realize no mercado, quem perde é seu possuidor. No caso do indivíduo-mercadoria, quem perde é o próprio indivíduo.

Como já vimos, o *coaching* assumi uma variedade de formas distintas, atuando nas mais diferentes esferas da vida, cada tipo com sua particularidade de objetivos e meios de desenvolvimento no processo de *coaching*, mas todos, a seu modo, assumem a função social de buscar introduzir os valores burgueses como condicionantes dos comportamentos e pensamentos dos respectivos *coachee* e os naturalizar, de modo que a própria existência do indivíduo, seja enquanto ser produtor ou ser consumidor possa de alguma forma e em algum grau, contribuir para a reprodução do capital.

Vimos então que o *coaching* assume um papel social alienante e reificante, uma vez que por meio dele o capital infiltra os valores burgueses, de forma intensificada, na existência objetiva e subjetiva do sujeito, reforçando a percepção de que a ‘realização pessoal’ e uma ‘vida plena de sentido’ estão diretamente relacionadas à sua capacidade ou incapacidade de se doar mais, e mais ao seu trabalho alienado. Além disso, o *coaching*, na perspectiva das organizações “consiste em um relacionamento que gera novas competências e agrega valor à

organização” (LANGE e KARAWAJCZYK, 2014, p.43), assim como na produção de mercadorias, no processo de *coaching*, o indivíduo se auto-produz pessoa-mercadoria, tendo sua existência governada pela lógica da sociedade mercantil.

O questionamento do que fazer diante dessas novas formas de alienação certamente nos leva a refletir em possíveis formas de resistência. O que significa que tal resistência deverá “pautar-se pelo reconhecimento de que o trabalho permanece sempre, necessariamente, no reino da necessidade, mas que é preciso dar-lhe formas humanamente adequadas, bem como ao desenvolvimento da humanidade” (ALCÂNTARA, 2014, p. 164-165); produzindo uma sociabilidade onde o trabalho apareça para os seres humanos como uma “necessidade vital” e não como uma “atividade que o mortifica, o desumaniza”. Alcântara (2014, p. 165), ressalta que para isso o “desenvolvimento econômico até o presente criou as condições necessárias, tendo em vista que a quantidade de trabalho necessário à reprodução física do homem vem tendencialmente diminuindo”, e assim sendo, se o objetivo da produção vier a ser não a valorização do valor, mas de fato sanar necessidades humanas, se verificaria aí “a possibilidade objetiva para que os homens encontrem o espaço necessário a uma existência socialmente humana”, plena de sentido, do ser humano livre e omnilateral.

Diante disso, reafirmamos as palavras de Mészáros (2016, p.17), quando ele fala que apreender a alienação com fundamentos do materialismo histórico dialético “parece ter adquirido nova urgência histórica”. Tais fundamentos são necessários para não cair em concepções fetichizadas que acabam por considerar o “desenvolvimento da técnica uma determinação a dominar totalmente o homem, como força produtiva determinante” (ALCÂNTARA, 2014, p. 165). É necessária uma apreensão da alienação e suas novas e velhas formas mantendo suas bases objetivas e sua constituição histórica e social. Buscar apreender as formas atuais de alienação “é uma — entre tantas outras — tarefa decisiva, por tratar-se de um fenômeno que assume na atualidade características universais, tanto pela predominância da mais-valia relativa sobre a mais-valia absoluta, quanto pelas determinações das formas de manipulação existentes” (ALCÂNTARA, 2014, p. 165). Possui também caráter de urgência demonstrar que a realidade social é radicalmente histórica e social. E é produzida absolutamente pela atividade sensível propriamente humana, é resultado das relações sociais e não de uma natureza dada e imutável. E assim sendo um tipo de sociabilidade que produz desumanidades, que promove a exploração do ser humano pelo próprio ser humano, pode ser superada por um tipo

diferente de sociabilidade, na qual as desigualdades não estejam postas e onde não há exploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociabilidade própria do sistema capitalista traz consigo um profundo agravamento e universalidade do fenômeno da alienação, e assim sendo essa categoria é decisiva para a crítica desse modo de organização social. A concepção materialista histórica dialética desta categoria nos fornece elementos importantes que colaboram para uma reflexão crítica da sociedade atual, bem como do processo histórico e social de desenvolvimento do capital. Compreender a alienação enquanto fenômeno histórico e social, com seu fundamento na atividade sensível dos seres humanos, nos permite compreender a categoria nas suas mais diversas formas fenomênicas manifestadas ao longo da história da humanidade, e assim compreende-la enquanto fenômeno produzido e reproduzido pelo gênero humano e refletidas nas singularidades humanas.

O trabalho, como categoria humana social é a protoforma, fundamento do ser social. Processo, próprio do ser humano, para realizar o metabolismo com a natureza necessário para sua subsistência. É a categoria que melhor expressa a singularidade do ser humano frente aos demais seres vivos. No processo de trabalho o ser humano transforma a natureza, adaptando-a as suas necessidades, produzindo o novo, o que inexistente. Para tal atividade criadora o ser humano precisa ter consciência, externalizar essa consciência pela linguagem, nas suas mais diversas variações, e atuar cooperativamente. Assim o ser humano atua como uma potência natural, e os indivíduos singulares se identificam como parte atuante do gênero, ele se prova como um ser genérico. Compreender a categoria trabalho como categoria fundante do ser social, que é neste momento específico ao mundo dos homens, que se estabelece a relação dos seres humanos com a natureza e entre si, é de suma importância para alcançarmos o entendimento do fenômeno da alienação. Isso porque os fundamentos, as bases da alienação se encontram na contradição que há entre o desenvolvimento das forças produtivas e das individualidades sociais.

Para melhor compreender as bases da alienação é necessário primeiro apreender o processo de trabalho e seus momentos de objetivação e exteriorização, dos quais resulta o desenvolvimento das forças produtivas e também das capacidades e individualidades humanas, uma vez que no momento do processo de trabalho em que se dá à objetivação e a exteriorização, o indivíduo, ao transformar o mundo, transforma a si próprio. E ao conhecer mais sobre si e sobre o mundo um horizonte de novas possibilidades e necessidades se abre

para ele — lembrando que o desenvolvimento da objetivação (transformação do mundo objetivo) não é idêntico ao desenvolvimento da exteriorização (transformação da subjetivada humana), e nessa contradição se dá as bases da alienação. Estas categorias nos permitem compreender os processos histórico e social da produção e reprodução.

Ocorre que, com o afastamento das barreiras naturais, os seres humanos construíram um tipo de sociabilidade em que o desenvolvimento das forças produtivas, a sua capacidade cada vez mais ampliada de atuar como uma potência natural frente à natureza ocorreu em contradição ao seu desenvolvimento individual. Nesse sentido, quando apreendemos que “os polos ontológicos decisivos da sociabilidade e da individuação”, qual seja a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento dos indivíduos singulares, “mantêm uma indissociável articulação histórico-concreta que constitui o suporte à apreensão da alienação enquanto momento de negação da essência humana” (ALCÂNTARA, 2014, p. 73). Tal negação se dá, uma vez que na forma alienada do trabalho, o ser humano aparece apenas como instrumento de produção, como uma mercadoria que é consumida para gerar mais valor. E tanto a sociedade quanto as relações sociais, aparecem para ele como ser autônomo e independente dele e de sua vontade, e determinam seu modo de vida. Ele (ser humano) já não se reconhece como o produtor dessas relações, mas sim como um participante subordinado a ela e a suas leis. Na sua particularidade ele já não se identifica como gênero potente. Ele não expressa mais, na sua atividade, o que há de especial nele, ele é reduzido a sua animalidade. A sua capacidade de, no ato de trabalho, se autodeterminar, no trabalho alienado aparece anulada, uma vez que sua atividade já é previamente determinada por outro, e mesmo que determinada atividade exija dele certo conjunto de habilidades criativas, estas estão condicionadas ao fim último da produção na sociedade capitalista, que é a valorização do valor e não sanar necessidades humanas.

Como vimos no decorrer da exposição, no processo de produção da sociabilidade humana, o desenvolvimento processual do gênero humano, promove uma contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas, que se dá mediante o afastamento das barreiras naturais, e o desenvolvimento do indivíduo, que é participante e produtor da mesma. Há, portanto, uma contradição dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas (objetivações) e o desenvolvimento das individualidades (subjetividades). No processo de reprodução social, tal contradição expressa à essência concreta das alienações. Os seres humanos,

enquanto produtores de sua própria história, em determinadas organizações sociais produzem e reproduzem uma sociabilidade alienada, uma sociabilidade onde ocorre a desumanização posta pelo humano, onde seus atos produtivos potencializam o que o desumaniza. Cada situação histórica possui um conjunto de possibilidades e necessidades objetivamente postas no mundo, e é ao confronta-las, mediante a reprodução social, que as relações sociais postas podem vir a exercer um papel social no sentido de impulsionar o desenvolvimento da humanidade ou de freá-lo.

A contradição, entre as capacidades humanas e os complexos alienantes, aparece no capital de modo que a capacidade produtiva a serviço do capital está em antagonismo com a capacidade humana de fazer sua história. O capitalismo desenvolvido possui uma característica peculiar às formas de organização social pretéritas, nele, se intensifica a contradição entre o desenvolvimento da capacidade produtiva e o desenvolvimento da força produtiva; no capitalismo a relação que se dá, dele com a humanidade, é de alienação e não de identidade, pois, quanto mais se aumenta a capacidade produtiva do capital mais precário e decadente é o desenvolvimento da humanidade, há aí um antagonismo que só poderá ser superado quando superado essa forma de organização social. No capitalismo desenvolvido, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das individualidades alcança patamares únicos na história da humanidade; ao mesmo tempo em que o capitalismo traz um crescente progresso econômico-social, ele também intensifica a alienação.

Isso porque há uma relação entre a vida dominada pelas mercadorias, própria do capitalismo desenvolvido, e o fenômeno da alienação. Vejamos alguns momentos que expressão tal relação: i) quando o produto da atividade sensível dos seres humanos, as coisas, se autonomizam de seus produtores e passam a domina-los, de modo que as relações sociais aparecem para as pessoas como sendo relações entre coisas; ii) quando os seres humanos produzem um modo de sociabilidade em que o produto da objetivação da sua própria ação humana se distancia dele e passa a controla-lo ao invés dele, enquanto seres produtores, reconhecerem e efetivarem seu controle; iii) e quando o desenvolvimento das forças produtivas se da em contradição com o desenvolvimento das capacidades humanas; iv) e por fim, quando os seres humanos, pela sua atividade sensível no mundo, produz ‘monstros’ que se volta contra eles temos então demonstrações concretas da manifestação do fetichismo e da alienação.

Na produção de mercadorias as necessidades humanas só comparecem na medida, e apenas na medida, em que gera lucro, o objetivo fim é a valorização do valor; nesse princípio fundamental está seu critério de produtividade, que é orientado para a produção de trabalho excedente, ou seja, para a atividade laborativa para além das necessidades imediatas do indivíduo que trabalha, e sendo assim, no modo de produção capitalista o processo de trabalho aparece apenas como o meio pelo qual se dá o processo de valorização do valor — uma vez que a riqueza na sociedade capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”, e que o trabalho é a atividade propriamente humana capaz de produzir mercadorias, que por sua vez possui um duplo caráter, por uma lado é valor de uso e por outro valor.

No modo de produção capitalista, há um processo de produção e reprodução do capital, no qual, a riqueza material produzida pelo trabalho é constantemente revertida em meios para a valorização do valor, e nesse processo, o trabalhador, produtor de toda riqueza, é destituído do objeto de seu trabalho, portanto também da riqueza por ele produzida. É um tipo peculiar de sociabilidade, que promove uma contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento dos indivíduos singulares, ou seja, quanto maior a potência e grandiosidade da capacidade produtiva do gênero humano, maior também a miséria do trabalhador. Essa contradição, no capitalismo desenvolvido, aparece de forma profundamente agravada, uma vez que o capital, além de produzir o ser humano reificado, o humano-mercadoria, produz também, nesse mesmo processo, subjetividades reificadas e alienadas, ele produz desumanidades.

Nessa lógica, não apenas o produto do seu trabalho não lhe pertence, mas ele próprio, sua corporeidade, sua capacidade de trabalhar também não lhe pertence. E assim sendo, ao trabalhar, produz, ao mesmo tempo, riqueza que lhe é expropriada, ou seja, produz riqueza alheia e pobreza para si, e também reproduz o que o domina e o subjuga, pois cada vez que consome sua força de trabalho o ato de trabalhar cria novo valor que é incorporado ao capital. No capitalismo o fenômeno da alienação aparece tanto no resultado da produção quanto no próprio ato de produção, diante disso, surgem sempre novas formas do capital de se apoderar da corporeidade do indivíduo afim que produzir com maior eficácia suas leis gerais de funcionamento para reprodução da valorização do valor. Nesse estudo apresentamos o *coaching* na sua função social de atuar como uma nova forma do capital de, de alguma forma, se apoderar da corporeidade do indivíduo que trabalha, aparecendo assim como o modismo da vez.

A sociedade capitalista é permeada de complexos alienantes que afetam todos os indivíduos pertencentes a ela. Como já vimos em nossa exposição, o que determina um complexo como alienante ou não é a sua função social. Diante disso a função social do *coaching* aparece na sociedade da mercadoria como uma função social profundamente alienante, uma vez que, nas atuais condições da relação entre capital e trabalho, a função social assumida pelo coaching é no sentido de ser um meio pelo qual a força de trabalho se adequa as necessidades da sociedade da mercadoria. O meio pelo qual o indivíduo que trabalha sente a necessidade — ao se sentir compelido a promover sua subsistência — de torna-se uma mercadoria mais atrativa, mais adequada às demandas do capital.

No aspecto econômico, de fato, conseguir alguma vantagem competitiva no mercado de trabalho, tanto no sentido de conseguir ocupar uma vaga de emprego quanto de garantir sua permanência em uma, é uma função do *coaching*. Função essa que tem sido relativamente bem sucedida, e isso não se dá pelo fato de o método aplicado via *coaching*, em si, se apresentar efetivo ou não, mas sim pela crença, tanto do indivíduo quanto da organização, que o simples fato de passar por um processo de *coaching* o indivíduo já estará mais habilitado a determinada atividade do que antes, mais qualificado, focado, motivado, etc.. É o fetiche do *coaching*.

Além da função social do *coaching* na perspectiva econômica, tem-se também sua função social enquanto forte influência na produção de subjetividades unilaterais. Nesse processo de adequação, na busca por desenvolvimento de competências, o objetivo fim não é o desenvolvimento humano no sentido omnilateral, muito ao contrário, refere-se a uma formação humana unilateral, que produz o ser humano limitado próprio da sociedade capitalista. O desenvolvimento humano segue em sentido bem específico e restrito — uma vez que deve ser um desenvolvimento que atenda as necessidades do capital e não as necessidades humanas —, segue pela especialização da formação, pela internalização dos valores burgueses nas diferentes esferas da existência, valores esses relacionados ao individualismo, a competitividade, ao egoísmo, etc., buscando naturalizar estes valores como sendo pertencentes a uma essência humana, portanto imutáveis.

Moldar os indivíduos às necessidades do capital (seja enquanto trabalhador, seja enquanto consumidor, seja enquanto produtor de sua própria história), agora aparece com a necessidade de tomar o indivíduo em sua totalidade. E nesse contexto o *coaching* atua com maestria, uma vez que em seu discurso está embutida, em algum grau, a premissa de

que para o processo de transformação da individualidade prometido pelo processo de *coaching* é necessário tomar o indivíduo em sua totalidade, em suas diferentes esferas de existência. Faz-se necessário ‘trabalhar’ as competências do indivíduo tanto do âmbito profissional quando no pessoal, o que chamam de mover os “dois mundos”, para assim atingir melhores resultados. Claro que sempre priorizando as necessidades da mercadoria.

Diante disso se tem como dado da unilateralidade humana o fato de que esse tipo de sociabilidade submete os indivíduos a imperativos que **não correspondem nem as suas vontades** — importante ressaltar que se submeter a um processo de *coaching* pode sim ter origem do próprio indivíduo, ser fruto de sua vontade, contudo, há de se ter em mente que tal necessidade, vontade, tem suas bases no que o capital demanda do indivíduo, do fato de que é necessário para ele subsistir, e para tal, nesse tipo de organização social, ele precisa para isso se apresentar de determinada forma no mercado de trabalho, portanto, tendo ou não o indivíduo consciência disso, foge de sua ‘vontade’, pois ele é condicionado a isso pelo meio em que vive — **nem as suas necessidades** — uma vez que a opção de se submeter a um processo de *coaching* se dá pela necessidade do capital e não pela necessidade propriamente humana. Mesmo nos casos em que o *coaching* é do tipo pessoal e não corporativo, a busca por transformação, adequação é sempre permeada pelos valores burgueses —, mas corresponde sim à determinação do capital dos movimentos necessários para a sua autovalorização, e para tal, submete os indivíduos como instrumentos de sua vontade.

O *coaching* assumiu uma variedade de formas/tipos distintas, atuando nas mais diferentes esferas da vida, cada tipo com sua particularidade de objetivos e meios de desenvolvimento no processo de *coaching*, mas todos, a seu modo, assumem a função social de buscar introduzir os valores burgueses como condicionantes dos comportamentos e pensamentos dos respectivos *coaches*, e os naturalizar, de modo que a própria existência do indivíduo, seja enquanto ser produtor ou ser consumidor possa de alguma forma e em algum grau, contribuir para a reprodução do capital.

Vimos então o que *coaching* assume um papel social alienante e reificante, uma vez que, por meio dele: o capital infiltra os valores burgueses, de forma intensificada, na existência objetiva e subjetiva do sujeito, reforçando a percepção de que a ‘realização pessoal’ e uma ‘vida plena de sentido’ estão diretamente relacionadas à sua capacidade ou incapacidade de se doar mais, e mais ao seu trabalho alienado. Tal

percepção se sustenta, uma vez que, na ausência de uma perspectiva crítica a cerca do *coaching*, condicionam a ele determinado sucesso ou destaque econômico do indivíduo, que mediante o processo de *coaching*, por exemplo, conseguiu alguma vantagem competitiva no mercado de trabalho, ou mesmo algum retorno financeiro na sua remuneração salarial, aparecendo assim, no aspecto econômico da vida do indivíduo como algo muito positivo, uma vez que de fato, nesse tipo de sociabilidade, o poder econômico, o poder de consumo de determinado indivíduo remete a este indivíduo ‘sucesso pessoal’, ‘realização pessoal’, certo ‘status social’.

Além disso, o *coaching*, na perspectiva das organizações ‘agrega valor’ à organização, uma vez que, pela mediação do *coaching* acredita-se promover o desenvolvimento de competências nos indivíduos que trabalham, competência que, de alguma forma e em algum grau, promovam o aumento da produtividade, a produção de mais valor e a exploração da mais-valia. Assim como na produção de mercadorias, no processo de *coaching*, o indivíduo se auto-produz pessoa-mercadoria, tendo sua existência governada pela lógica da sociedade mercantil.

É necessária uma apreensão da alienação em suas novas e velhas formas mantendo suas bases objetivas e sua constituição histórica e social. Buscar apreender as formas atuais de alienação “é uma — entre tantas outras — tarefa decisiva, por tratar-se de um fenômeno que assume na atualidade características universais, tanto pela predominância da mais-valia relativa sobre a mais-valia absoluta, quanto pelas determinações das formas de manipulação existentes” (ALCÂNTARA, 2014, p. 165).

Possui também caráter de urgência demonstrar que a realidade social é radicalmente histórica e social. Que esta é produzida absolutamente pela atividade sensível propriamente humana, é resultado das relações sociais e não de uma natureza dada e imutável; e assim sendo, um tipo de sociabilidade que produz desumanidades, que promove a exploração do ser humano pelo próprio ser humano, que promove a formação humana unilateral, impedindo o ser humano de alcançar voos mais altos na produção de sua subjetividade, submetendo assim sua ética, sua estética, sua ideologia, aos desígnios e necessidades do capital, e por vezes, em detrimento tanto do ser humano quando da natureza, demonstrar que esse tipo de sociabilidade pode ser superado por um tipo diferente de sociabilidade, na qual as desigualdades não estejam postas e onde não há exploração de qualquer tipo.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Norma. **Lukács e a crítica ao capitalismo**: a alienação na Ontologia. 5º Colóquio Internacional Marx; Engels. Unicamp. Novembro. 2007. Disponível em:

http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao6/Maria_Holanda.pdf. Acesso em: 15 de mar. de 2019

_____. **Lukács: ontologia e alienação**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014. 176 p.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011. 164 p.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

Coaching movimentata US\$ 2,3 bilhões no mundo e já tem formação profissional no Brasil. Exame. São Paulo, 17 de mar. de 2017.

Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/coaching-movimentata-us-23-bilhoes-no-mundo-e-ja-tem-formacao-profissional-no-brasil-shtml/>>. Acesso em: 24 de out. de 2017

COSTA, Gilmaisa Macedo da. **Indivíduo e sociedade**: sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács. São Paulo: Instituto Lukács, 2012; 2.ed. rev. 144 p.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002. 168 p.

DRUCKER, Peter. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1999.

GAULEJAC, Vincent. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Tradução Ivo Storniolo. 3. ed. Aparecida, SP: ideias e letras, 2007. 337p.

HARVEY, David. **Para entender O Capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. 335p.

JAPPE, Anselm. **O que é o fetichismo da mercadoria? E pode acabar-se com ele?** In: KARL, Marx. O fetichismo da mercadoria e seu segredo. Tradução de José Miranda Justo. Lisboa: Antígona, 2015, 90p.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 248p.

LANGE, Amanda; KARAWEJCZYK, Tamára. **Coaching no processo de desenvolvimento individual e organizacional**. Revista Diálogo, Canoas, n. 25, abr. 2014, p. 39-56.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. 240 p.

_____. **Alienação e Estranhamento**. In: KARL, Marx. Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antónia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 496 p.

_____. **O revolucionário e o estudo: porque não estudamos**. Ed. Instituto Lukács, 2014. 120 p.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social**. vol. 14. Tradução de Sergio Lessa. Maceió: Coletivo Veredas, 2018. 1457 p.

_____. **Para uma ontologia do ser social**. vol. 2. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013. 845 p.

MÁRKUS, György. **Marxismo e antropologia: o conceito de ‘essência humana’ na filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, 144p.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antónia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 496 p.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão popular, 2008. 288p.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Tradução de Mario Duayer e Nélio

Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo, 2011. 788 p.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011c. 174p.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: **livro III**: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. Edição de Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017b.

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política – Livro I – O Processo de Produção do Capital**. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. 571p.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: **livro I**: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. 614 p.

MELO, Leonice Holanda. Et al. **O coaching e o processo de desenvolvimento de competências e habilidades na aprendizagem gerencial**. Revista Caderno Administrativo, São Paulo, Vol. 9, n.1. Jan - Dez. 2015, p. 25-48

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. Tradução Nélio Schneider. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 295p.

MILARÉ, Sueli Aparecida; YOSHIDA, Elisa Médici Pizão. **Coaching de executivos**: adaptação e estágio de mudanças. Revista Psicologia: Teoria e Prática, São Paulo, vol. 9, núm. 1, 2007, p. 86-99.

NETTO, José Paulo. **Marx em Paris**. In: KARL, Marx. Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 496 p.

O que é Coaching? Portal do Instituto Brasileiro de *Coaching*, 2018.

Disponível em: <http://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching/o-que-ecoaching/?adw_source=google&adw_medium=cpc&adw_campaign=189145550&adw_term=o%20que%20C3%A9%20coach&adw_content=g&gclid=Cj0KCQjwybvPBRDBARIsAA7T2kjTIKK4PDxHV-z-aXFZa-kclhAkGnWojmsbmkBksj7zjAGfnNkhh0aAopSEALw_wc>. Acesso em: 24 de out. de 2017.

OHNO, Taiichi. **O sistema Toyota de Produção**: além da produção em larga escala. São Paulo: Bookman, 1997.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a Incontrolabilidade do Capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 2ª ed. rev. 160p.

PINA, José Augusto; STOTZ, Eduardo Navarro. **Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador**: uma abordagem teórica. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, 39 (130), 2014, p. 150-160.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SALECL, Renata. **Sobre a felicidade**: ansiedade e consumo na era do hipercapitalismo. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2012.

SILVA, Carlos Roberto Ernesto da. **Orientação Profissional, mentoring, coaching e counseling**: Algumas singularidades e similaridades em práticas . Revista Brasileira de Orientação Profissional, São Paulo, vol. 11, núm. 2, jul.- dez., 2010, p. 299-309.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 412 p.

The Inner Game School of Coaching. The Inner Game 40 anos de sucesso.S.d.,19p.Disponívelem:http://www.theinnergame.com.br/downloads/tig_booklet.pdf. . Acesso em: 17 de jan. de 18.

VIEIRA PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia. Vol. 1**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 531 p.

_____, Álvaro Vieira. **Porque os ricos não fazem greve?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. 118 p.

XIMENES, Sérgio. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ediouro, 2001.